



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**Risco Psicossocial, Fatores Protetores e Psicopatologia na
População Reclusa**

Tese para Obtenção do Grau de Mestre no ramo de Psicologia,
especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde

Cristiana Isabel da Rosa Santana Aldeias Vieira

Faro
2012

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**Risco Psicossocial, Fatores Protetores e Psicopatologia na
População Reclusa**

Tese para Obtenção do Grau de Mestre no ramo de Psicologia,
especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde

Cristiana Isabel da Rosa Santana Aldeias Vieira

Orientadora:

Prof. Doutora Ida Lemos

Faro

2012

Agradecimentos

À Professora Doutora Ida Lemos, por ter aceitado acompanhar-me neste projeto, pela disponibilidade, orientação e contributos sempre tão preciosos.

À Direção Geral dos Serviços Prisionais por autorizar a realização do presente estudo, e à Dr.^a Ana Salomão por, apesar dos inúmeros afazeres profissionais, ter tido sempre tempo para responder às minhas solicitações.

Ao Corpo da Guarda Prisional e à Dr.^a Angélica Oliveira, que assistiram de perto à recolha de dados e fizeram os possíveis e os impossíveis para me auxiliar.

Um agradecimento especial à Dr.^a Angélica Oliveira, por ter dispensado muito do seu tempo à minha causa, pela simpatia, apoio e constante preocupação em garantir que *tudo corre pelo melhor*.

A todos os reclusos que acederam participar e sem os quais isto não seria possível. Pelo respeito com que sempre me trataram, interesse e consideração que demonstraram pelo meu trabalho, um muito obrigada.

À minha colega e amiga Tânia, pelo amparo, pelos longos telefonemas, por ter paciência para escutar os meus lamentos e fazer-me rir quando é preciso.

À minha amiga Carolina, pelo companheirismo e amizade ao longo dos anos.

Ao Pedro, pelas dicas de estatística, revisões e sugestões ao meu trabalho sempre que necessário. Por fazer parte da minha vida e acreditar em mim.

À minha irmã Luciana, que no seu jeito muito próprio se preocupa e interessa pelas coisas que faço.

Um imenso Obrigada aos meus pais, pelos sacrifícios que permitem que mais um desejo seja concretizado.

Título: Risco Psicossocial, Fatores Protetores e Psicopatologia na população Reclusa

Resumo

O presente estudo tem como objetivo identificar as variáveis contextuais e individuais, os indicadores de risco psicossocial e de comportamento delinquente que possam estar associados a psicopatologia em indivíduos com percurso delinquente, e especificamente, à percepção de resiliência na infância e à vivência de acontecimentos de vida negativos. Foram inquiridos 57 reclusos, do sexo masculino, de um estabelecimento prisional do Algarve. Para avaliação das variáveis em estudo foi utilizado o inventário *Measuring State and Child Resilience* (Hiew, 1998; Martins, 2005), o *Brief Symptom Inventory* – BSI (Derogatis, 1982, Canavarro, 1999), o Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos - IAV_N (Brás & Cruz, 2008) e um questionário de recolha de dados sociodemográficos e familiares, indicadores de risco psicossocial e de tipologia de comportamento delinquente, construído para o efeito. Os resultados obtidos permitiram encontrar relações estatisticamente significativas entre a vivência de acontecimentos de vida negativos, em particular ambiente familiar adverso, abuso psicológico e abuso físico e sexual e o número de delitos cometidos, a persistência e reincidência em comportamento delinquente. A institucionalização na infância e adolescência está associada ao maior relato de sintomatologia psicopatologia. Os resultados sugerem, também, que o nível socioeconómico médio/alto, a mobilidade para meio rural e indicadores de sucesso académico estão associados à maior percepção de resiliência na infância, e a ausência de diversidade nos delitos cometidos e reincidência a níveis mais elevados de resiliência no momento atual.

Palavras-chave: Risco Psicossocial, Resiliência, Comportamento Delinquente e Antissocial, Reclusos, Psicopatologia, Acontecimentos de Vida Negativos.

Title: Psychosocial Risk, Protective Factor and Psychopathology in inmate population

Abstract

The present study aims to identify the contextual and individual variables, indicators of psychosocial risk and delinquent behavior that may be associated with psychopathology in individuals with criminal course, and particularly, the perception of resilience in childhood and the experience of negative life events. We used a sample of 57 male inmates from a Portuguese regional prison.

To assess the study variables the following instruments were used: Measuring State and Child Resilience (Hiew, 1998; Martins, 2005), Brief Symptom Inventory - BSI (Derogatis, 1982; Canavarro, 1999), Inventory of Negative Life Events - IAV_N (Brás & Cruz, 2008) and a questionnaire built for the purpose to collect socio-demographic and familiar data, psychosocial risk factors and typology characteristics of delinquent behavior.

The results suggested statistically significant relationships between the experience of negative life events in childhood, particularly adverse family environment, psychological, physical and sexual abuse, and the number of offenses, the persistence and recidivism in delinquent and criminal behavior. The institutionalization in childhood and adolescence is associated with increased reports of psychopathology symptoms. The results also suggested that medium/high socioeconomic status, familiar mobility for rural areas and indicators of academic achievement are associated with greater perception of resilience in childhood, while the absence of diversity in the offenses and recidivism are related to higher levels of resilience in present time.

Keywords: Psychosocial Risk, Resilience, Delinquent and Antisocial Behavior, Inmates, Psychopathology, Negative Life Events

Índice

INTRODUÇÃO	3
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
CAPÍTULO 1. COMPORTAMENTO DELINQUENTE E ANTISOCIAL	8
<i>Introdução</i>	9
1. Definição e articulação de conceitos: o comportamento antissocial e a delinquência	10
1.2. Medir a delinquência: das estatísticas oficiais à delinquência auto-relatada	13
2. Teorias e modelos explicativos do comportamento delinquente e antissocial	15
2.1. A Perspetiva Biológica	15
2.2. A Perspetiva Sociológica	17
2.2.1. Teorias da Anomia e da Pressão Social	17
2.2.2. Teorias do Desvio Cultural	19
2.2.3. Teorias da Aprendizagem Social	20
2.2.4. Teorias do Controlo Social	23
2.2.5. Teorias da Reacção e do Conflito Social	26
2.3. A Perspetiva Psicológica	27
2.4. A Perspetiva Desenvolvimentista	30
3. A evolução do comportamento delinquente e antissocial: a perspetiva desenvolvimentista das carreiras criminais	33
3.1. Tipologias do comportamento delinquente	33
3.1.2. A tipologia de Patterson	33
3.1.3. A tipologia de Frechette e Le Blanc	34
3.1.4. A tipologia de Terrie Moffitt	34
3.2. Investigação sobre as carreiras delinquentes	36
3.3. A reincidência em comportamento delinquente	37
4. A atividade criminosa e o contacto com o sistema de justiça	40
4.1. O sistema penitenciário português: estabelecimentos prisionais e população reclusa em Portugal	40
4.2. O papel do Psicólogo nos Estabelecimentos Prisionais	41
CAPÍTULO 2. RISCO E PROTEÇÃO E PSICOPATOLOGIA NO COMPORTAMENTO DELINQUENTE E ANTISOCIAL	44

<i>Introdução</i>	45
1. Risco psicossocial para o comportamento delinquente e antissocial	47
1.1. A família enquanto contexto de risco	47
1.1.1. Delinquência entre gerações	50
1.2. Fatores de risco individuais	52
1.3. Fatores comunitários e estatuto socioeconómico	53
1.4. A escola e os pares	54
2. Fatores de Proteção e Resiliência no comportamento delinquente e antissocial	57
2.1. A família enquanto contexto de proteção psicossocial	58
2.2. Fatores protetores individuais	59
2.3. Fatores comunitários e estatuto socioeconómico	60
2.4. A escola e os pares	60
2.5. A resiliência	61
2.5.1. A evolução metodológica e conceptual do conceito de resiliência	62
2.5.2. Resiliência e comportamento delinquente	65
3. A Incidência de Psicopatologia nas Prisões	67
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	71
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA	72
1. Objetivos	73
2. Definição das variáveis	74
3. Desenho do estudo	76
4. Amostra	77
4.1. Técnica de amostragem	77
4.2. Caracterização geral da amostra	77
4.2.1. Caracterização sócio-demográfica	77
4.2.2. Caracterização do comportamento delinquente	78
4.2.3. Caracterização do perfil de risco psicossocial	80
5. Instrumentos	83
5.1. Questionário de recolha de dados sócio-demográficos e de caracterização do perfil de risco psicossocial e comportamento delinquente dos indivíduos	83
5.2. Measuring State and Child Resilience	84
5.3. Inventário de Sintomas Psicopatológicos - BSI	85
5.4. Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos – IAV_N	88
6. Procedimento	92

CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	94
<i>Apresentação de resultados</i>	95
1. Resultados do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI)	96
1.1. Diferenças entre grupos em função de variáveis sócio - familiares e da situação jurídica	96
1.2. Diferenças entre grupos em função das características do comportamento delinquente	97
1.3. Diferenças entre grupos em função dos indicadores de risco psicossocial	99
2. Resultados das Escalas Measuring Child Resilience (MCR) e Measuring State Resilience (MSR)	102
2.1. Diferenças entre grupos em função de variáveis sócio - familiares e da situação jurídica	102
2.2. Diferenças entre grupos em função das características do comportamento delinquente	105
2.3. Diferenças entre grupos em função dos indicadores de risco psicossocial	109
3. Resultados do Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos (IAV_N)	115
3.1. Diferenças entre grupos em função dos indicadores de comportamento delinquente	115
3.2. Diferenças entre grupos em função dos indicadores de risco psicossocial	118
4. Análises Correlacionais	124
<i>Análise e Discussão de Resultados</i>	126
CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXOS	162

Índice de Anexos

ANEXO 1. CLASSIFICAÇÃO DO NSE	164
ANEXO 2. QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	166
ANEXO 3. ESCALAS MEASURING CHILD AND STATE RESILIENCE	173
ANEXO 4. BRIEF SYMPTOM INVENTORY -BSI	176
ANEXO 5. INVENTÁRIO DE ACONTECIMENTOS DE VIDA NEGATIVOS – IAV_N	179
ANEXO 6. SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO	182
ANEXO 7. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO	184
ANEXO 8. CONSENTIMENTO INFORMADO	187
ANEXO 9. FICHA DE INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	189

Índice de Tabelas

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E FAMILIARES	78
TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO OS INDICADORES DA TIPOLOGIA DE COMPORTAMENTO DELINQUENTE	79
TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO OS INDICADORES DE RISCO PSICOSSOCIAL ESTRUTURA DO AGREGADO FAMILIAR E DIMENSÃO DA FRATRIA	80
TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO OS INDICADORES DE RISCO PSICOSSOCIAL HISTÓRIA DE MOBILIDADE FAMILIAR, MOTIVAÇÃO FACE À ESCOLA, FUGAS À ESCOLA E NÚMERO DE RETENÇÕES ESCOLARES	81
TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO OS INDICADORES DE RISCO PSICOSSOCIAL ANTECEDENTES CRIMINAIS, ABUSO DE SUBSTÂNCIAS E PROBLEMAS DE SAÚDE DOS PROGENITORES	82
TABELA 6. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DO IGS E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL AGREGADO FAMILIAR ATUAL	96
TABELA 7. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DO IGS E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL NÍVEL SOCIOECONÓMICO	97
TABELA 9. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DO IGS E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS TIPO DE DELITO, REINCIDÊNCIA, DIVERSIDADE DE DELITOS, CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO E PERSISTÊNCIA DO DELITO	98
TABELA 10. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DO IGS E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS DIMENSÃO DA FRATRIA E MOBILIDADE FAMILIAR	99
TABELA 11. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DO IGS E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS MOTIVAÇÃO FACE À ESCOLA E FUGAS À ESCOLA	100
TABELA 12. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DO IGS E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL ANTECEDENTES CRIMINAIS FAMILIARES	101
TABELA 13. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DO IGS E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL HISTÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÕES	101
TABELA 14. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E DOS RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS DA MCR E MSR E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL AGREGADO FAMILIAR ATUAL	103
TABELA 15. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E DOS RESULTADOS GLOBAIS DA MCR E MSR E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL ESTATUTO SOCIOECONÓMICO	104
TABELA 16. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E DOS RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL SITUAÇÃO JURÍDICA	105
TABELA 17. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E DOS RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS TIPO E DIVERSIDADE DOS DELITOS COMETIDOS	106

TABELA 18. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E DOS RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS, PERSISTÊNCIA DO DELITO E REINCIDÊNCIA	108
TABELA 19. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E DOS RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS MOBILIDADE FAMILIAR E DIMENSÃO DA FRATRIA	110
TABELA 20. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E DOS RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS DIMENSÃO DA FRATRIA	110
TABELA 21. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL NÚMERO DE RETENÇÕES ESCOLARES	111
TABELA 22. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL MOTIVAÇÃO FACE À ESCOLA	112
TABELA 23. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL FUGAS À ESCOLA	112
TABELA 24. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DOS FATORES E RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS ALCOOLISMO, TOXICODEPENDÊNCIA E PROBLEMAS DE SAÚDE DOS PROGENITORES	114
TABELA 25. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS TIPO, DIVERSIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO	116
TABELA 26. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DAS VARIÁVEIS REINCIDÊNCIA E PERSISTÊNCIA DO DOS DELITOS	117
TABELA 27. CORRELAÇÕES ENTRE AS DIMENSÕES DO IAV_N E AS VARIÁVEIS NÚMERO DE DELITOS E IDADE DO PRIMEIRO DELITO	118
TABELA 28. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL ESTRUTURA DO AGREGADO FAMILIAR NA INFÂNCIA	119
TABELA 29. MÉDIAS, DESVIOS PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL MOBILIDADE FAMILIAR	119
TABELA 30. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DIMENSÃO DA FRATRIA	120
TABELA 31. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL FUGAS À ESCOLA	121
TABELA 32. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE KRUSKAL-WALLIS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL ANTECEDENTES CRIMINAIS	121
TABELA 33. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL ALCOOLISMO	122

TABELA 34. MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO DAS DIMENSÕES DO IAV_N E TESTE MANN-WHITNEY EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL PROBLEMAS DE SAÚDE	123
TABELA 35. MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE OS VALORES DO IGS E OS FATORES E RESULTADOS GLOBAIS DAS ESCALAS MCR E MSR	124
TABELA 36. MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE OS VALORES DO IGS E AS DIMENSÕES DO IAV_N	124
TABELA 37. MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE OS VALORES DAS ESCALAS MCR E MSR E OS VALORES DO IAV_N	125

INTRODUÇÃO

Qualquer sociedade se encontra à mercê de transformações políticas, sociais e económicas que, inevitavelmente, irão influenciar cada um dos indivíduos que dela fazem parte. Se, por um lado, podemos encontrar na sociedade elementos que favorecem a coesão e a conformidade, também podemos encontrar forças desviantes como a fragilidade de controlo social, que são traduzidas negativamente pelo fenómeno da delinquência (Born M. , 2003).

Jorge Ávila de Lima escrevia no prefácio da obra de Negreiros (2001) que o fenómeno da delinquência, maioritariamente associado às camadas jovens, apresenta taxas de prevalência que “*merecem atenção e nos obrigam a refletir acerca dos processos de socialização empregues na preparação das gerações futuras*” (p.8)

Há décadas que teóricos e investigadores das mais diversas áreas do conhecimento buscam a génese do comportamento desviante. Por essa razão, a literatura subjacente ao tema remete-nos para as mais variadas explicações, que vão desde a influência de traços individuais biológicos e genéticos, à ausência de vínculo à sociedade ou aos efeitos das assimetrias económicas (Hoffmann, *Delinquency Theories: appraisals and applications* , 2011; Regoli, Hewitt, & DeLisi, *Delinquency in Society*, 2010).

A revisão teórica evidencia que, não obstante os importantes contributos de algumas das mais importantes teorias criminológicas (e.g., *Teoria da Desorganização Social*, *Teoria Geral do Crime*), o comportamento delinquente e antissocial deve ser considerado enquanto processo dinâmico onde fatores biológicos, psicológicos, sociais e situacionais se articulam e interagem, em diferentes momentos do ciclo de vida (Hagan, 2010; Shoemaker, 2005; Tibbetts & Hemmens, 2010).

Só assim se poderá explicar a variação quantitativa e qualitativa da atividade delituosa em função da idade, questão colocada pelos estudos longitudinais e que, até então, não tinha resposta (Gonçalves, 2008). Posto isto, é portanto cada vez mais frequente encontrar, quer em termos literários quer de investigação, a opção por uma perspetiva desenvolvimentista na explicação da eclosão, persistência e desistência do comportamento delinquente (Farrington, 2010; Tibbetts, 2011).

As pesquisas nesta direção têm-se centrado em duas temáticas basilares, uma das quais o estudo das carreiras delinquentes. De acordo com Moffitt (1993), sabemos hoje que a atividade delinquente pode ser circunscrita à adolescência e considerada como normal nesta etapa de desenvolvimento (*adolescence-limited delinquency*) ou por lado persistente ao longo da vida, com um agravamento e severidade dos atos cometidos que

nos remete para a existência de uma personalidade antissocial (*life-persistent delinquency*). Para além da tipologia de Moffitt, outros autores propuseram classificações onde, não obstante os grupos serem denominados recorrendo a termos diferentes, a referência à idade de início e término da atividade delincente continua a ser o ponto-chave comum (e.g., Fréchette & Blanc, 1987; Le Blanc, 1997, Patterson, 1993). Mais recentemente, sugere-se a existência de um grupo de delinquentes não contemplado nas referidas tipologias, que se caracteriza pelo início do cometimento de atos delituosos depois dos 21 anos e que carece de investigações (White, Bates, & Buyske, 2001; Zara & Farrington, 2010).

A par com o estudo das carreiras delinquentes, observa-se um crescente interesse na temática dos fatores de risco e proteção associados à delinquência juvenil, no conhecimento das características que distinguem os jovens que têm maior probabilidade de se envolver num percurso delincente grave e ainda nas causas e fatores que podem de algum modo influenciar a persistência da delinquência dos comportamentos antissociais na vida adulta (English, Widom, & Brandford, 2002; Farrington, 2004; Lipsey & Derson, 1998).

A relação dinâmica entre as características individuais do sujeito e os fatores sociais como a família, os pares e a comunidade, enquanto principais determinantes da manifestação da conduta delincente, é frequentemente relatada na literatura (e.g. McCord, 1991; Raine, 2002; Rutter, Giller, & Hagell, 1998).

Os estudos longitudinais de coortes têm identificado como fatores de risco individuais para o comportamento delincente e antissocial a pertença ao sexo masculino (Herrera & McCloskey, 2001; Loeber, 1990), a hiperatividade e impulsividade (Barkley, Fischer, Smallish, & Fletcher, 2004; Farrington, 2004), pobres competências sociais, baixos níveis de autocontrolo e elevada agressividade (Farrington, 2010; Gerard, Krishnakumar, & Buehler, 2006; Lemos, 2007). No que concerne à família, a negligência, as práticas parentais disfuncionais, o abuso físico e sexual, o conflito conjugal, a dimensão da fratria e o comportamento desviante dos progenitores têm sido extensamente relatados e, em particular, as suas consequências negativas, a curto e longo prazo, ao nível da saúde mental (Bordin & Offord, 2000; Egeland, Yates, & Dulmen, 2002; Fergusson & Horwood, 2003; Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott, & Catalano, 2000; Lemos, 2007; Loeber, 1990; Vermeiren, 2003; Garbarino, 1989). Vários autores referem, ainda, a pertença a zonas urbanas de intensa desorganização social e a um estatuto socioeconómico baixo (e.g., Leventhal & Brooks-

Gunn, 2003; Loeber, 1990), o fracasso escolar numa idade precoce e a associação a pares delinquentes (Chapple, 2005; Farrington, 2010) como riscos potenciais de envolvimento em comportamento delincente.

As evidências, sobretudo do *Cambridge Study in Delinquent Development* (Farrington, 2000; Farrington, 2004a) parecem também apontar no sentido de uma transmissão intrageracional da delinquência e criminalidade.

Reconhece-se, atualmente, uma crescente necessidade de investigar não só os processos responsáveis pelo comportamento desviante mas também as variáveis e processos de resiliência que conduzem a um ajustamento adequado apesar da exposição à adversidade e ao risco psicossocial (Loeber, Slot, & Stouthamer-Loeber, 2008; Luthar, 1993; Fergus & Zimmerman, 2005). De facto, nem todos os jovens provenientes de famílias de risco se envolvem em trajetórias delinquentes. Assim, diversos trabalhos têm evidenciado a supervisão e o vínculo parental, os modelos positivos, o suporte emocional e os pares não delinquentes como importantes recursos de resiliência (Lösel & Bender, 2004; Harden & Whittaker, 2011).

Subjacente ao estudo do comportamento desviante está, frequentemente, o pouco consenso reunido em torno dos conceitos que vários teóricos e investigadores utilizam para o referir (Gonçalves, 2008; Farrington, 2004a). Considerámos, no presente trabalho, que a referência a comportamento delincente nos remete para os menos infractores (Kazdin & Buela-Casal, 2001; Bordin & Offord, 2000) e que quando se trata de um padrão de comportamento antissocial persistente na idade adulta, falamos de perturbação da personalidade antissocial (American Psychiatric Association, 2002).

Alguns autores (Hare, 2006; Porter & Porter, 2007) sugerem que os indivíduos com personalidade antissocial tendem a iniciar as suas carreiras criminais numa idade precoce, a cometer um elevado número de delitos e a apresentar diversidade (ou versatilidade) na atividade criminal.

Não obstante, nem todos os indivíduos com personalidade antissocial se envolverem com o sistema de justiça, alguns estudos têm referido que este tipo de perturbação, entre outras psicopatologias, está sobejamente prevalente na população reclusa (Coid, 2004; Peay, 2007).

Neste contexto, parece-nos importante conhecer os fatores de risco e de proteção psicossociais associados às trajetórias delinquentes e a sua relação com a presença de problemas psicopatológicos, nos sujeitos que hoje se encontram em contacto com o

sistema de justiça por terem cometido atos que são considerados crime de acordo com a Lei.

Face aos aspectos teóricos expostos e, tendo em conta os objetivos delineados, apresentamos na primeira parte da dissertação o enquadramento teórico do tema em estudo. No primeiro capítulo abordamos os principais aspectos relativos ao comportamento delinquente e antissocial. Apresentamos, no primeiro ponto, a definição e delimitação dos conceitos delinquência e comportamento antissocial e as principais medidas utilizadas na avaliação da delinquência. Num segundo momento, explanamos as principais perspetivas e teorias relativas à génese do comportamento desviante e, na linha do que teoriza a abordagem desenvolvimentista, centramos o terceiro nas considerações acerca da evolução do comportamento delinquente e antissocial, nomeadamente as várias tipologias de comportamento delinquente e as principais investigações realizadas neste âmbito. No quarto e último ponto, abordamos o cruzamento entre a atividade delituosa e o contacto com o sistema penitenciário português. Aqui, referimo-nos à estrutura e organização dos estabelecimentos prisionais, às principais características da população reclusa em Portugal e, ainda, ao papel que o psicólogo desempenha no contexto prisional.

No segundo capítulo, abordamos o risco e proteção psicossocial no comportamento delinquente e antissocial. O primeiro e segundo pontos desse capítulo são dedicados às conclusões das investigações acerca dos indicadores de risco psicossocial e dos fatores de proteção e resiliência, respectivamente, para o comportamento delinquente e antissocial nos domínios familiar, individual, social e comunitário. Reservamos o terceiro e último ponto para as principais considerações acerca da incidência de psicopatologia na população reclusa.

A segunda parte da dissertação remete-nos para o estudo empírico.

Expomos no terceiro capítulo a metodologia utilizada: definimos os objetivos, as variáveis e o tipo de estudo, caracterizamos a amostra, apresentamos os instrumentos utilizados e esclarecemos o procedimento realizado. O quarto capítulo apresenta os resultados e a sua posterior análise e discussão.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1

Comportamento Delinquente e Antissocial

Introdução

A delinquência é um fenómeno comum e transversal a todas as sociedades, que há séculos é objecto de estudo de teóricos e investigadores das mais diversas áreas do conhecimento.

A extensa produção bibliográfica acerca das origens do comportamento desviante debate-se, frequentemente, com entraves relacionados com a própria definição do conceito. Delinquência, comportamento antissocial ou personalidade antissocial são noções empregues enquanto sinónimas mas, na verdade, não obstante estarem inter-relacionadas, possuem características distintas (Gonçalves, 2008). Comum é o facto de a manifestação de um padrão longitudinal de violação das normas sociais e de comportamento criminal está presente em qualquer indivíduo em contacto com o sistema de justiça.

Várias perspetivas e modelos teóricos procuram explicar o início do comportamento delinquente e antissocial, quer pela ênfase no papel dos valores culturais (e.g., *Teoria do Desvio Cultural*), no papel dos pares (e.g., *Teoria da Associação Diferencial*), na família e contexto familiar (e.g., *Teoria do Autocontrolo*), nas diferenças entre classes sociais (e.g., *Teoria da Pressão Social*) ou no papel da justiça juvenil (*Teoria da Etiquetagem*). Atualmente a explicação do comportamento delinquente requer que se considerem fatores biológicos, psicológicos e sociais, e a sua influência desde a infância até à idade adulta.

A perspetiva desenvolvimentista, considerada a abordagem mais eclética e de maior suporte empírico tem, graças à sua metodologia, fornecido importantes conclusões, não só no que concerne à origem, mas também manutenção, desistência, escalada e tipologia do comportamento desviante.

No presente capítulo abordaremos as definições de delinquência e comportamento antissocial, as suas principais medidas de avaliação, as teorizações e investigações mais relevantes acerca da sua origem e, seguindo a perspetiva desenvolvimentista, as diferentes tipologias de carreira delinquente. Porque estes indivíduos em algum momento da sua vida entrarão em contacto com o sistema de justiça, será ainda foco de atenção a estrutura e organização do sistema penitenciário português, com referência aos dados estatísticos mais recentes acerca da população reclusa portuguesa.

1. Definição e articulação de conceitos: o comportamento antissocial e a delinquência

A vasta literatura aborda o comportamento antissocial e a delinquência de modo ambíguo e como se de dois conceitos sinónimos se tratassem. Na definição de comportamento antissocial, é frequente encontrar referência a termos como crime, delinquência ou perturbação do comportamento, assim como diferentes designações de acordo com o país e com os sistemas de classificação que estejamos a considerar (e.g., DSM vs. CID), não obstante as diferenças consideráveis que cada um destes conceitos acarreta (Farrington, 2004a; Gonçalves, 2008; Lemos, 2010; Negreiros, 2001)

Tremblay (2003) atesta que a dificuldade na compreensão das causas do comportamento delinquente e da delinquência juvenil reside no modo como os conceitos têm sido operacionalizados, uma vez que *“distintos comportamentos que fazem parte da delinquência, do comportamento antissocial ou as perturbações do comportamento podem ter causas muito distintas”*. (pp.182-183)

Parece ser consensual que o termo *comportamento antissocial*, mais abrangente que os restantes, se refere a qualquer comportamento que reflita a violação das normas, regras e/ou expectativas estabelecidas socialmente (Kazdin & Buela-Casal, 2001; Negreiros, 2001), atos ilegais ou criminosos que não têm necessariamente que resultar numa acusação (Rutter, 1998). Estes comportamentos inapropriados manifestam-se sob formas tão distintas como vandalismo, fugas, furtos ou brigas, passíveis de mudar ao longo do tempo, apresentando vários níveis de severidade (Bromley & Stacey, 2011; Loeber, 1990) e observáveis em diferentes graus, na maioria das crianças ao longo do seu desenvolvimento (Kazdin, 1997).

Farrington (2004) postula que na síndrome de comportamento antissocial estão incluídos não só tipos de comportamentos (e.g., crimes violentos, uso de drogas, promiscuidade), mas também características e traços de personalidade (e.g., impulsividade, egoísmo, ausência de empatia, baixa tolerância à frustração e agressividade), os quais estão relacionados entre si.

O termo *delinquência* prende-se com a designação jurídica e legal que se refere à transgressão das leis e que tem sido confundida com um diagnóstico clínico (Sá, 2003). Os atos delinquentes representam, na realidade, um subgrupo dos comportamentos antissociais (Loeber, 1990). Quando nos referimos a delinquência, englobamos o

conjunto de comportamentos antissociais que exprimem a inadaptação de um indivíduo à sociedade e, ainda, comportamentos que são ilegais devido à idade do jovem (e.g. consumo de álcool, condução de veículo). Trata-se assim de um termo restrito aos menores infractores (Bordin & Offord, 2000; Negreiros, 2001; Kazdin & Buela-Casal, 2001)

O maior problema nesta concepção prende-se com a determinação de quando termina a delinquência juvenil e tem início a criminalidade adulta (Tremblay, 2003).

Quando a criança ou jovem manifesta comportamento antissocial significativo que se situa para além do que pode ser considerado como o funcionamento normal, onde está presente uma deterioração expressiva no funcionamento em casa ou na escola, e/ou os comportamentos são considerados incontroláveis pelos familiares e amigos, utiliza-se a expressão *perturbação do comportamento* (Kazdin & Buela-Casal, 2001).

Determinar se os comportamentos delinquentes e antissociais são suficientemente graves de modo a constituir uma perturbação do comportamento está pois dependente de diferentes características dos próprios comportamentos, que incluem a sua frequência, intensidade, permanência; se são atos isolados ou parte de um síndrome maior com outros comportamentos desviantes; e se eles conduzem a prejuízo significativo da criança consoante avaliado pelos pais, professores e outros (Kazdin, 1997). De acordo com a última edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders of the American Psychiatric Association* (American Psychiatric Association, 2002), o diagnóstico de perturbação do comportamento aplica-se a indivíduos com menos de 18 anos e requer a presença de pelo menos três comportamentos conjuntos de entre quinze, ocorridos nos últimos doze meses, com pelo menos um comportamento evidente nos últimos seis meses, de uma lista que inclui, entre outros: *bullying* sobre os outros; uso de arma; crueldade física para com pessoas e/ou animais; destruição de propriedade alheia; furto de objetos de valor; fugas de casa; vadiagem e início deliberado de incêndio (Bordin & Offord, 2000). O diagnóstico de perturbação do comportamento é assim visto como o extremo de um *continnum* de problemas de comportamento (Lahey & Waldman, 2003).

A sua manifestação na infância tende a predizer uma perturbação antissocial da personalidade na idade adulta contudo, apenas uma proporção de delinquentes ou jovens com problemas de comportamento progride ou eventualmente preenche os critérios para o diagnóstico de personalidade antissocial (Rutter, Harrington, Quinton, & Pickles, 1994; Loeber, Green, & Lahey, 2004). O conceito de *personalidade antissocial* tem

também, por seu turno, suscitado alguma confusão, na medida em que no mesmo sentido são utilizados termos como *psicopatia*, *sociopatia* ou *Perturbação Dissocial da Personalidade* (Gonçalves, 2008).

Segundo os critérios do DSM-IV (DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, 2002), a perturbação antissocial da personalidade remete para um “ (...) *padrão global de menosprezo dos direitos dos outros, com início na infância ou adolescência precoce e continuidade na idade adulta*” (pág.701). Trata-se de um diagnóstico aplicável a indivíduos com pelo menos 18 anos, mas que já exibem problemas de comportamento antes dos 15 anos.

Para além de requerer a existência prévia de perturbação do comportamento, a perturbação antissocial da personalidade pressupõe ainda a continuidade na idade adulta do inconformismo às regras sociais em termos legais, pelo que os indivíduos podem ter comportamentos repetidos que conduzam à prisão (e.g., roubo, prossecução de atividades ilegais, destruição de bens). Citando Gonçalves, “ (...) *poderíamos mesmo dizer que ¾ dos indivíduos presos em Portugal preencherão um número de critérios suficientes para serem classificados neste distúrbio de personalidade*” (2008, p.22).

Ainda no DSM (DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, 2002) é possível encontrar referência ao que as investigações sobre delinquência e comportamento antissocial têm vindo a acentuar ao longo dos anos, nomeadamente a associação entre Perturbação Antissocial da Personalidade na idade adulta e a presença de Perturbação do Comportamento, Perturbação da Hiperatividade com Défice de Atenção e Perturbação de Oposição em idade precoce (e.g., Bordin & Offord, 2000; Loeber, 1990; Loeber, Green, & Lahey, 2004).

No adulto, a Perturbação da Personalidade Antissocial frequentemente apresenta comorbilidade com a Esquizofrenia, as Perturbações do Humor e as Perturbações de Abuso de Substâncias (Moran, 1999). Segundo Nichita e Buckley (2007), a comorbilidade deste tipo de perturbação com as perturbações codificadas no Eixo I de acordo com o DSM (2002) *são mais a regra que a exceção*.

Compreender a comorbilidade entre psicopatologias que se afiguram distintas tem contribuído sobremaneira para a compreensão do comportamento antissocial, permitindo deslindar alguns dos fatores de risco relacionados com a sua eclosão (Rutter, Giller, & Hagell, 1998).

1.2. Medir a delinquência: das estatísticas oficiais à delinquência auto-relatada

Atualmente, os dados de que dispomos acerca da atividade antissocial de jovens e adultos e do modo como a delinquência e criminalidade se distribuem na sociedade resulta, sobretudo, de estatísticas criminais ou estudos baseados em métodos de autorrelato (Negreiros, 2001). O facto de nem todos os delitos serem conhecidos, registados ou levados até à justiça, implica que os dados do que é considerada a delinquência oficial se arredem do que é a delinquência real (Born, 2005).

Até meados de 1960, as investigações sobre delinquência baseavam-se somente nos registos das fontes oficiais que são o compêndio dos dados estatísticos referentes à população juvenil que entrou em contacto com a polícia ou o tribunal (Ferreira, 1997; Farrington, 1999). Born (2005) ressalta que a análise dos dados oficiais deve ser feita com prudência, pois as estatísticas refletem para cada país o seu contexto socioeconómico e político particular, a disposição das vítimas para apresentarem queixa às autoridades ou o modo de trabalho do organismo estatístico responsável pela reunião das informações num banco de dados único.

Não obstante, importantes considerações podem ser extraídas da leitura dos dados estatísticos oficiais: a existência de uma maior tendência dos jovens do sexo masculino para o envolvimento em atividade delinquente, o início da atividade situa-se por volta dos 14 anos e o pico entre os 17-18 anos de idade e que se trata, sobretudo, de crimes de natureza aquisitiva (Negreiros, 2001).

Para além das estatísticas oficiais, utilizam-se outros tipos de técnicas que se revelam úteis, como a observação sistemática, a avaliação de pais e professores, os inquéritos de vitimização e de delinquência autorrevelada (Ferreira, 1997).

Inquirir amostras que sejam representativas da população geral acerca do número de crimes de que tenham sido vítimas num determinado período de tempo é um processo relativamente recente. Este método, designado de inquérito de vitimização, é útil na obtenção de taxas de incidência e prevalência de tipos de crime específicos e de informação diversa acerca das reações dos indivíduos ao crime (Negreiros, 2001).

De facto, a multiplicidade de instrumentos que permitem aferir o comportamento delinquente e o número e riqueza da informação obtida, especialmente nos inquéritos de vitimização, resulta, em parte, da consciencialização dos criminologistas de que o comportamento criminoso pode ser diversificado (Maguire, 2007).

No que concerne aos inquéritos de delinquência autorrevelada, o início da sua utilização remonta à década de 50 e a sua metodologia consiste em questionar diretamente os indivíduos ou apresentar uma lista pré-elaborada de atividades antissociais, acerca do cometimento de delitos específicos no que respeita a distintos períodos de tempo, de entre um amplo rol de comportamentos delinquentes (e.g., vandalismo, roubo) ou de atos não passíveis de penalização (e.g., indisciplina familiar, o consumo de álcool) (Ferreira, 1997; Negreiros, 2001).

A introdução deste tipo de instrumento revelou, à data, que o número de comportamentos delinquentes e criminais dos jovens era significativamente superior ao descrito nas estatísticas oficiais, dando a conhecer ainda um perfil de indivíduos delinquentes e criminosos distinto do considerado nos registos oficiais (Bell, 2011).

Após décadas de investigação com recurso às medidas de delinquência autorrevelada, existiam poucos estudos metodológicos que atestassem e estabelecessem a sua validade. Nesse sentido, Farrington (1999) foi pioneiro ao avaliar todos os critérios psicométricos das medidas de delinquência autorrevelada. Para o autor, e não obstante a necessidade de contínua verificação de alguns destes critérios, de um modo geral, a utilização deste tipo de instrumentos na medição da delinquência é bastante aceitável e representa uma fonte razoável de informação sobre o comportamento real do indivíduo.

Agra, Teixeira, Fonseca e Quintas (1999) atestam tratar-se de uma medida com validade superior no que respeita à delinquência juvenil, com flexibilidade de aplicação e sensibilidade para apreender um vasto leque de comportamentos transgressivos.

A investigação conduzida por estes autores na cidade do Porto teve na base o inquérito de delinquência autorrevelada do Observatório Permanente de Segurança (OPS) aplicado a mais de 500 jovens. Os resultados provisórios, referentes a parte da amostra constituída por jovens de bairros sociais e jovens colocados em instituições tutelares de menores, evidenciaram dados úteis no que respeita à idade de início dos delitos, zonas de atuação e associação com pares delinquentes.

Posto isto, a literatura parece consensual ao considerar que para realizar uma adequada aferição do comportamento delincente não significa colocar de parte a informação obtida através das estatísticas oficiais, mas sim complementar esta análise com o recurso às medidas de delinquência autorrevelada (Bell, 2011; Farrington, 1999).

2. Teorias e modelos explicativos do comportamento delinquente e antissocial

A compreensão das causas da delinquência e do comportamento antissocial é um tema que há décadas inquieta teóricos e investigadores, traduzindo-se numa vasta produção de trabalhos dedicados ao assunto à luz de diferentes perspetivas teóricas (Born, 2005; Hoffmann, 2011). Cada uma das perspetivas pretende, à sua maneira, dar resposta às questões relacionadas com a génese e evolução da delinquência individual. Contudo, e como apontam alguns autores, todas apresentam limitações, sendo as duas mais evidentes a conceptualização da delinquência centralizada num único factor explicativo (e.g., associação com pares delinquentes, vínculo à sociedade) e a visão do comportamento antissocial enquanto conceito estático (Negreiros, 2001).

Não obstante nenhuma teoria explicar por si só todos os tipos de comportamento delinquente (Quay, citado por Hoffmann, 2011), e tendo em conta a maior ou menor aceitação e sustentação de alguns dos seus postulados, é indubitável que todas forneceram importantes contributos teóricos e linhas de orientação que, atualmente, constituem a base de muitos trabalhos de investigação.

Posto isto, e com o propósito de fornecer uma visão genérica e de não enveredar por uma discussão exaustiva do tema, analisam-se seguidamente as principais perspetivas e respectivos modelos teóricos que, quer pela aplicabilidade dos seus conceitos nos dias de hoje, quer pelos importantes conclusões reveladas, não devem deixar de ser referenciados.

2.1. A Perspetiva Biológica

As origens da perspetiva biológica remontam à Escola Positivista de Criminologia e assentam no pressuposto de que a delinquência, assim como outros tipos de comportamento antissocial, se devem a traços e processos biológicos (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010).

A primeira teoria biológica do crime foi proposta por Cesare Lombroso, apelidado de pai da criminologia e, certamente, a figura mais influente no positivismo biológico (Hagan, 2010). Com base na teoria da evolução de Darwin, Lombroso afirmou que os criminosos haviam herdado um conjunto de traços físicos primitivos,

que designou de anomalias atavistas, que os colocava num estágio mais primitivo do desenvolvimento humano. Assim, de acordo com o autor, a desviância é fundamentada através das diferenças anatômicas existentes entre os delinquentes e os não delinquentes, entre as quais a presença de crânios excessivamente grandes (ou pequenos) orelhas protuberantes e mandíbulas grandes (Siegel, 2011; Walsh & Hemmens, 2011).

Em 1913, o conceito de “atavismo” proposto por Lombroso é refutado pelo criminologista inglês Charles Goring. Num estudo iniciado em 1902, o autor comparou 3.000 condenados ingleses com uma amostra que abrangia estudantes universitários, militares e pacientes hospitalares. As únicas diferenças assinaláveis entre criminosos e não criminosos eram mínimas e referiam-se, sobretudo, à baixa estatura e ao baixo peso apresentado pelos criminosos (Siegel & Welsh, 2010). Goring revelou, no entanto, a existência de uma relação significativa entre o crime e o que classificou de inteligência defeituosa, pelo que os seus postulados instigaram a pesquisa sobre a deficiência mental hereditária enquanto sinónimo de criminalidade (Siegel, 2011; Hagan, 2010).

Em 1939, o antropólogo Earnest Hooton retoma o interesse nos estudos anatômicos e conclui que a causa da criminalidade reside na inferioridade física. Ao longo de 12 anos de investigação detalhada acerca das diferenças físicas entre criminosos e não criminosos, com uma amostra de mais de 14.000 internos em prisões e reformatórios, Hooton sustentava que os delinquentes e criminosos seriam organicamente inferiores à restante população (Hagan, 2010). De acordo com as suas observações, os criminosos apresentavam deficiências no peso, altura, perímetro encefálico, amplitude torácica e ainda, possuíam algumas características físicas distintivas, tais como a testa baixa e inclinada e as orelhas pontiagudas e pequenas (Hoffmann, 2011).

Não obstante as lacunas e problemas metodológicos das perspetivas simplistas de Lombroso e dos seus contemporâneos, que ditaram o descrédito da Biologia em meados do século XX, estudos mais recentes têm demonstrado que esta não deve ser de todo descurada da compreensão do comportamento e da criminalidade (Hoffmann, 2011). De facto, algumas perspetivas recentes têm defendido que os fatores genéticos e orgânicos são os responsáveis pela génese da delinquência e do comportamento antissocial. Estudos cromossómicos, estudos com indivíduos adoptados e gémeos (Gonçalves, 2008), a relação entre a frequência cardíaca (Loeber & Farrington, 2001) ou défices neurológicos associados à estrutura e funcionamento do sistema nervoso,

especialmente défices no córtex pré-frontal e no sistema nervoso autónomo (Burfeind & Bartusch, 2011) são algumas das mais recentes linhas de investigação que têm merecido grande atenção da parte da comunidade científica.

2.2. A Perspetiva Sociológica

Na perspetiva sociológica sobre a delinquência, as atenções estão centradas no modo como o ambiente da criança, ou seja, causas externas como os estilos parentais, organização do bairro ou os pares delinquentes, exercem influência no seu comportamento (Bohm & Vogel, 2011).

Não desconsiderando o papel dos fatores individuais, para os sociólogos a verdadeira explicação para o comportamento delinvente do indivíduo está no ambiente social, mais especificamente em fatores sociais críticos como as *interações interpessoais*, as *condições ecológicas da comunidade*, a *mudança social* e o *estatuto socioeconómico*, condições responsáveis por controlar as escolhas comportamentais, numa interação cuja natureza está sujeita a diferentes interpretações (Siegel & Welsh, 2010).

2.2.1. Teorias da Anomia e da Pressão Social

Uma das explicações mais conhecidas para o comportamento desviante é a *Teoria da Anomia*, cuja base é o conceito de anomia desenvolvido pelo sociólogo francês Emile Durkheim, em resultado das suas observações sobre as mudanças sociais ocorridas aquando da Revolução Industrial, e do modo como transformaram as sociedades (Shoemaker, 2005). Durkheim constatou que as mudanças abruptas e rápidas (e.g., guerra ou depressão económica) geram o caos na estrutura normativa da sociedade, mergulhando-a num período de confusão de normas e valores que é considerado um estado de anomia. Posto isto, os indivíduos, desprovidos da orientação de regras e normas, não possuem autocontrolo que os impeça de evitar desviâncias e, como tal, farão o necessário para satisfazer os seus desejos ilimitados.

De acordo com o autor, um estado de anomia pode afectar toda a sociedade, mas também pequenos grupos de pessoas e até indivíduos (e.g., mudança de uma família de determinada área do país para outra) (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010).

Não obstante o importante contributo de Durkheim, com a teoria da anomia existia uma notória falha no estabelecimento de uma relação entre as condições de anomia, crime e desviância (Flowers, 1986; Shoemaker, 2005). Esta lacuna foi colmatada posteriormente com a publicação do artigo de Robert Merton em 1938, que recorreu a uma visão modificada do termo e aplicada à sociedade americana contemporânea de modo a explicar o surgimento e a presença de crime e delinquência nas sociedades (Shoemaker, 2005).

É neste contexto que surge a *Teoria da Pressão Social*, que conceptualiza a anomia enquanto a disjunção permanente que existe na sociedade entre os objetivos culturais socialmente valorizados e os meios institucionalizados ou legítimos para os alcançar (Hagan, 2010). Não obstante o facto de cada indivíduo possuir o seu próprio conceito acerca dos objetivos valorizados pela sociedade e dos meios que tem à sua disposição para os alcançar, um elevado número de pessoas partilha valores e objetivos similares (e.g., uma boa educação, uma boa casa), no entanto a capacidade para os atingir é estratificada por classes socioeconómicas (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010).

Esta disparidade torna-se notória entre indivíduos pertencentes a classes desfavorecidas, que pelas características que lhes são inerentes, se veem impossibilitados de concretizar objetivos legítimos através de meios lícitos, apresentando-se a delinquência como o seu último recurso (Tibbetts & Hemmens, 2010).

No seio da sociedade, o modo como os indivíduos respondem a esta discrepância entre objetivos e meios é diversificada, pelo que o autor identificou cinco modos possíveis de adaptação a esta *pressão social* (Shoemaker, 2005; Tibbetts, 2011).

Uma primeira reação, não considerada desviante, é a conformidade e está relacionada com a aceitação tanto dos objetivos culturais como dos meios institucionalizados para os alcançar. As restantes reações, desviantes, designam-se de inovação (há uma aceitação dos objetivos culturais mas uma rejeição dos meios legítimos para os alcançar), ritualismo (os objetivos são por vezes rejeitados e os meios rigidamente obedecidos), introversão (quando tanto objetivos como meios são rejeitados) e rebelião (rejeição de objetivos e meios e substituição destes por novos objetivos e meios) (Hagan, 2010; Shoemaker, 2005).

A teoria de Merton proporciona uma explicação eficaz para a delinquência, sobretudo nas camadas jovens, e constituiu a base para o desenvolvimento de outras

teorias da pressão social, como a proposta por Robert Agnew na década de 80, que ficou conhecida por *Teoria Geral da Pressão* (Tibbetts, 2011).

Para Agnew, a frustração decorrente da discrepância entre objetivos e meios descrita por Robert Merton, não é característica apenas das classes sociais mais baixas, mas sim algo transversal a todas as classes e posições económicas (Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011). Para além da pressão, Agnew identificou duas outras categorias adicionais, a apresentação de um estímulo nocivo (e.g., um pai abusivo, um chefe demasiado exigente) e a remoção do estímulo positivo valorizado (e.g., perda de um bom emprego, inibição da licença de condução). De acordo com a *Teoria Geral da Pressão*, as três categorias acarretam stresse e este, por sua vez, resultaria numa propensão para o indivíduo sentir raiva a qual, na ausência de mecanismos de *coping* adequados, geraria a predisposição para o crime e para a desviância (Tibbetts, 2011).

Na perspetiva do autor, mais importante que a pressão em si é o modo como cada um dos indivíduos lida com ela. Os mecanismos de *coping* que o indivíduo pode utilizar estão dependentes do nível de suporte social, do número, frequência, intensidade e duração das situações indutoras de pressão que enfrenta e ainda de características próprias da sua personalidade. Esta perspetiva imprime à anomia e à pressão social o rumo a um futuro mais interdisciplinar, arredando ambos os conceitos das suas origens sociológicas (Walsh & Hemmens, 2011) e, pela sua ênfase nos efeitos e emoções negativas, à parte das restantes teorias criminológicas (Hoffmann, 2010).

2.2.2. Teorias do Desvio Cultural

Fruto dos trabalhos de Durkheim e dos conceitos da emergente ecologia, Clifford Shaw e Henry McKay fazem uma adaptação às comunidades urbanas nos anos 30 do século XX e propõem a popular *Teoria do Desvio Cultural ou da Desorganização Social* (Ferreira, 2004). De acordo com os autores, numa área considerada desorganizada, as instituições de controlo social (e.g. família, escolas, comércio) estão fragmentadas, o que inviabiliza a execução das funções que lhes são esperadas. Os indicadores de desorganização social incluem, por exemplo, elevadas taxas de desemprego, de abandono escolar e de famílias monoparentais; sendo que os residentes destas áreas, onde prosperam os comportamentos antissociais, tendem a experienciar frequentemente conflito e desespero (Burfeind & Bartusch, 2011).

Shaw e McKay empreenderam esforços no sentido de descobrir a relação entre as taxas de crime em diferentes bairros de Chicago e as suas características particulares, no que constituiu o primeiro estudo em larga escala realizado nos Estados Unidos (Bohm & Vogel, 2011).

Os autores verificaram que as taxas de delinquência eram mais elevadas no que designaram de *bairros de transição*, áreas decadentes onde se desenvolveram gangs com meios de sobrevivência muito próprios, cujas tradições são passadas aos membros mais novos, assegurando-se a sobrevivência do gang de geração em geração num processo de *transmissão cultural*. Na *Teoria do Desvio Cultural*, o foco está direcionado para as condições internas ao ambiente urbano que afectam as taxas de delinquência. Neste sentido, a delinquência está associada às características do bairro e não às características pessoais ou culturais dos seus residentes.

Os conceitos de Shaw e McKey serviram de base a inúmeras investigações sobre o crime e delinquência e, não obstante as condições na América serem atualmente diferentes, os elementos mais importantes desta teoria continuam a ser sustentados (Siegel & Welsh, 2010).

2.2.3. Teorias da Aprendizagem Social

Esta abordagem postula que a delinquência é fruto da aprendizagem, em interação social, de normas, valores e comportamentos associados à atividade delinquente (Siegel & Welsh, 2010; Tibbetts, 2011). Aqui enquadram-se as teorias interpessoais e situacionais da delinquência que surgiram no período que medeia o desenvolvimento das teorias individualistas e das mais modernas concepções, nas quais o comportamento humano, à semelhança do comportamento delinquente, é flexível e não estático. Nesta perspetiva, as inclinações comportamentais dos indivíduos alteram-se consoante as circunstâncias e as situações; nem o delinquente nem a sociedade são desviantes, uma vez que a delinquência e o comportamento não delinquente surgem das mesmas condições gerais; e a maioria do comportamento delinquente é cometido no contexto grupal ou de *gang* (Shoemaker, 2005).

A teoria interpessoal da delinquência e da criminalidade adulta de Edwin Sutherland é designada de *Teoria da Associação Diferencial* e, apesar de o seu início nos remeter para década de 30, a sua versão final surge em 1947 pela mão de um dos

seus sócios (Siegel & Welsh, 2010). No seio das teorias da aprendizagem social, é a mais conhecida e popular, permanecendo como uma das teorias que melhor explica o comportamento delinquente (Siegel & Welsh, 2010).

Segundo o autor, não obstante o valioso contributo de Shaw e McKay, os seus trabalhos deixavam transparecer algumas lacunas que se relacionavam, sobretudo, com a incapacidade de explicar o *porquê* de nem todos os jovens oriundos de áreas urbanas consideradas “problemáticas” desenvolverem comportamentos delinquentes (Ferreira, 2004). Sutherland apresentou a sua teoria e os respectivos componentes sob a forma de nove declarações proposicionais que, de uma forma genérica, expressam que o comportamento criminal é aprendido através dos mecanismos associados a qualquer outro tipo de aprendizagem, em interação com os outros num processo de comunicação que ocorre, principalmente, dentro de grupos pessoais e íntimos. Segundo o autor, o indivíduo torna-se delinquente face à existência de um excesso de definições favoráveis à violação da lei, por oposição a definições desfavoráveis à violação da lei (Burfeind & Bartusch, 2011; Shoemaker, 2005).

É notória a importância que o grupo de pares detém nesta perspetiva, enquanto contexto que permite aos adolescentes aprenderem as definições favoráveis à violação das leis. Por sua vez, a família é relevante na medida em que o local onde vive determina o grau de exposição do jovem a padrões de delinquência fora de casa. Ademais, as experiências desagradáveis no seio familiar podem arrastar o jovem para fora de casa e encorajar a sua associação com pares delinquentes que, como referido, funciona como grupo primário onde a delinquência é aprendida (Burfeind & Bartusch, 2011).

Dois conceitos fundamentais emergem desta teoria: o conceito de *associação diferencial*, que postula que o ato de delinquência é fruto da associação com os outros e cometido como resposta ao excesso de atitudes favoráveis à violação das leis e normas naquele momento; e o conceito de *organização social diferencial*, alternativo ao conceito de desorganização social, que sustenta a existência de um certo nível de organização em qualquer ambiente social, quer este conduza ou não à criminalidade (Shoemaker, 2005). Sutherland não explica, porém, os mecanismos sob os quais esta aprendizagem de atitudes favoráveis à violação das normas e regras decorre.

Nesse sentido, em 1966, Robert Burgess e Ronald Akers procederam à revisão da *Teoria da Associação Diferencial*, descrevendo-a sob a forma de sete proposições,

nas quais são incorporados os princípios da teoria da aprendizagem comportamental, em particular o condicionamento operante (Tibbetts, 2011).

Os autores acreditavam, deste modo, explicar a ligação existente entre a estrutura social e o comportamento individual (Walsh & Hemmens, 2011). A *Teoria da Associação-Reforço Diferencial*, denominação pela qual ficou conhecida, enfatiza o contexto de aprendizagem em grupo, referindo-se aos processos sociais de recompensa e castigo enquanto reforço diferencial (Burfeind & Bartusch, 2011). É através da interação com outros significativos que o comportamento é reforçado, quer por recompensa quer por castigo, uma vez que são os outros significativos responsáveis por controlar as fontes e padrões de reforço, definir o comportamento enquanto certo ou errado e fornecer comportamentos que podem ser modelados através da aprendizagem (Siegel, 2011).

David Matza, por seu turno, manifesta na década de 50 uma visão menos determinista dos jovens delinquentes e avança com o conceito de “*fluxo*” para explicar o envolvimento no comportamento delincente. Em colaboração com Gresham Sykes, propõe a *Teoria do Fluxo*¹, uma teoria fenomenológica que integra três elementos basilares: a subcultura de delinquência e os valores ocultos, as técnicas de neutralização e o desenvolvimento de uma “vontade” para a delinquência.

Matza (2009) sugere a existência de uma subcultura de delinquência, não necessariamente uma subcultura delincente, e atesta que as tradições delinquentes são na verdade padrões menos convencionais e publicitados que continuam a fazer parte da cultura dominante na sociedade. Os atos delinquentes são permitidos e instigados por crenças e expectativas, que o autor considera tratar-se de *valores ocultos*, que abarcam diversas justificações que podem ser utilizadas antes do indivíduo cometer o ato delincente de modo a neutralizar os valores e normas convencionais.

Posto isto, o indivíduo racionaliza e justifica o seu comportamento através da neutralização do mesmo, recorrendo para isso a um conjunto de técnicas que fazem com que o ato cometido *não pareça tão grave*, no que em muito se assemelha aos mecanismos de defesa propostos por Sigmund Freud (Tibbetts & Hemmens, 2010).

Deste modo, e contrariamente aos postulados de Sutherland, os jovens mantêm-se parcialmente comprometidos à ordem social convencional mas podem “flutuar” para

¹ *Drift Theory no original*

a atividade criminal, sobretudo quando os controlos sociais (e.g., pais, família) estão frágeis e as pressões nesse sentido são elevadas (Burfeind & Bartusch, 2011).

2.2.4. Teorias do Controlo Social

À semelhança das teorias da aprendizagem social, as teorias do controlo social ressaltam o papel das relações sociais na etiologia do comportamento delinvente, particularmente a família, a escola e a comunidade. A ênfase é colocada nos mecanismos de controlo que exercem influência direta no indivíduo e, a simplicidade da sua premissa – quando o controlo está presente, o crime não ocorre, quando está ausente o crime é possível e frequentemente ocorre – torna esta perspetiva bastante apelativa (Lilly, Ball, & Cullen, 2011).

Uma das primeiras teorias do controlo social surgiu no final dos anos 40, com os trabalhos de Albert Reiss (Lilly, Ball, & Cullen, 2011). Para o autor, a delinquência é uma ocorrência social comum na ausência de controlos ou limites contrários a tal comportamento, consequência do fraco controlo do ego ou superego. A conformidade, por seu turno, resulta da aceitação e submissão do indivíduo às regras e papéis (idem). Assim, a família seria responsável por desencorajar as predisposições desviantes, assegurar a satisfação das necessidades básicas e prover as ligações emocionais essenciais na socialização dos indivíduos. Em conjunto com a comunidade, que ocupa um papel complementar, deve monitorizar e disciplinar adequadamente os indivíduos quando infringem as regras (Tibbetts & Hemmens, 2010).

À semelhança de Reiss, também F. Ivan Nye destaca o papel da família enquanto importante instituição geradora de controlo social oferecendo, contudo, uma visão diferente ao afirmar que, do mesmo modo que a família pode limitar o envolvimento no comportamento delinvente, ao não cumprir a sua função socializadora pode ter o efeito contrário e incentivá-lo (Burfeind & Bartusch, 2011).

Nye diferencia três formas de controlo social informal (i.e., controlos que têm origem na família): o *controlo direto*, que abarca as restrições e punições impostas por outros que limitam as inclinações individuais para cometer atos desviantes; o *controlo indireto*, cuja base é a identificação afectiva/emocional em especial aos cuidadores, que faz com que o indivíduo opte por se conformar numa tentativa de evitar desapontar os outros; e, por último, o *controlo interno* que ocorre quando o indivíduo internaliza e

implementa, de forma consciente, controlos expressos originalmente por outros significativos (Tibbetts, 2011).

Nesta ordem de ideias, o autor sugere que a ausência de controlos relacionais no seio da família e a incapacidade desta para dar resposta às necessidades e desejos dos jovens, funciona como um estímulo para o despoletar de comportamentos antissociais. O mesmo pode ocorrer com famílias desintegradas ou marcadas por relações de agressividade. A melhor estratégia para a inibição da atividade criminal seria, portanto, a existência de um saudável balanço entre liberdade e controlo parental (Tibbetts, 2011).

A sua conceptualização de controlo social proposta por Nye revelou-se central para o desenvolvimento de outras teorias do controlo social. Walter Reckless atesta na sua *Teoria da Contenção da Delinquência* que, para além das disposições naturais, existem fatores considerados *fatores extra* (e.g., ambiente social, inexistência de oportunidades educativas, escassez de emprego, pares delinquentes) que exercem pressão no indivíduo e podem motivá-lo a cometer um crime, condição evitável se o indivíduo possuir controlo (interno e externo) e contenção suficientes (Shoemaker, 2005; Tibbetts & Hemmens, 2010; Vito & Maahs, 2011).

De entre várias teorias modernas do controlo social, destaca-se, pelo inegável contributo prestado para o desenvolvimento teórico e prático do tema, a de Travis Hirschi publicada em 1969 no livro *Causes of Delinquency* (Lilly, Ball, & Cullen, 2011; Vito & Maahs, 2011). Mais do que explicar o comportamento delinquente e a motivação por detrás dos atos delinquentes, Hirschi considerava primordial explicar o porquê da conformidade dos homens às regras da sociedade. É neste contexto que surge a *Teoria do Vínculo Social*, que pressupõe que os atos delinquentes surgem como resultado da falha ou enfraquecimento do vínculo do indivíduo à sociedade. Este vínculo traduz-se pelo conformismo às regras e deve-se à ligação, crença, compromisso e envolvimento que o indivíduo tem com a sociedade (Burfeind & Bartusch, 2011).

Como atesta Hirschi, o crime enquanto escolha envolve custos e benefícios (*i.e.* consequências e gratificações). Na *Teoria do Vínculo Social*, a ênfase é colocada na ligação estabelecida com os primeiros agentes de socialização, os pais, a escola e o grupo de pares, que constituem o melhor preditor do comportamento delinquente (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Tendo em vista a fundamentação dos pressupostos da sua teoria, Hirschi expôs sistematicamente todos os conceitos e princípios, testando-os empiricamente. Para o efeito, recorreu aos dados utilizados no *Richmond Youth Project*, um estudo com mais

de 4.000 jovens, o que faz da sua teoria uma das mais testadas no campo da criminologia (Burfeind & Bartusch, 2011). Não obstante, as críticas apontam para a ênfase excessiva atribuída à importância das associações delinquentes a par com a ausência de uma explicação eficaz para a delinquência grave, criminalidade adulta, reincidência ou mesmo o efeito exercido pela idade (Bohm & Vogel, 2011).

Na década de 90, em conjunto com Michael Gottfredson, Travis Hirschi desenvolve a *Teoria do Autocontrolo* que afiança que a natureza do delinquente pode ser inferida pela natureza do ato criminoso, e vice-versa (Gottfredson & Hirschi, 2003). Os autores sugerem que os jovens cometem crimes porque têm baixo autocontrolo que permanece estável ao longo da vida, fomentado pelos progenitores durante a primeira infância, resultado da ausência de supervisão ou punição pelo mau comportamento (Gottfredson & Hirschi, 1990; Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011). Os autores apontam, entre as várias consequências sociais do baixo autocontrolo, o fracasso nas relações interpessoais e a dificuldade em estabelecer e manter amizades, prevalecendo uma tendência para não gostar de ambientes que requerem disciplina ou supervisão. Para além do autocontrolo é necessário ter em conta a exposição do indivíduo às oportunidades para que o envolvimento com o crime se concretize. A delinquência é racional e previsível e os atos delinquentes são cometidos tendo em vista uma recompensa que envolve um risco mínimo de dor (Bohm & Vogel, 2011; Siegel & Welsh, 2010).

A teoria de Gottfredson e Hirschi assume-se como uma *teoria geral do crime*, pelo que pode ser utilizada na explicação de vários atos análogos sendo o crime um entre muitos comportamentos possíveis (e.g., consumo de álcool, tabaco e drogas).

As investigações mais recentes evidenciaram a relação existente entre o autocontrolo e a delinquência, embora os resultados sugiram que as causas são mais genéticas do que sociais. Não obstante, a teoria surge envolta em controvérsia, com os críticos a apontarem falhas, nomeadamente à pouca atenção dedicada às diferenças individuais entre as crianças, à negligência das diferenças no poder das relações destas com os adultos ou à indiferença face às causas sociais (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010).

2.2.5. Teorias da Reação e do Conflito Social

Nas décadas de 60 e 70, entre as diversas perspectivas sociológicas, duas teorias explicativas da delinquência adquiriram popularidade (Shoemaker, 2005).

Uma destas teorias, a *Teoria da Reação Social* ou *Teoria da Etiquetagem*, distinguiu-se das demais por, ao invés de se focar exclusivamente na etiologia do crime, enfatiza as consequências associadas aos processos de controlo social (Mitchell, 2009).

Não obstante a sua já longa existência, a *Teoria da Etiquetagem* foi desenvolvida de modo mais detalhado por Edwin Lemert e suscitou interesse junto dos investigadores, tornando-se em 1960 uma das mais importantes explicações para o comportamento delinvente (Hagan, 2010). A sua popularidade deve-se, sobretudo, à notória mudança de direção no processo de análise da desviância. Assim, ao invés de se assumir que é o comportamento desviante que causa a reação social, admite-se que a reação social é a causa do comportamento desviante (Hagan, 2010).

Com o objetivo de compreender o processo social através do qual as definições de desviância e conformidade surgem, Lemert centrou a sua teoria nos comportamentos que são rotulados como desviantes, criminais ou delinquentes, nos grupos que recebem esta rotulação e nas consequências que o processo de rotulação envolve (Laub, 2002).

A *Teoria da Etiquetagem* assenta na premissa de que os indivíduos cometem atos desviantes porque foram rotulados como delinquentes, ou seja, esta rotulação negativa altera significativamente a autoimagem dos indivíduos ao ponto de se identificarem enquanto delinquentes e passarem a agir de acordo com o rótulo que lhes foi atribuído (Burfeind & Bartusch, 2011; Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010; Shoemaker, 2005).

Desta teoria emergem dois conceitos essenciais que se prendem com a distinção feita por Lemert (1951) entre desviância primária, que se refere ao ato desviante em si, e desviância secundária, que corresponde aos resultados gerados pela identificação do autor enquanto desviante (Laub, 2002; Shoemaker, 2005).

Não obstante as suas ideias centrais permanecerem pertinentes na atualidade, esta conceptualização da delinquência obteve descrédito a partir da década de 80 devido não só à inconsistência e debilidade do seu suporte empírico mas também às críticas de alguns teóricos que a acusam de se tratar de uma “defesa liberal da delinquência” (Mitchell, 2009; Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010).

As *Teorias do Conflito Social* têm por base os princípios de Thorsten Sellin e os seus princípios podem ser encontrados nos pressupostos da *Teoria da Etiquetagem* e, implicitamente, nas teorias de Shay e McKay, Merton e Sutherland (Laub, 2002).

Enfatizam que o conflito intergrupar, resultado da distribuição não equitativa de riqueza e poder na sociedade, é o princípio desencadeador da delinquência. Deste modo, assumem que de um lado se encontram aqueles que determinam e aplicam regras e do outro os que a essas regras estão subordinados. Os primeiros tendem a adoptar métodos que lhes permitem moldar as leis, conduzindo a uma maior exclusão dos desfavorecidos que, sem outras opções, recorrem a meios ilícitos para satisfazer as suas necessidades e alcançarem os seus objetivos (Hagan, 2010; Siegel & Welsh, 2010).

A *Teoria Radical da Delinquência*, associada a Karl Marx, difere das restantes teorias do conflito pela ênfase económica de que se reveste. Propõe que os comportamentos delinquentes e desviantes praticados pelas classes mais desfavorecidas da sociedade, são fruto do capitalismo e resultado das tentativas repressivas da classe dominante para controlar a classe subalterna (Burfeind & Bartusch, 2011; Shoemaker, 2005).

2.3. A Perspetiva Psicológica

A perspetiva psicológica da delinquência foi votada durante bastante tempo a um lugar de menos destaque na criminologia, muito em parte por esta se tratar de uma área emergente da sociologia. Posto isto, as teorias e investigações psicológicas no campo da delinquência vieram a ganhar destaque apenas nas últimas décadas do século XX, ainda fruto dos pensamentos evolucionistas (Binder, Geis, & Bruce, 2001; Pollock, 2008).

A causa da delinquência, nesta perspetiva, começou por ser a debilidade mental, uma das características das crianças e adultos atavistas, suportada por médicos, psicólogos e psiquiatras. Ademais, considerava-se que os criminosos possuíam insanidade moral e que esta se tratava de uma condição hereditária (Siegel & Welsh, 2010; Shoemaker, 2005).

Nas décadas de 60 e 70, Eysenck propõe uma teoria baseada em características da personalidade, cuja validade na explicação do comportamento delinvente ainda hoje é discutida. Segundo o autor, os delinquentes, e em especial os psicopatas, seriam

caracterizados por valores elevados de psicoticismo, neuroticismo e extroversão (Gonçalves, 2008).

No ponto de vista psicanalítico, Sigmund Freud debruça-se sobre os processos internos da mente e configurações de personalidade. Não obstante a parca contribuição na explicação do comportamento delinquente, as suas observações influenciaram outros autores a construir diferentes explicações causais da delinquência, sustentadas na literatura durante décadas (Shoemaker, 2005; Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011).

A aplicação dos princípios psicanalíticos à criminalidade e delinquência surge pela mão de August Aichorn. Aichorn apresenta o delinquente criminal enquanto um indivíduo agressivo e frustrado que, por ter experienciado eventos desagradáveis ou ausência de cuidados adequados por parte da família durante a infância, possui um ego frágil ou danificado que o torna incapaz de lidar com a sociedade convencional (Hollin, 1989; Siegel, 2011). O autor sugeriu ainda a existência de uma predisposição psicológica para o comportamento antissocial que designou de delinquência latente.

Na mesma linha de pensamento analítico, Schoenfeld considera que não são as tendências criminais a causa da delinquência mas sim o resultado de um fraco ego ou superego que faz com que o indivíduo não seja capaz de controlar os seus impulsos primitivos de infância e persiga a gratificação imediata (Flowers, 2003; Pollock, 2008).

Comum a todas estas conceptualizações está a crítica à ausência de evidências empíricas que sustentem a presença dos elementos sugeridos por Freud (Flowers, 2003; Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011).

A *Teoria da Frustração-Agressão*, não obstante objectivar uma explicação para a delinquência, cinge-se a aspectos particulares desta, nomeadamente a violência. Inicialmente com raízes nas teorias psicanalíticas, passou, gradualmente, a incorporar princípios da aprendizagem social, culminando numa conceptualização que reúne as principais conclusões da investigação psicológica no campo da agressividade e da criminalidade (Gonçalves, 2008).

Esta teoria sugere que a frustração resulta do impedimento do indivíduo alcançar a satisfação esperada no momento que deseja. Esta frustração estimula a agressividade que é dirigida ao estímulo que a produziu, ou a um objecto mais conveniente, permitindo que o indivíduo se liberte e regresse ao estado de conforto (Binder, Geis, & Bruce, 2001). Megargee (1982, citado por Gonçalves, 2008) adita que a conduta agressiva tende a manifestar-se se as motivações, os hábitos e os facilitadores

situacionais forem superiores aos inibidores individuais (e.g., medo da punição, valores aprendidos) e situacionais.

Na teoria proposta por Feldman (1977), a aprendizagem desempenha um papel de extrema relevância na aquisição e manutenção do comportamento delinquente, através de processos de modelagem e reforço vicariante e de recompensas resultantes das atividades criminosas, respectivamente. Por outro lado, do mesmo modo que pode aprender comportamentos delinquentes, o indivíduo pode também aprender a não delinquir, por efeito do poder restritivo da socialização (e.g., punições quando se verifica transgressão) (Gonçalves, 2008).

Uma outra abordagem teórica para a compreensão da origem da delinquência e da criminalidade diz respeito às *Teorias da Personalidade*. Estas sustentam que o conjunto de traços que caracterizam a personalidade do indivíduo tem implicações no seu comportamento (Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011).

No caso particular da *Teoria da Personalidade Criminal*, crê-se que existem determinados padrões de pensamento desviantes que começam por se manifestar durante a primeira infância. Os indivíduos criminosos distinguem-se da restante população por possuírem um conjunto de traços explicativos da sua tendência para o crime: o egocentrismo, a insensibilidade ao sofrimento dos outros, a fixação no momento presente, a ausência de autocontrolo e a irresponsabilidade. Estes traços seriam os responsáveis pela *passagem ao ato criminoso* (Cusson, 2002; Flowers, 2003).

Na viragem do século XX, com o aperfeiçoamento dos testes de inteligência, os investigadores centraram as atenções em aspectos individuais mais específicos, como o caso da inteligência, classificada como factor primário causal do comportamento delinquente, hereditário e imutável. Posto isto, possuir um coeficiente de inteligência abaixo da média seria o responsável pelo comportamento desviante (Flowers, 2003).

De acordo com a explicação de Herrnstein e Murray, os indivíduos com baixo QI estavam em *desvantagem cognitiva*, destinados assim a cometer crimes e a ter taxas de abandono escolar elevadas (Binder, Geis, & Bruce, 2001).

Sabe-se atualmente, com base em estudos mais recentes, que a inteligência afecta de fato a delinquência, mas de modo indireto, relacionando-se também com a criminalidade (Flowers, 2003; Shoemaker, 2005).

2.4. A Perspetiva Desenvolvimentista

As teorias do desenvolvimento apresentam sob outra perspetiva, fatores que há muito os criminologistas acreditavam estar relacionados com a delinquência (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010). Apesar de se basear em muitas das teorias anteriores, a perspetiva desenvolvimentista representa um passo essencial para a criminologia ao considerar a importância da idade e a influência que a experiência de fatores de risco em determinados estádios da vida pode exercer no comportamento do indivíduo em estádios subsequentes (Loeber & Farrington, 2001).

Segundo vários autores (Tibbetts, 2011; Walsh & Hemmens, 2011) esta perspetiva proeminente nos tempos modernos acarreta inúmeras vantagens pela sua natureza dinâmica: considera e integra num todo coerente fatores sociológicos, psicológicos e biológicos; tem como base os estudos longitudinais das coortes que seguem os mesmos indivíduos durante longos períodos de tempo; estes estudos não assentam em amostras por conveniência e são capazes de identificar características que conduzem ao início, persistência e desistência do crime nos mesmos sujeitos, com enfoque na frequência, duração e gravidade dos comportamentos delituosos desde o seu início até à desistência.

Assim, e de acordo com Farrington (2010), são investigadas questões como o desenvolvimento do comportamento antissocial e delinquente desde o nascimento do indivíduo até à sua idade adulta, a identificação dos fatores de risco e de proteção nas diferentes idades e os efeitos que determinados acontecimentos de vida exercem no trajeto desenvolvimental do indivíduo.

Entre os muitos contributos relevantes nesta perspetiva, destaca-se o de Glen Elder, um dos primeiros sociólogos a debruçar-se sobre a influência que certos eventos em determinados estádios da vida exercem no comportamento posterior do indivíduo.

Elder postulou que quantas mais transições precoces o indivíduo experiencia, mais probabilidades tem de se envolver em problemas de comportamento. A exposição a álcool e drogas representa uma das transições mais graves e, atualmente, as investigações mostram que se trata, de fato, de um preditor da delinquência e de outros problemas de comportamento (Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2010).

Gerald Patterson direciona as atenções para a influência que as práticas parentais têm no comportamento delinquente, no que é a base da sua *Teoria da Troca Coercitiva*. Segundo o autor, e com base nas suas sistemáticas observações das interações entre pais

e filhos, se os pais reagirem repetida e imediatamente após o mau comportamento da criança com uma disciplina justa e eficaz, esta aprenderá que o mau comportamento acarreta consequências desagradáveis; uma disciplina negligente e inconsistente, pelo contrário, favorece o seu envolvimento na delinquência (Cullen & Wilcox, 2010). Patterson foi ainda pioneiro na diferenciação entre os delinquentes com iniciação precoce e os delinquentes de iniciação tardia, conceptualização que possui atualmente elevado suporte empírico.

Um dos contributos mais importantes para a compreensão da evolução e tipificação do comportamento delinquente cabe a Terrie Moffitt que, com base nos postulados de Patterson, define dois percursos criminais distintos: o dos delinquentes limitados à adolescência e o dos delinquentes persistentes ao longo da vida (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010).

Robert Sampson e John Laub são responsáveis pelo desenvolvimento de uma das teorias mais investigadas na área da delinquência. As suas concepções são o resultado da reanálise dos dados recolhidos por Sheldon e Eleanor Glueck nos anos 40 e representam uma forma mais específica da *Teoria do Fluxo* proposta por David Matza (Tibbetts, 2011).

Na *Teoria do Controlo Social Informal Adaptado às Várias Idades*, os autores atestam que uma ampla gama de fatores, entre os quais as condições estruturais, os traços individuais e o controlo social, cuja importância varia ao longo da vida, exercem influência no modo como a delinquência evolui (Cullen & Wilcox, 2010). Pouca atenção é dedicada aos fatores de risco responsáveis por uma trajetória particular, sendo a ênfase colocada na importância de determinados eventos e mudanças no ciclo da vida (e.g., casamento, emprego, serviço militar) que são susceptíveis de alterar as decisões individuais para cometer ou não atos criminosos, no que se considera serem *pontos de viragem* (Walsh & Hemmens, 2011). Contudo, o facto de nas mesmas circunstâncias nem todos os indivíduos desistirem da atividade delinquente, é uma questão à qual esta teoria não consegue dar resposta.

É no âmbito da perspetiva desenvolvimentista que se incluem alguns dos estudos de maior relevância no âmbito da delinquência, não só em termos metodológicos mas sobretudo empíricos.

Destacam-se as investigações de Weis, Catalano e Hawkins na década de 90 que, em conjunto com outros colaboradores, conduziram o *Seattle Social Development Project*, um estudo longitudinal com mais de 800 crianças de 18 escolas públicas da

cidade de Seattle. Os investigadores, que mais tarde elaboraram o *Modelo de Desenvolvimento Social*, sustentam que os jovens em situação desvantajosa possuem menos oportunidades de obter um desenvolvimento pro-social, menos competências que lhes permitam ter sucesso na sociedade e por isso mesmo se associam frequentemente a pares delinquentes (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2010). Na Dinamarca, Mednick, Brennam e colaboradores conduziram o *Danish Birth Cohort Studies*, que inclui todas as 358.180 pessoas nascidas entre 1944 e 1947 e seguidas com recurso aos registos criminais até aos 44 anos (Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011).

Já Farrington, tido como um dos investigadores mais prolíferos das teorias do desenvolvimento, esteve por detrás do popular *Cambridge Study in Delinquent Development*, um estudo multi-geracional com uma amostra de 411 indivíduos, cujos resultados têm sido utilizados por autores e investigadores em inúmeros trabalhos científicos (Farrington, 2010).

Após anos de estudo das causas e correlações da delinquência grave e da violência, Farrington, com base nos resultados do *Cambridge Study in Delinquent Development*, desenvolveu a sua própria teoria, designada de *Teoria do Potencial Antissocial Cognitivo Integrado*, que conjuga princípios de outras teorias, anteriormente referenciadas (e.g., pressão social, controlo, aprendizagem). Segundo o autor, a base da delinquência é o *potencial antissocial*, o potencial para cometer atos antissociais, que é despoletado por processos cognitivos e de tomada de decisão e que tem em conta não só as oportunidades mas também as vítimas (Farrington, 2008).

A transgressão cometida pelo indivíduo dependerá da sua *motivação* (desejo de objectos materiais, procura de excitação ou busca pela obtenção de um estatuto de prestígio), dos *métodos* (métodos antissociais quando se optam por aqueles que sejam ilegais para a sua satisfação), das *crenças internalizadas* (as tendências antissociais serão facilitadas consoante a internalização de crenças e atitudes construídas através do processo de aprendizagem e que sejam favoráveis ao não cumprimento da lei) e, por último, dos *processos de tomada de decisão* (o crime será cometido em determinada situação de acordo com a oportunidade e com resultado da apreciação probabilidade-custo-benefício dos diferentes resultados possíveis) (Gonçalves, 2008).

O facto de conjugar aspectos inerentes a outras conceptualizações teóricas acerca do comportamento delinquente torna-o um modelo integrador, sustentado por estudos e investigações a respeito das carreiras criminais e dos principais preditores do comportamento criminal adulto.

3. A evolução do comportamento delinquente e antissocial: a perspectiva desenvolvimentista das carreiras criminais

As primeiras referências e formulações relativas ao início, continuidade, estabilidade e desistência das carreiras criminais ao longo da vida remontam ao estudo longitudinal de Sheldon e Eleanor Glueck nos anos 30 (Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011).

Com uma amostra de 1000 jovens delinquentes entre os 10 e os 17 anos seguidos até aos 32 anos de idade, os autores procuraram as respostas para todas as facetas e causas possíveis da delinquência, impulsionando investigações que, décadas depois, resultaram na tipificação de trajectórias delinquentes amplamente utilizadas no presente (Sprinthall & Collins, 1999). Embora os autores recorram frequentemente a designações e etiologias diferentes, é possível encontrar semelhanças entre as várias tipologias de comportamento delinquente, como por exemplo ter em conta a *idade* enquanto factor chave na delimitação do início e término do comportamento.

O conhecimento das características chave das carreiras criminais, como a idade de início ou a probabilidade de persistência depois de iniciada, revela-se fundamental para a compreensão do fenómeno da delinquência e da criminalidade. Não obstante os esforços empreendidos nesse sentido, prevalecem críticas, nomeadamente no que concerne à negligência face ao possível início de uma carreira delinquente no início da idade adulta, ou à escassez de estudos que identifiquem os fatores de risco associados a cada uma das tipologias (Farrington, 2004a; Pulkkinen, Lyyra, & Kokko, 2009).

3.1. Tipologias do comportamento delinquente

3.1.2. A tipologia de Patterson

Patterson (1990) foi um dos primeiros autores a diferenciar trajectórias delinquentes, com base na idade e na etiologia do comportamento antissocial. De acordo com a classificação do autor, os delinquentes de início precoce (*early starters*) correspondem às crianças presas antes dos 14 anos de idade, cujo comportamento antissocial é consequência directa de pobres práticas parentais. Os delinquentes de

início tardio (*late starters*) são as crianças detidas aos 14 anos ou depois e cujo comportamento delinquente é directamente determinado pelo grupo de pares, estando os processos familiares, como a ausência de supervisão, apenas indirectamente envolvidos (Burfeind & Bartusch, 2011; Loeber & Farrington, 2001).

3.1.3. A tipologia de Fréchette e Le Blanc

Para Fréchette e Le Blanc (Fréchette & Blanc, 1987; Le Blanc, 1997), é possível situar o indivíduo na sua carreira delinquente com base na idade de início, quantidade, gravidade e persistência de delitos no decorrer do seu ciclo de vida. Nesta tipologia de carreira, podemos encontrar uma *delinquência esporádica ou ocasional*, caracterizada por um número limitado de delitos de fraca gravidade num momento preciso da vida e que não se reproduzem; uma *delinquência explosiva* que surge num período restrito inserido num clima de adversidades familiares e pessoais onde os atos delituosos são numerosos, heterogêneos e de gravidade média; uma *delinquência persistente ou intermédia* que se apresenta de modo heterogêneo, de longa duração e gravidade intermédia, inscrita numa trajectória com início na infância e que persiste até à desistência na idade adulta; e uma *delinquência persistente grave* pautada por um crescente de atos delituosos em número e em gravidade durante a adolescência que se prolongam numa carreira criminal na idade adulta.

3.1.4. A tipologia de Terrie Moffitt

Com base na conceptualização de Patterson, Terrie Moffitt (1993) desenvolveu uma tipologia de continuidade que se considera uma das mais preeminentes categorizações do comportamento delinquente. A autora pressupõe a existência de diferenças individuais marcantes entre o comportamento antissocial temporário e situacional, considerado até certo grau normativo, dada a sua frequência entre os adolescentes, e o comportamento antissocial relativamente estável e persistente, presente entre um número diminuto de homens. Neste sentido, distingue duas tipologias de delinquentes, consoante a sua localização e extensão na carreira criminal em função da idade (Gonçalves, 2008). Por um lado, aqueles cuja delinquência é limitada à

adolescência (*adolescence-limited delinquency*), por outro os indivíduos cuja delinquência é persistente ao longo da vida (*life-persistent delinquency*).

No caso dos delinquentes ao longo da vida, Moffitt (2003) sugere que o comportamento antissocial tem as suas origens na infância, por volta dos 3 anos, onde variações neuropsicológicas herdadas ou adquiridas se manifestam subtilmente na criança através de défices cognitivos problemas comportamentais ou sintomas oposicionais (e.g., teimosia, desobediência), colocando-a numa posição de risco.

Estes traços individuais interagem com fatores ambientais de risco, como a pobreza ou o vínculo disruptivo à família, que à medida que a idade avança, se vão estendendo para fora da família até relações pobres com pares e professores e impedem a aprendizagem de competências pro-sociais. A interação *traços individuais-fatores ambientais* constrói, gradualmente, uma personalidade desorganizada que tende a evoluir para padrões mais sérios de antissocialidade durante a adolescência, o que favorece a persistência da atividade delinquente e do comportamento antissocial e impede a sua desistência.

Estes indivíduos exibem, ao longo da vida, mudanças em termos de manifestação de comportamentos antissociais, o que sugere que estão dependentes da idade e das oportunidades e circunstâncias sociais que surgem em diferentes pontos do desenvolvimento (e.g., furtar lojas aos 10 anos, vender droga aos 16 anos, roubar aos 22 anos e cometer fraude aos 30). A persistência e severidade dos atos que é manifestada neste grupo faz com que se considere o mais problemático para a sociedade (Mulder E. , 2010; Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2010). Face à continuidade e estabilidade do comportamento antissocial, este tipo de indivíduos é também designado de “*stable early starters*” (Gonçalves, 2008).

Nos delinquentes limitados à adolescência, o comportamento antissocial emerge durante a puberdade, por volta dos 15 anos, fruto da confusão interna associada ao desenvolvimento adolescente, onde enveredar pelo caminho desviante se mostra apelativo como meio de conquistar autonomia dos progenitores, afiliação com os pares e antecipar a maturação social. Os atos delinquentes que praticam são heterogéneos, pouco contínuos e muitos dos jovens, no início da idade adulta, são capazes de desistir abruptamente e adoptar um estilo de vida mais convencional. Contudo, e como sugere Moffitt (1993), a existência de registo criminal ou detenções por parte do jovem pode comprometer a transição bem sucedida para o início da idade adulta.

3.2. *Investigação sobre as carreiras delinquentes*

Farrington, Ttofi e Coid (2009) analisaram os fatores de risco associados às tipologias definidas por Moffitt e verificaram que, contrariamente ao proposto pela autora, os delinquentes limitados à adolescência partilhavam alguns fatores de risco com os delinquentes persistentes ao longo da vida, nomeadamente as precárias condições de habitação, a família numerosa, o progenitor condenado, registo de hiperatividade em criança, baixo QI não verbal. Os delinquentes persistentes ao longo da vida possuem no entanto mais fatores de risco em todas as idades quando comparados com as restantes categorias, e menos sucesso na vida aos 32 e 48 anos.

Além das tipologias de delinquentes definidas por Moffitt e Patterson, é provável a existência de um grupo de delinquentes limitados à idade adulta (*adult starters*), de início tardio mas contínuo, e de delinquentes descontínuos, que se pautam por padrões de comportamento antissocial intermitentes, sendo que ambos são parcialmente considerados em algumas tipologias enquanto *delinquentes tardios* ou *ocasionais* (Gonçalves, 2008).

Acerca do pequeno grupo de indivíduos que apenas dá início às atividades delinquentes depois dos 21 anos de idade, Zara e Farrington (2010) consideram tratar-se de um grupo negligenciado no estudo das carreiras criminais, sendo necessária uma melhor compreensão dos fatores que estão por detrás deste início tardio.

Os autores investigaram, ao longo das diferentes fases da vida, quais os fatores com probabilidade de predizerem significativamente uma carreira criminal de início tardio e quais podem atuar como fatores psicológicos protetores de modo a atrasarem o início de uma carreira de início tardio, recorrendo a 403 rapazes da amostra do *Cambridge Study in Delinquent Development*, seguidos no intervalo dos 8 aos 10 anos e dos 48 aos 50 anos de idade e divididos em delinquentes de início tardio, delinquentes de início precoce e não delinquentes. Os resultados evidenciaram que, durante a infância, os delinquentes de início tardio estiveram sujeitos a várias adversidades familiares (e.g., negligência física, fraca supervisão parental, condições precárias de habitação) e revelaram níveis elevados de neuroticismo que se mantiveram durante a adolescência. Durante a infância e a adolescência, apresentavam semelhanças genéricas com o grupo de não delinquentes, contudo, à medida que entravam na idade adulta, tendiam a afastar-se do grupo de não delinquentes e a assemelhar-se ao grupo de delinquentes de início precoce. Aos 32 anos, os delinquentes de início tardio tendiam a

ter empregos não qualificados, com salários baixos e instáveis, situação muito similar ao grupo de delinquentes de início precoce.

Os autores sugerem que o risco de início de uma carreira de início tardio pode ser predito na infância e adolescência. Os elevados níveis de neuroticismo e nervosismo podem ter funcionado, inicialmente, como proteção ao cometimento de delitos numa idade precoce, ao afastar a criança de potenciais riscos (e.g., pares delinquentes). Contudo, na idade adulta, poderiam ser insuficientes para exercer o mesmo tipo de proteção. Ademais, a utilização de mecanismos de *coping*, quiçá patológicos, para lidar com estas características psicológicas durante a infância, pode ter incrementado a vulnerabilidade do indivíduo ao comportamento criminoso.

Na mesma linha de pensamento, Pulkkinen, Lyyra e Kokko (2009) recorreram a uma amostra de 196 homens do *Jyväskylä Longitudinal Study of Personality and Social Development*, divididos em quatro categorias de delinquentes de acordo com várias fontes de informação: delinquentes persistentes, delinquentes limitados à adolescência, delinquentes de início na adultez e não delinquentes. Os resultados sugerem que os delinquentes persistentes tendem a evidenciar características de personalidade antissocial e problemas de funcionamento social e psicológico, transversais a todas as fases de desenvolvimento. Com exceção do grupo de não delinquentes, os restantes tendiam a manifestar no início da meia-idade, elevado neuroticismo, agressividade e sintomas psicossomáticos. Os delinquentes de início de carreira na idade adulta, manifestavam uma personalidade emocionalmente instável no início da idade adulta e tendiam a consumir álcool em excesso.

3.3. A reincidência em comportamento delinquente

A continuidade dos delitos da adolescência até ao início da idade adulta é um bom indicador da persistência criminal do indivíduo (Mulder E. , Brand, Bullens, & van Marle, 2010b). Implícito a esta persistência no cometimento de delitos está associado o processo de reincidência.

O termo é utilizado para descrever o acto de um indivíduo repetir determinado comportamento indesejado após ter experienciado consequências negativas desse mesmo comportamento ou depois de ter sido impelido a extingui-lo (Ramdhan & Bissessar, 2010).

Segundo Cusson (2002), quanto maior o numero de delitos cometidos pelo individuo no passado, maior o risco de reincidência. Compreender este fenómeno assume-se tarefa difícil em investigação, face à dificuldade que existe em identificar o que acontece imediatamente antes e durante a repetição do acto criminoso.

Não obstante, na tentativa de elaborar um modelo explicativo do processo de reincidência criminal, Zamble e Quinsey (1997), assumem que os fatores que predizem a reincidência em criminosos condenados são muito similares aos fatores que predizem o início do comportamento delinvente. Os autores destacam ainda o papel primordial dos fatores de risco de natureza dinâmica no processo de reincidência, visto tratarem-se de fatores cuja manipulação está associada a uma subsequente variação no comportamento criminal.

Tendo em vista a identificação dos principais fatores de risco associados à reincidência, Mulder, Brand, Bullen e Marle (2010b) analisaram 70 fatores de risco individuais relacionados com a reincidência uma amostra de 1154 jovens holandeses sentenciados a internamento para tratamento obrigatório numa instituição juvenil.

A identificação dos fatores considerados de risco surge da análise prévia dos fatores de risco associados ao percurso dos delinquentes juvenis mais graves afectos à instituição (5%) e que permitiu aos autores diferenciar entre fatores de risco estáticos (e.g. idade do primeiro delito, criminalidade familiar, baixo desempenho académico) e fatores de risco dinâmicos (e.g. contacto com pares delinquentes, ausência de competências e estratégias de *coping* positivas, psicopatologia).

Da amostra inicial, foram recolhidos dados de reincidência de 728 jovens delinquentes e os resultados sugerem que, independente do tipo de reincidência (*i.e.* tipo de delito cometido), o único factor consistentemente associado é a presença de psicopatologia. O historial de delitos, consciência e empatia predizem a reincidência no geral e, todos os fatores de risco dinâmicos estão associados à reincidência grave ou violenta. Os autores identificaram ainda subgrupos distintos de jovens delinquentes aos quais estão associados perfis de risco e taxas de delinquência particulares.

A supervisão e implementação de disciplina parental, por seu turno, parecem funcionar como fatores protetores à reincidência no comportamento desviante (Lemos, 2010). Carr e Vandiver (2001) estudaram os fatores protetores associados à manifestação de resultados positivos em delinquentes não reincidentes, numa amostra de 76 jovens delinquentes. Os resultados encontrados reforçam o papel importante dos fatores de proteção e resiliência na diminuição da reincidência, nomeadamente fatores

individuais, familiares e acadêmicos. Os jovens delinquentes sem história de reincidência *sentiam-se felizes com eles próprios e davam-se bem com os outros*, relataram ter atitudes mais positivas em relação às regras escolares e autoridade, caracterizavam-se pela existência de estrutura e regras em casa, suporte e orientação familiar e tamanho reduzido da fratria.

Chang, Chen e Brownson (2003) investigaram cerca de 17.000 alunos do último ano do ensino secundário entre 1996 e 1999. Para além do género, raça, uso de drogas, baixo desempenho escolar e conflitos com os progenitores, os autores verificaram uma associação significativa entre a vitimização repetida e a reincidência no comportamento delinquente.

4. A atividade criminosa e o contacto com o sistema de justiça

4.1. O sistema penitenciário português: estabelecimentos prisionais e população reclusa em Portugal

Em Portugal, a Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) (2012) é o serviço de administração direta do Estado integrado no Ministério da Justiça responsável por assegurar a gestão do sistema prisional e a execução das penas e medidas privativas de liberdade. Na área do tratamento penitenciário segue o modelo de estrutura matricial, agrupado por centros de competências. Integrado nos serviços prisionais está o corpo da guarda prisional, responsável por assegurar a vigilância e segurança dos estabelecimentos prisionais e das restantes instalações da DGSP.

Nas palavras de José Menéres, antigo Provedor de Justiça, *“a privação da liberdade não deve consistir no simples pagamento de uma dívida do delinquente para com a sociedade (...) a prisão deve procurar alcançar os objetivos de uma assistência prisional e pós-prisional com vista a auxiliar os presos a prosseguir (...) uma vida de acordo com os princípios de uma sã convivência social (...)”*. (Relatório sobre o Sistema Prisional, 1996).

Posto isto, e de acordo com o Decreto-lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, que aprova o código da execução das penas e Medidas Privativas de Liberdade, a reinserção do indivíduo delinquente na sociedade assume-se como o princípio fundador. Cabe à DGSP empreender esforços no sentido de garantir a criação de condições que potenciem esta reinserção social e simultaneamente contribuir para a defesa da ordem e da paz social.

Em Portugal, os estabelecimentos prisionais encontram-se divididos em três categorias distintas: estabelecimentos prisionais centrais, destinados a reclusos que cumpram medidas privativas de liberdade superiores a 6 anos; regionais, para reclusos que cumpram medidas privativas de liberdade até 6 anos e estabelecimentos prisionais especiais, que englobam os hospitais prisionais, hospitais psiquiátricos prisionais ou centros de detenção juvenil. É possível ainda diferenciar os vários estabelecimentos em termos de medidas de segurança especial, média ou alta. No total, contabilizam-se 17 estabelecimentos prisionais centrais, 28 regionais e 4 especiais (DGSP, 2010) distribuídos pelos distritos Judiciais do Porto, Coimbra, Lisboa e Évora.

De acordo com os dados estatísticos publicados pela DGSP (2012), a 31 de Dezembro de 2011, existiam 12.681 reclusos nos estabelecimentos prisionais portugueses, dos quais 11.970 homens e 711 mulheres.

Os dados indicam que 10.133 reclusos são portugueses; 3.548 são reclusos estrangeiros maioritariamente provenientes de países africanos; 1128 dos reclusos têm entre 16 e 18 anos, sendo a faixa etária dos 25-39 anos a de maior representatividade, com um total de 5.147 reclusos. No total, 2.470 são reclusos preventivos e 9.979 reclusos condenados, estando os restantes sob medidas de segurança.

No que concerne ao tipo de crime, os crimes contra o património ocupam o lugar cimeiro (2.888 indivíduos), seguidos pelos crimes contra as pessoas (e.g., homicídios, ofensas à integridade física), crimes relativos a estupefacientes, outros crimes como crimes rodoviários (1.962) e por último, crimes contra a vida em sociedade (751 reclusos). Do total de reclusos afectos às prisões portuguesas, 11.512 possui habilitações literárias e destes, apenas 155 têm o ensino superior completo.

Não obstante o número elevado de indivíduos em contacto com o sistema penitenciário, por comparação com anos anteriores verifica-se um decréscimo da população reclusa. Em 2005, 12.889 reclusos excediam a lotação máxima dos estabelecimentos prisionais, cenário semelhante no ano 2000, onde o número ascendia a 12.944 reclusos.

Na década de 90, a sobrelotação dos estabelecimentos centrais e, sobretudo, dos estabelecimentos regionais, representava um problema grave em termos de organização, gestão e manutenção dos recursos humanos e população reclusa. Neste sentido, e fruto de conclusões inquietantes retiradas dos relatórios sobre o sistema prisional, algumas das instituições procederam à remodelação dos espaços, aumentando a sua lotação (Relatório sobre o Sistema Prisional, 1996).

4.2. O papel do Psicólogo nos Estabelecimentos Prisionais

A entrada de psicólogos para a DGSP teve início há cerca de 25 anos e desempenhou um papel importante enquanto contexto de inserção e desenvolvimento profissional dos psicólogos portugueses (Almeida, 1993). Já em 1992, na convenção anual da Associação dos Psicólogos Portugueses (APPORT), subordinada ao tema “Novas Alternativas de Intervenção Psicológica”, se salientava a importância da

intervenção psicológica levada a cabo nos sistemas prisionais. Contudo, na atual Lei Orgânica dos Serviços Prisionais (Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro), o psicólogo não existe enquanto tal, surgindo habitualmente designado de Técnico Superior de Reeducação (Leal, 1999).

A função do psicólogo em ambiente prisional não se assumiu estanque e, ao longo dos anos, tendo em conta a importância que foi adquirindo, o seu campo de ação tornou-se gradualmente mais complexo: de terapeuta a “conselheiro de crises”, até à formulação mais atual que amplia o seu papel não apenas enquanto agente transformador interno, dos reclusos, corpo da guarda e pessoal civil, mas a desempenhar funções também na vida pós-prisional, congregando assim funções de Avaliação, Tratamento e Reabilitação (Gonçalves, 1993a).

A par com a situação de reclusão, e o que Gonçalves (1993b; 2008) designa de “patologias de adaptação”, as características próprias de um estabelecimento prisional, (e.g., existência de um sistema de regras minucioso, de um código interno de valores, de atividades programadas e de uma vida monótona e rotineira) tendem a exercer (ou a exacerbar) marcados efeitos biológicos, psicológicos e sociais nos indivíduos: dificuldade na conciliação do sono, problemas de privação sexual, perda de autoestima, deterioração progressiva da imagem do mundo exterior, conformismo, dependência, depressão, aumento da ansiedade, alienação familiar e laboral, entre outros (Caballero citado por Yela, 1998).

O papel do psicólogo clínico e da saúde no contexto prisional passa por compreender estes efeitos e promover a adaptação ao ambiente, intervindo junto dos indivíduos para que, não só aprendam novas formas de comportamento, mas também tirem partido dos seus próprios recursos e dos recursos do meio em que estão inseridos, mudando-os tendo em vista o seu bem-estar ou alterando crenças, atitudes e comportamentos para que se adaptem àquilo que não podem mudar (Gonçalves, 2010).

De forma sumária podemos dizer que as funções do psicólogo passam pelo desenho de programas de intervenção (terapia individual ou em grupo) com reclusos que apresentem comportamentos desadaptados (e.g., controlo da ira e agressividade, prevenção do suicídio, aquisição de competências sociais, resolução de problemas) e intervenção em alterações psicológicas (e.g., depressão, ansiedade).

Contudo, e como refere David Farrington (1980, citado por Gonçalves, 2008), o papel primordial dos psicólogos em contexto prisional deveria prender-se com a

investigação, visto serem de entre todos os profissionais dos serviços prisionais, os que apresentam mais capacidades técnicas e científicas para o fazer.

Capítulo 2

Risco e Proteção e Psicopatologia no Comportamento Delinquente e Antissocial

Introdução

No seguimento do que foi exposto no capítulo anterior, Rutter, Giller e Hagell (1998) postulam que se tem verificado um crescimento exponencial de trabalhos focados no conhecimento da natureza da delinquência, as suas causas, os fatores que influenciam a sua perpetuação na vida adulta e a sua prevenção e tratamento. É sobretudo nas causas e fatores que perpetuam a delinquência e o comportamento antissocial ao longo do ciclo da vida, e aqui muito se deve à perspectiva desenvolvimentista, que a maioria dos teóricos desenvolve os seus estudos e se obtém um número volumoso de resultados.

A este respeito, um dos estudos mais documentados e completos acerca da delinquência cabe a West e Farrington (Farrington, 2004a) e ao *Cambridge Study in Delinquent Development*, cujo objetivo era identificar e medir o maior número possível de fatores que poderiam estar correlacionados com as causas do comportamento antissocial, delinquência e criminalidade.

Parece consensual na literatura (Dekovic, 1999; Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011) que, para a formulação de explicações acerca da origem dos problemas comportamentais, inclusive do comportamento delincente, os investigadores procuram determinar os diferentes fatores que afectam o indivíduo muitos anos antes do incidente, considerando diferentes períodos de desenvolvimento. Estes fatores são classificados em duas amplas categorias, fatores de risco e fatores de proteção.

Tendo em vista a prevenção e predição dos comportamentos delinquentes e da sua reincidência, identificar e conhecer de modo aprofundado cada uma destas categorias revela-se fundamental para a execução de uma intervenção eficaz nos vários domínios de funcionamento (e.g., família, escola, grupo de pares) (Kazdin, 1997; Lemos, 2010). Ademais, torna-se imprescindível a realização de estudos prospectivos que possam medir os fatores de risco psicossocial, repetidamente, desde o nascimento até à idade adulta e testar possíveis ligações teóricas entre estes e o comportamento antissocial (Farrington, 2010)

Atualmente, sabe-se que fatores individuais, familiares e sociais estão implicados no surgimento e manutenção do comportamento antissocial e delincente, contudo o modo como interagem é complexo e ainda pouco conhecido (Bordin & Offord, 2000). Do mesmo modo se salienta a importância de mais pesquisa no que

concerne aos fatores de risco biológicos e comunitários, mas sobretudo, dos fatores de proteção (Hoeve, Dubas, Eichelsheim, Laan, Smeenk, & Gerris, 2009).

A perturbação da personalidade antissocial representa a psicopatologia com maior expressão junto da população reclusa. A par com as perturbações da personalidade, as perturbações do humor e as perturbações relacionadas com abuso de substâncias parecem também frequentes (Coid, 2004).

O contexto prisional e as especificidades a ele inerentes representam, em muitos casos, fatores desencadeadores de reações menos adaptativas e patológicas. Assim, para além da pré-existência de psicopatologia, importa considerar também as patologias fruto da adaptação à reclusão, como as perturbações depressivas ou da ansiedade.

Não obstante o reconhecimento de que o psicólogo exerce um papel fundamental na minimização da sintomatologia psicopatológica, a atual Lei Orgânica dos Serviços Prisionais não contempla a sua existência enquanto tal.

No presente capítulo abordaremos os principais fatores de risco e proteção psicossocial, à luz das mais relevantes investigações no âmbito do comportamento delinquente e antissocial e ainda a incidência de psicopatologia na população reclusa, com referência aos principais estudos e investigações sobre o tema.

1. Risco psicossocial para o comportamento delinquente e antissocial

Revela-se pertinente, antes de mais, definir o conceito de factor de risco, utilizado para referenciar as situações, contextos, eventos ou características que estão associados ao aumento da probabilidade do indivíduo se tornar delinquente (Dekovic, 1999; Loeber, Green, & Lahey, 2004; Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011).

Pela importância de que se revestem, nos últimos 30 anos os investigadores têm feito progressos consideráveis no sentido de identificar os fatores de risco associados ao comportamento delinquente e antissocial (Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott, & Catalano, 2000). Crê-se que alguns destes fatores de risco estejam presentes no nascimento ou emergem pouco tempo depois, enquanto outros emergem mais tarde nas vidas dos indivíduos (Leventhal & Brooks-Gunn, 2003)

Numa análise aprofundada dos fatores de risco psicossociais infantis encontrados no *Cambridge Study in Delinquent Development*, Farrington (2000) sugere que os fatores de risco psicossocial medidos entre os 8 e os 10 anos de idade podem predizer significativamente a personalidade antissocial aos 18 e 32 anos e condenações entre os 21 e os 40 anos.

No estudo de Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott e Catalano (2000), 10 em 15 fatores de risco medidos aos 10 anos de idade prediziam significativamente a violência aos 18 e hiperatividade, baixo desempenho académico, contacto com drogas e pares delinquentes prediziam violência aos 10, 14 e 16 anos. Os autores sugerem ainda que adolescentes expostos a múltiplos fatores de risco apresentavam probabilidade significativamente superior do que os outros de se envolverem em comportamentos violentos.

1.1. A família enquanto contexto de risco

No contexto familiar, o modo como os membros se relacionam e interagem entre si está fortemente ligado a resultados positivos e negativos em termos desenvolvimentais, ademais, a interação pais-criança e o papel do cuidador na socialização infantil precoce são variáveis centrais na etiologia do comportamento antissocial (Keenan & Shaw, 2003; Patterson, DeBaryshe, & Ramsey, 1993).

Compreender os potenciais efeitos nefastos desta dinâmica tem sido do interesse dos investigadores (Prinzle, Stams, & Hoeve, 2008).

Até à data, várias conclusões podem ser extraídas: a exposição a normas e valores antissociais que apresentam a violência enquanto aceitável e tornam usual a sua ocorrência; o fracasso na definição de regras claras para o comportamento da criança, o insucesso na monitorização das suas interações sociais e comportamentos; psicopatologia materna; expectativas parentais negativas em relação ao adolescente; o uso de disciplina rígida e abusiva; castigos inconsistentes ou excessivamente severos; o ambiente familiar agressivo e violento, sobretudo conflito conjugal e experienciar situações de maus tratos, abuso físico ou sexual infantil têm um efeito negativo e potenciam o surgimento do comportamento delinquente (Bordin & Offord, 2000; Egeland, Yates, & Dulmen, 2002; Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott, & Catalano, 2000; Lemos, 2007; Loeber, 1990).

Farrington (2004b) salienta a importância da causa pela qual determinada família está perturbada: um lar onde não existe harmonia produz taxas de delinquência mais altas quando comparado com um lar afectado pela experiência da morte; os rapazes provenientes de lares desfeitos são mais delinquentes que os de lares intatos, contudo menos delinquentes quando comparados com jovens de famílias intactas mas onde existe elevado conflito familiar. O autor refere ainda que, após separação dos progenitores, permanecer com o pai, outros parentes ou parentes de acolhimento acarreta elevadas taxas de delinquência.

Na meta análise realizada por Hoeve, Dubas, Eichelsheim, Laan, Smeenk e Gerris (2009), a relação entre parentalidade e delinquência foi confirmada. A análise da parentalidade, sob diferentes perspetivas, das suas dimensões, estilos e comportamentos revelou que o controlo psicológico (e.g., manter a criança dependente e utilizar a culpa para a controlar) aumenta o risco de envolvimento em comportamento delinquente, à semelhança de comportamentos de negligência, rejeição, hostilidade e pobre supervisão e suporte parental. Os autores verificaram a existência de associação entre pobre suporte e delinquência entre progenitores e filhos do mesmo género, o que sugere que os pais podem ter ainda mais influência na delinquência dos seus filhos do que as mães, o que suporta o ponto de vista de que é importante trabalhar com os pais quando se trabalha a delinquência nos rapazes.

Concomitantemente, Maughan e Moore (2010), utilizando uma amostra elaborada a partir do *Cambridge Study in Delinquent Development*, obtiveram

resultados que atestam a associação significativa entre a supervisão parental, a negligência e a delinquência. Prinzie, Stams e Hoeve (2008) salientam que práticas parentais disfuncionais estão relacionadas com níveis iniciais de delinquência, mas não com a sua persistência. Ademais, a falta de supervisão, o excesso de proteção, relações familiares pobres, rejeição e inconsistência na disciplina está fortemente relacionada com os comportamentos disruptivos e delinquentes da criança quando comparado com variáveis estruturais como famílias monoparentais, mães trabalhadoras e famílias alargadas. Os autores salientam ainda que, contudo, o efeito das práticas parentais nos comportamentos disruptivos das crianças está parcialmente dependente das características de personalidade da criança.

Mulder, Brand, Bullen e van Marle (2010c) analisaram 70 fatores de risco numa amostra de 728 jovens delinquentes de modo a encontrar os fatores de risco que desempenham um papel importante na delinquência juvenil que se apresenta sob as formas mais graves. Os resultados evidenciam que, no que concerne à família e ao ambiente familiar, a violência doméstica, o abuso físico e a negligência eram frequentemente relatados. Os pais não possuíam boas competências parentais e nem sempre estavam presentes. Apesar de referido com menor frequência, o abuso sexual também estava entre os fatores de risco encontrados.

O tamanho da família, em particular a dimensão da fratria representa um factor de risco para o comportamento antissocial. Como refere Farrington (2000) famílias com muitas crianças estão associadas não só a pobreza, mas também a uma menor capacidade para dedicar atenção a cada uma das crianças, o que permite que frequentemente fiquem sem supervisão e sejam entregues *à sua sorte*.

De um modo geral, os jovens provenientes de ambientes familiares disfuncionais, debilitados e em desvantagem apresentam riscos mais elevados em vários âmbitos, desde problemas de saúde mental, comportamentos suicidas, abuso de substâncias, fracasso escolar e criminalidade (Fergusson & Horwood, 2003). Posto isto, o alto risco com que estes jovens são classificados não se deve à exposição a um factor de risco específico, mas sim à exposição a múltiplos riscos familiares ao longo da vida (Fergusson & Horwood, 2003).

1.1.1. Delinquência entre gerações

Com base nos resultados do *Cambridge Study in Delinquent Development*, Farrington (2004a) afirmava que *pais antissociais tendem a ter filhos antissociais*, mas de que modo isto se processa?

Patterson, DeBaryshe e Ramsey (1993) postularam que as práticas disciplinares dos pais podem funcionar como um importante mecanismo mediador na transmissão do comportamento antissocial entre gerações, na medida em que pais antissociais estão em risco significativo de práticas disciplinares ineficazes e estas, por sua vez, estão relacionadas com o risco de ter um filho antissocial. A violência entre os progenitores, associada frequentemente aos casais jovens onde existe história prévia de problemas de comportamento, parece ser um factor de risco central na transmissão social do comportamento antissocial. Testemunhar agressões parentais e ser vítima de maus na infância prediz problemas de comportamento que, posteriormente, predizem a agressão com um futuro companheiro, evidente nos primeiros anos de namoro na adolescência (Moffitt & Caspi, 2004).

Farrington (2010) sustenta que um dos principais fatores de risco para o início precoce da delinquência antes dos 20 anos reside na criminalidade dos progenitores e na delinquência dos irmãos. Segundo Murray e Farrington (2005), o comportamento delinquente dos pais e dos irmãos é tido como modelo de exemplo a seguir pela criança, a partir do qual esta modela o seu próprio comportamento ficando, por isso mesmo, mais propensa a exibir comportamentos delinquentes posteriores. Ademais, como sugerem os autores, as crianças cujos pais estão presos têm maior probabilidade de virem também elas a ser presas, quando comparadas com os seus pares.

Na amostra utilizada no *Cambridge Study in Delinquent Development*, cerca de metade dos rapazes que aos 10 anos tinha o pai preso, evidenciou comportamento antissocial aos 18 anos (Farrington, 2000). Á partida, a observação e aprendizagem de modelos de comportamento particulares dos pais e a sua representação no futuro estão de acordo com a teoria da aprendizagem social de Bandura que, segundo alguns autores, explica também o porquê de práticas parentais ineficazes resultarem em delinquência. (Gerard, Krishnakumar, & Buehler, 2006; Jeong & Eamon, 2009).

Investigações que recorreram a medidas de delinquência auto-relatada revelaram a existência de uma correlação no que concerne ao comportamento delinquente durante

a adolescência, entre pares de irmãos do mesmo gênero (Slomkowski, Rende, Conger, Simons, & Conger, 2001).

Como foi intensivamente estudado no *Cambridge Study in Delinquent Development*, verifica-se uma transmissão inter-geracional da criminalidade: 63% dos rapazes que tinham pais condenados, foram também condenados assim como 61% dos rapazes com mães condenadas (Farrington, 2004a).

Farrington, Coid e Murray (2009) investigaram, com base nos dados do estudo de Farrington, a transmissão inter-geracional da delinquência em três gerações.

Os resultados indicam que não se trata de uma influência comportamental direta entre pais criminosos e filhos criminosos, na medida em que não existem evidências de que os pais encorajam diretamente os filhos a cometer atos delinquentes e criminosos. Ademais, o grau de transmissão decresceu depois de controlados fatores socioeconômicos, individuais e familiares de risco, como as práticas parentais e o conflito familiar, o que sugere que estes podem ser elos na cadeia de transmissão da criminalidade em pais e filhos, como sugerido por Patterson, DeBaryshe e Ramsey (1993). Os autores atestam ainda que ter o pai condenado prediz a atividade criminal em adulto, independentemente das condenações que este venha a ter, mesmo não existindo nenhum outro membro da família condenado; uma mãe condenada, por seu turno, associada a disciplina errática, dura ou negligente, predizia a condenação do filho adulto, como evidenciado em 54% dos indivíduos estudados.

Aaron e Dallaire (2010) destacam os elevados níveis de stresse colocados na família aquando da prisão de um dos progenitores: face à ausência de um dos progenitores, é necessária uma reorganização de dinâmicas familiares que exige que o outro progenitor passe, por exemplo, mais tempo fora de casa a trabalhar, deixando as crianças sem supervisão com mais frequência; quando o progenitor se encontra em liberdade e regressa a casa, as dinâmicas devem mudar novamente e os níveis de stresse podem permanecer elevados durante longos períodos de tempo.

Quando se trata de famílias de crianças diagnosticadas com problemas de comportamento, a exposição à prisão de um dos progenitores acarreta níveis de conflito ainda mais elevados e regulares que exercem influência nos comportamentos delinquentes da criança (George, Herman, & Ostrander, 2006).

1.2. Fatores de risco individuais

Do conjunto de fatores de risco individuais fazem parte características biológicas e psicológicas que podem contribuir para o aumento da vulnerabilidade dos indivíduos a influências sociais e ambientais no decurso do seu desenvolvimento (Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott, & Catalano, 2000).

O género masculino parece manifestar uma tendência superior para se envolver em atividades delinquentes e criminais, constituindo um dos fatores associados ao comportamento antissocial na infância (Herrera & McCloskey, 2001; Loeber, 1990).

Os resultados do estudo de Fagan, Horn, Hawkins e Arthur (2007) sugerem que o maior envolvimento dos rapazes na delinquência grave se deve ao facto de experienciarem em número superior múltiplas formas de risco e menos proteção quando comparados com as raparigas, como por exemplo elevados níveis de delinquência dos pares, rebeldia ou insucesso escolar. Já Ou e Reynolds (2010) sustentam que as diferenças de género em termos de taxa de crimes se devem às diferenças existentes nos processos de socialização. Os resultados do estudo de Jeong e Eamon (2009) indicam que quando comparados com as raparigas, os rapazes estão em maior risco de delinquir pois possuem baixos níveis de autocontrolo que pode ser explicado por influências genéticas, influência dos pares ou existência de oportunidades superiores para o cometimento de atos delinquentes.

As conclusões do estudo de Herrera e McCloskey (2001) indicam que rapazes e raparigas partilham fatores de risco semelhantes para a delinquência contudo, é necessário mais abuso severo para despertar violência nas raparigas do que o necessário para explicar os crimes violentos cometidos pelos rapazes.

A hiperatividade e a impulsividade parecem estar significativamente associadas ao comportamento delinquente (Loeber, 1990; Farrington, 2004a). Barkley, Fischer, Smallish e Fletcher (2004) seguiram 147 crianças diagnosticada como hiperativas e 73 crianças do grupo de controlo durante aproximadamente 13 anos, até início da idade adulta. Os resultados evidenciaram que um número significativo de crianças hiperativas havia seguido uma trajetória desviante, envolvendo-se num número variado de atividades delinquentes como roubo, vandalismo e destruição de propriedade privada. Aproximadamente 54% havia sido preso pelo menos uma vez (37% no grupo de controlo), 39% pelo menos duas vezes (12% no grupo de controlo) e 27% pelo menos

três vezes (11% no grupo de controlo), maioritariamente por questões relacionadas com posse, consumo e venda de drogas.

A ausência de empatia, consciência, problemas de atenção e pobres competências sociais (Mulder, Brand, Bullen, & van Marle, 2010), baixa inteligência (Dickson, Emerson, & Hatton, 2005), ausência de culpa e impopularidade (Blackburn, 1993, citado por Farrington, 2004) e baixos níveis de autocontrolo e agressividade nos jovens (Farrington, 2010; Gerard, Krishnakumar, & Buehler, 2006; Lemos, 2007) está também associado a manifestação do comportamento delinquente e antissocial. Apesar de inconsistentes, existem também evidências da relação entre baixo autoconceito e delinquência (Benda, 2005).

Keenan e Shaw (2003) postulam que o desenvolvimento de comportamento antissocial é o resultado de défices individuais na capacidade de regulação de emoções e comportamentos, défices que são exacerbados pelo ambiente familiar que não fornece as orientações adequadas aos indispensáveis processos de socialização.

Fergusson e Horwood (2003) utilizaram os dados recolhidos no *Christchurch Health and Development Study*, um estudo longitudinal com uma amostra de 1265 crianças seguidas em vários momentos ao longo da vida até 21 anos de idade, para avaliar as diferenças entre géneros face à exposição às adversidades familiares. Os resultados evidenciaram, uma vez mais, a presença de forças e vulnerabilidades específicas em cada género que podem atuar para mitigar ou exacerbar os efeitos das adversidades familiares no risco de problemas na adolescência. Os autores concluíram ainda a existência de relação significativa entre o aumento da afiliação a pares desviantes e o consequente aumento no relato de perturbações exteriorizadas do comportamento, associadas à manifestação de sintomas depressivos nos adolescentes.

1.3. Fatores comunitários e estatuto socioeconómico

É consensual na literatura que residir em zonas urbanas e ter estatuto socioeconómico baixo é um factor de risco para o comportamento delinquente (Loeber, 1990).

Bairros onde existe confluência de diferentes raças e etnias pobres, deterioração física dos espaços e habitações e onde a residência é instável, são caracterizados pela

desorganização social que estimula a proliferação de problemas de comportamento como o alcoolismo, o uso de drogas e o crime, refletindo a oportunidade de desviância para os jovens (Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott, & Catalano, 2000; Leventhal & Brooks-Gunn, 2003).

A exposição à pobreza, não só do bairro mas também da própria família, é passível de coocorrer com a desorganização social do bairro. Os resultados do estudo de Conger, Ge, Elder, Lorenz e Simons (1994) conduziram os autores à elaboração de um modelo que sugere que a pressão económica experienciada pelos pais aumenta o conflito familiar; a irritabilidade de um dos progenitores, em conjunto com trocas coercivas sobre assuntos monetários gera hostilidade que é direcionada para as crianças, aumentando a probabilidade de se manifestarem problemas emocionais e comportamentais. A relação entre comportamento antissocial pode ainda ser explicada não só pelo facto de as crianças pobres recorrerem a meios ilegítimos para alcançar os seus objetivos mas também porque o crime envolve uma decisão custo-benefício, na qual estas crianças pouco têm a perder (Farrington, 2000).

A par com o baixo rendimento da família também a dependência de benefícios sociais, o desemprego dos progenitores e as condições precárias da habitação representam fatores de risco. No *Cambridge Study in Delinquent Development*, a família com poucos rendimentos, baixo estatuto socioeconómico e de grandes dimensões, com 4 ou mais irmãos biológicos, era um importante preditor de personalidade antissocial aos 32 anos de idade (Farrington, 2004a).

As crianças parecem ser particularmente susceptíveis aos efeitos adversos da pobreza e o stress crónico e diminuição de recursos materiais e psicológicos que caracterizam os ambientes mais desfavorecidos combinam de forma sinérgica para o seu prejuízo (Bradley, Whiteside, Mundform, Casey, Kelleher, & Pope, 1994).

1.4. A escola e os pares

O baixo rendimento escolar e a falta de interesse nas tarefas académicas numa idade precoce colocam as crianças em risco de insucesso e abandono escolar e, concomitantemente, de se associarem com pares delinquentes, o que contribui

sobremaneira para se envolverem em comportamentos antissociais (Farrington, 2010; Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott, & Catalano, 2000).

Várias investigações sugerem que crianças com baixo QI tendem a ser antissociais por serem menos bem-sucedidas na escola e apenas alcançarem os seus objetivos através de meios ilícitos (e.g., Farrington, 2010; Farrington, Coid, & Murray, 2009). No estudo de Lemos (2010) acerca dos indicadores de risco psicossocial em jovens delinquentes, a autora verificou que, em termos de desempenho acadêmico, 55,9% da amostra havia reprovado entre três a seis vezes e 54% não estava motivado para a escola.

De acordo com Farrington (2000), os jovens que se tornam delinquentes tendem a frequentar escolas com elevadas taxas de comportamento antissocial, onde a desconfiança entre professores e estudantes é marcada e as regras são pouco claras e aplicadas de forma inconsistente.

Num dos poucos estudos acerca da mobilidade escolar, Ou e Reynolds (2010) indicam que a frequência da mobilidade escolar está significativamente relacionada com os delitos cometidos em adulto. Os autores apontam duas explicações para este facto: a primeira sugere que em virtude da mobilidade, verifica-se um menor comprometimento de pais e crianças com a escola e, conseqüentemente, uma rede social mais fraca na escola, pelo que com maior frequência as crianças tendem a manter redes sociais com amigos fora da escola (que também manifestam baixo comprometimento), com quem saem e aumentam assim a probabilidade de se envolverem em comportamentos delinquentes e mais tarde, em adulto, criminais. A segunda explicação assenta no desempenho acadêmico e tem por base as fortes correlações entre abandono escolar e criminalidade.

Os pares têm sido extensamente relatados na literatura como um dos fatores de risco de maior importância. A rejeição de um grupo de pares e a associação posterior com um grupo de pares delinquentes (Chapple, 2005) a par com a oportunidade (Higgins & Tewksbury, 2006) são fatores de risco envolvidos no processo de desenvolvimento do comportamento delinquente e na manifestação de problemas de internalização e externalização (Dekovic, 1999). No estudo de Mulder, Brand, Bullen e van Marle (2010c), ser influenciado e estar envolvido com redes de pares antissociais representa um dos fatores de risco primordiais para o envolvimento em comportamento delinquente grave.

Ao investigar a dinâmica do comportamento delinquente entre colegas de 120 salas de aula de 14 escolas secundárias holandesas, Knecht, Snijders, Baerveldt, Steglich e Raub (2010) constataram um dos critérios de seleção para fazer amizades era a delinquência. Os adolescentes tendem a fazer amigos com aqueles que apresentam um nível de delinquência semelhante. Ademais, os jovens tendem majoritariamente a ter comportamentos antissociais no contexto do grupo de pares (Lemos, 2010).

Os estudos, sobretudo longitudinais prospectivos, têm permitido clarificar os fatores de risco por detrás do envolvimento no comportamento delinquente e antissocial. Sabemos hoje que se trata de uma confluência de fatores dinâmicos, de vários domínios que se relacionam entre si, com especial destaque para o domínio familiar. Este assume particular importância por se tratar do contexto primário de socialização e de estabelecimento de vínculos que, quando adverso e nefasto, é segundo Sá (2003) capaz de transformar *crianças em perigo* em *crianças perigosas*.

Sumariamente, os principais fatores de risco para o comportamento delinquente e antissocial, e portanto potenciais alvos de intervenção são, ao nível individual, a impulsividade, as influências familiares como as práticas parentais, as influências sociais como o estatuto socioeconómico, os pares e ainda características do bairro de residência.

2. Fatores de Proteção e Resiliência no comportamento delinquente e antissocial

Ao longo das últimas décadas, a par com os fatores de risco, têm sido identificados fatores de proteção responsáveis por não só promover o desenvolvimento positivo do indivíduo, mas simultaneamente mitigar os efeitos de risco em alguns dos principais domínios (e.g., individual, familiar, comunitário) (Lemos, 2007). Os fatores de proteção referem-se às situações, contextos, eventos ou recursos pessoais associados à baixa probabilidade de ocorrência de resultados desviantes e que promovem o desenvolvimento bem-sucedido do indivíduo, quer em termos de ajustamento, quer em termos de saúde mental, estando unicamente relacionados com resultados positivos (Loeber, Green, & Lahey, 2004; Loeber, Slot, & Stouthamer-Loeber, 2008; Regoli, Hewitt, & DeLisi, 2011). Contrariamente aos fatores de risco, os fatores de proteção apenas são identificados se a investigação for desenhada com esse mesmo propósito (Lösel & Bender, 2004).

Como tem sido demonstrado em inúmeros estudos, nem todos os indivíduos sujeitos a condições adversas e ambientes considerados de alto risco se envolvem em comportamentos delinquentes. Born (2003) coloca-nos uma questão interessante e merecedora de reflexão: se 25% dos jovens que vivem nos guetos são delinquentes, sobram 75% não delinquentes. *Porquê?* De facto, existem adolescentes que fazem um ajustamento satisfatório apesar da exposição à adversidade e que são designados de resilientes (Dekovic, 1999).

A mudança de perspetiva no estudo da saúde mental a que se tem assistido nas últimas décadas e o interesse crescente no fenómeno da resiliência parece surgir do facto de, por oposição aos fatores de risco, serem enfatizadas as características positivas. Contudo, o consenso em torno da sua definição e conceptualização é reduzido (Fergusson & Horwood, 2003; Luthar, 1993).

2.1. A família enquanto contexto de proteção psicossocial

O contexto familiar tem sido largamente investigado em termos de proteção face ao envolvimento dos jovens no comportamento delinquente.

Sabe-se hoje que a proximidade à família, o vínculo positivo com os pais, e em particular a relação pautada por proximidade emocional, educação e suporte com pelo menos um dos progenitores pode aumentar a capacidade de resiliência e funcionar como um factor protector para o comportamento delinquente (Bradley, Whiteside, Mundform, Casey, Kelleher, & Pope, 1994; Fagan, Horn, Hawkins, & Arthur, 2007; Fergusson & Lynskey, 1996; Kazdin, 1997). Um lar harmonioso, onde existe supervisão parental e modelos positivos que possam servir de exemplo ao jovem são importantes fatores de proteção (Lösel & Bender, 2004).

Jeong e Eamon (2009) investigaram 591 famílias com filhos entre os 11 e os 12 anos e verificaram que os filhos de pais cujas práticas parentais apresentavam maior qualidade, possuíam níveis mais elevados de autocontrolo o que por sua vez está relacionado com menor envolvimento em comportamentos delinquentes. Estes resultados vão ao encontro dos postulados da teoria do autocontrolo de Gottfredson e Hirschi (1990) segundo a qual práticas parentais eficazes ajudam os jovens na aprendizagem do autocontrolo, o que consequentemente exerce um efeito de proteção face ao comportamento antissocial.

Também Lamborn, Mounts, Steinberg e Dornbusch (1991) constataram que uma educação autoritária, pautada por elevado suporte e monitorização parental, era responsável por resultados mais satisfatórios nos adolescentes não apenas na proteção face à delinquência mas também na depressão e baixo desempenho escolar.

Johnson, Giordano, Manning e Longmore (2011) utilizaram a amostra do *Toledo Adolescent Relationship Study* tendo investigado a influência do envolvimento parental nos padrões de delinquência junto de cerca de 1000 adolescentes, avaliados aos 15 anos e, mais tarde enquanto jovens adultos aos 21 anos. Os resultados evidenciaram que o acompanhamento parental eficaz e precoce e o suporte contínuo, pode reduzir as possibilidades dos adolescentes se envolverem com redes de pares delinquentes e, consequentemente, reduzir as oportunidades de cometer delitos enquanto jovens adultos. Para os autores e na perspetiva da aprendizagem social, a explicação reside no

papel importante que os pais desempenham ao ajudar a moldar a rede de amigos do jovem e a limitar o tempo que este passa com outros pares desviantes.

Concomitantemente, Crosnoe e Elder (2004) salientam que, tendo em conta que o desenvolvimento do adolescente ocorre num sistema de laços sociais, a existência de relações próximas e de laços positivos com os progenitores funciona como uma base de suporte seguro para que os jovens se aventurem no mundo exterior e possam enfrentar novas e diversas experiências sem necessariamente enveredarem por caminhos desviantes.

Com base no *National Survey of Child and Adolescent Well-Being*, um estudo longitudinal que envolve cerca de 6000 crianças com idades entre os 0 e os 15 anos, que tiveram contacto com o sistema de proteção infantil por suspeitas de abuso e negligência, Harden e Whittaker (2011) investigaram a influência do ambiente familiar em famílias de acolhimento durante os dois primeiros anos de vida e as suas consequências em termos pré-escolares. Os resultados evidenciaram que as crianças provenientes de famílias com ambiente familiar de qualidade, pautado por estimulação cognitiva e suporte emocional, e que entraram no sistema de proteção infantil em idade precoce, apresentavam melhores classificações em termos cognitivos e de linguagem, diminuição de problemas comportamentais e aumento das habilidades sociais.

2.2. Fatores protetores individuais

Não obstante alguns estudos apontarem o género feminino como mais resiliente (Hetherington, 1989), esta assunção não é totalmente confirmada (Fergusson, Lynskey, & Horwood, 1994).

Características temperamentais e de personalidade, como um temperamento flexível, fácil ou desinibido parecem estar associadas à proteção contra o comportamento antissocial (Lösel & Bender, 2004).

No estudo de Fergusson e Lynskey (1996) acerca dos fatores associados à resiliência de jovens expostos à adversidade familiar, os autores constataram, entre outras características, um QI significativamente mais elevado distinguia os adolescentes resilientes daqueles que manifestavam problemas de externalização que incluíam abuso de substâncias, problemas escolares e cometimento de delitos.

De igual modo, possuir competências e estratégias de *coping* adequadas na resolução de problemas (i.e., estratégias não desviantes) são potenciais fatores de proteção (Dekovic, 1999). São também apontadas como recursos de resiliência as competências verbais, os sentimentos de culpa, o controlo da raiva, uma orientação religiosa e possuir crenças morais (Lösel & Bender, 2004).

2.3. Fatores comunitários e estatuto socioeconómico

Possuir estatuto socioeconómico médio, rendimento estável e residir num bairro não violento são alguns dos fatores de proteção ao desenvolvimento do comportamento delinquente (Lösel & Bender, 2004). De facto, e como sugere Leventhal & Brooks-Gunn (2003), quando existe uma elevada organização social, os jovens têm menos probabilidade de se envolver em comportamentos desviantes e maior probabilidade de demonstrar comportamentos pro-sociais, como envolvimento escolar e participação cívica.

2.4. A escola e os pares

Frequentemente tido como um relevante factor de risco, a relação e natureza das relações com os pares pode funcionar também como possível fonte de proteção e resiliência ao desenvolvimento de problemas de comportamento durante a adolescência (Dekovic, 1999).

Relações de boa qualidade com o grupo de pares são fulcrais para o desenvolvimento social e da personalidade. Ter amigos não delinquentes e pro-sociais é um importante factor de proteção para o comportamento antissocial (Lösel & Bender, 2004). Fergusson e Lynskey (1996) sugerem que em ambientes considerados de alto risco, manter uma boa relação com os pares pode fornecer ao jovem modelos positivos e fontes de suporte passíveis de mitigar os efeitos das circunstâncias adversas da família.

Algumas evidências sugerem ainda que ter sucesso na escola reduz a probabilidade de envolvimento em problemas de comportamento (Dekovic, 1999). Outros fatores como a existência de vinculação positiva, clima de aceitação,

organização, supervisão e motivação escolar exercem um importante efeito protetor face à delinquência (Lösel & Bender, 2004; Catalano & Hawkins, 1996).

2.5. A resiliência

O interesse na questão da resiliência pode compreendido através das palavras de Masten e Wright (2010):

(...) Psicólogos e psiquiatras (...) inicialmente focaram-se em grupos de pessoas que se pensava serem de risco para o desenvolvimento de problemas psiquiátricos, frequentemente devido a história de problemas psiquiátricos na família, sintomas atuais (e.g. comportamento antissocial) ou ambientes desvantajosos (e.g. pobreza). Quando (...) começaram a seguir as vidas das populações de “alto-risco” ao longo do tempo (...) observaram dramáticas variações no ajustamento, incluindo casos de inesperado desenvolvimento positivo. Intrigados (...) prepararam-se para compreender o fenómeno da resiliência no desenvolvimento, e muitos outros investigadores rapidamente se juntaram a esta questão científica. (p. 213)

Os “*casos de inesperado desenvolvimento positivo*” referidos pelas autoras são as crianças de populações consideradas de risco que manifestavam uma considerável saúde física e mental, não obstante as múltiplas desvantagens provenientes de fatores de stresse familiares, estruturais e individuais a que estavam expostas (Ungar, 2005).

Do foco no risco e nos défices, traduzido pelos estudos direccionados para a psicopatologia e consequentes comportamentos desadaptativos, passou-se para o foco na compreensão do desenvolvimento da saúde e das forças do indivíduo (Fergus & Zimmerman, 2005).

De facto, e durante décadas, o interesse dos investigadores manteve-se junto daqueles que conservam elevada competência sob stresse ou que com sucesso recuperam de traumas (Werner & Smith, 2001). Estes indivíduos, capazes de fazer um bom ajustamento em condições de adversidade, são considerados *resilientes*. A resiliência diz respeito às capacidades individuais, comportamentos e processos protetores associados a resultados saudáveis apesar da exposição a um significado

número de riscos (Ungar, 2005). Garbarino (2005) refere ainda tratar-se da capacidade do indivíduo para recuperar de experiências adversas, evitar a longo-prazo os seus efeitos negativos ou superar potenciais *ameaças* ao desenvolvimento em contexto de significativa adversidade.

O conceito não é homogêneo nem reúne consenso, como sugere Luthar, Cicchetti e Becker (2000), sendo os constructos chave operacionalizados e medidos de modo variado. A literatura aponta frequentemente no sentido de que se trata de um processo dinâmico (Werner & Smith, 1992), fruto de vários processos e interações, na medida em que um indivíduo pode manifestar um funcionamento menos adaptativo e, mais tarde no seu desenvolvimento, resiliência (Masten & Wright, 2010), pode ainda ser resiliente face determinados tipos de stressores e não a outros, ou ser resiliente no que concerne a alguns resultados adaptativos mas não a outros (Rutter, 2007), pelo que não deve ser conceptualizado enquanto traço estático ou característica do indivíduo.

Para Fraser (1997, citado por Besthorn, 2005), a resiliência pode ser classificada enquanto (1) *probabilidades de superação* (aquisição de resultados positivos não obstante o estatuto de alto risco), (2) *competências sustentadas sob stress* (competências de *coping* e capacidade para recuperar apesar das várias situações de stress) e (3) *recuperação do trauma* (indivíduos que são capazes de encontrar significado na experiência traumática e dar continuidade à vida com significado).

Inerente ao conceito de resiliência está o conceito de risco. Na verdade, para que exista resiliência é necessária a existência de circunstâncias de risco ou adversidade que interfiram com desenvolvimento saudável do indivíduo. Estas circunstâncias podem ser inerentes ao indivíduo (e.g., temperamento) ou externas, resultantes de fatores ambientais (e.g., pobreza, guerra) e até, como foi referido anteriormente, fatores de proteção que sob certas condições e em diferentes situações e contextos podem representar fontes de risco (Boyden & Gillian, 2005).

2.5.1. A evolução metodológica e conceptual do conceito de resiliência

Segundo Masten e Wright (2006; 2010), a investigação da resiliência no desenvolvimento humano processou-se de acordo com três vagas. A primeira focou-se

exclusivamente na definição e medição do conceito, a par com a identificação e descrição das qualidades que diferenciam os indivíduos que conseguem *sair-se bem* dos que não, no contexto de adversidade. O conjunto de qualidades e fatores protetores identificados dizem respeito a *características da infância*, como a visão positiva de si mesmo – elevada autoestima, autoeficácia, autoconfiança –, estratégias de regulação emocional e comportamental eficazes; *características da família*, como o ambiente estável e de suporte – relações positivas com os irmãos, relações de apoio e suporte que se estendem a outros membros da família - envolvimento parental, afiliações à fé e a religião e *características da comunidade*, como a boa qualidade do bairro e das escolas, oportunidades de trabalho para os pais, bons sistemas de saúde e pares pro-sociais. Estes dados, com elevado grau de consistência, foram corroborados em estudos de vagas posteriores.

O segundo momento de estudos anuncia a mudança de foco da descrição de fatores para a compreensão dos processos inerentes à resiliência, nomeadamente o processo através do qual as qualidades resilientes são adquiridas pelos indivíduos.

No seguimento dos postulados de Rutter (1985) acerca dos mecanismos de resiliência, Grotberg (2003) estabelece a ponte entre as duas primeiras vagas, ao sugerir a resiliência enquanto processo de adaptação dinâmica resultado da interação de três fontes distintas de resiliência. A autora diferencia entre características da personalidade, (fatores *I am*), estruturas de suporte externo (fatores *I have*) e competências sociais e interpessoais (*I can*), num modelo que conceptualiza a criança como participante ativo e em interação recíproca com o contexto. Esta interação tem por base o pressuposto de que os fatores *I am* podem ser fortalecidos, mas não produzidos, os fatores *I have* podem ser tanto fortalecidos como produzidos e os fatores *I can* podem e devem ser aprendidos/ensinados. Posto isto, está subjacente a noção de que a resiliência tem maior probabilidade de ser consistentemente aperfeiçoada através das ações daqueles que fazem parte da comunidade ou rede social da criança (Morland, 1999).

A terceira vaga, de acordo com Wright e Masten (2006), caracteriza-se pelos esforços no sentido de testar os processos de resiliência através de experiências para promover a resiliência por estimulação dos processos de promoção ou proteção.

As autoras referem ainda a existência de uma emergente quarta vaga, de carácter integrativo, que abrange estudos genéticos, desenvolvimento neuro-comportamental e estatística no sentido de obter uma melhor compreensão do processo de resiliência.

No contexto da primeira vaga de estudos sobre resiliência, o *Kauai Longitudinal Study* conduzido por Werner e Smith em 1971 (citado por Coid, 2004; Werner & Smith, 1992) é sem dúvida uma das investigações mais referenciadas. Os autores pretendiam, entre outros objetivos, obter uma perspectiva longitudinal da capacidade de *coping* da criança face ao stress perinatal, pobreza e alterações marcadas na estrutura familiar, assim como examinar os fatores de vulnerabilidade e resistência ao stress biológico e psicossocial no desenvolvimento. A amostra, multirracial, de 698 crianças foi seguida e avaliada durante cada trimestre da gravidez, no nascimento, no pós-parto, nos dois primeiros anos de vida, aos dez anos, aos dezoito, aos 31 e 32 anos com término aos 40 anos. Muitos dos participantes foram expostos a vários fatores de risco ao nascer (e.g., complicações perinatais, atrasos no desenvolvimento) e durante a infância e adolescência (e.g., psicopatologia dos progenitores, instabilidade familiar) que se relacionam com consequências adversas na idade adulta (Coid, 2004).

Os resultados evidenciaram que 80% dos indivíduos que experienciaram múltiplas adversidades na infância demonstravam aos 10 e aos 18 anos comportamentos sociais e emocionais adaptativos e continuavam a desenvolver-se de forma saudável até à idade adulta (Thorman, 2007). Dos jovens que exibiam comportamentos delinquentes, registos criminais e problemas de saúde mental na adolescência, apenas metade ou menos experienciou problemas no início da idade adulta (Zimmerman & Brenner, 2010).

A maioria dos indivíduos considerados resilientes partilhava quatro características centrais: abordagem proactiva à resolução dos problemas, habilidade para tornar os problemas em desafios pessoais, elevada tolerância à frustração e sentido de autonomia e controlo sobre a vida (Thorman, 2007; Werner & Smith, 1992;). Este sucesso em termos desenvolvimentais foi atribuído à presença de vários recursos internos e externos (Zimmerman & Brenner, 2010).

Não obstante as primeiras investigações sobre resiliência serem notoriamente limitadas à infância, tornou-se evidente a importância das transições desenvolvimentais enquanto períodos relevantes de observação do fenómeno e do papel exercido pelos fatores de proteção (Hawkins, 2010). Alguns autores (e.g., Werner & Smith, 1992) salientavam a necessidade dos investigadores acompanharem populações de crianças e adolescentes até ao início da idade adulta de modo a monitorizar os efeitos a longo termo dos fatores de risco e proteção que operam nos anos cruciais do desenvolvimento do indivíduo.

Atualmente, volvidas duas décadas, assiste-se a uma mudança de perspetiva e a um crescente número de estudos longitudinais e de cortes que seguem os indivíduos até à idade adulta e que parecem ser os que maior riqueza de dados fornece (Barton, 2005). Assiste-se, simultaneamente, a uma desmedida diversidade de métodos utilizados nas investigações, o que contribui para a já referida falta de consenso reunida em torno do conceito.

Posto isto, a resiliência é agora conceptualizada não apenas como focalizada no período infantil, mas transversalmente ao longo das diferentes fases da vida (Hochhalter, Smith, & Ory, 2010). Não obstante o estudo da resiliência na infância e adolescência surgir bem documentado na literatura, o seu estudo nos períodos de início e final da idade adulta permanece ainda pouco conhecido, com alguns autores a considerar tratar-se de um processo que opera de modo similar aos adolescentes (Zimmerman & Brenner, 2010).

2.5.2. Resiliência e comportamento delinquente

Como vem sido dito, indivíduos que em situação de adversidade manifestam resultados pro-sociais e adaptativos são tidos como capazes de organizar recursos que lhes permitem lidar eficazmente com o risco. Quando esta capacidade não está presente, manifestam-se comportamentos disruptivos dos quais atos violentos são exemplo (Gilgun & Abrams, 2005). No entanto, e como sugere Anderson (1990) a perpetração de atos criminosos pode ser vista enquanto estratégia de adaptação do género masculino para sobreviver em comunidades de baixo estatuto socioeconómico, elevadas taxas de desemprego e desorganização social.

Na análise de Gilgun e Abrams (2005), comportamentos que estranhos podem definir como menos adaptativos, para os indivíduos que os cometem têm um carácter adaptativo. Os dois rapazes delinquentes entrevistados pelos autores caracterizaram-se enquanto competentes e, até possivelmente, resilientes. Visto deste modo, a resiliência poderá não ser apenas um conjunto de adaptações universais e pro-sociais.

Não obstante os fatores de risco que colocam rapazes e raparigas em risco de delinquir sejam os mesmos, a literatura sugere que o modo como cada género responde aos fatores de proteção não parece ser igual (Hawkins, 2010).

Na literatura, os fatores de risco e de proteção são frequentemente vistos como pólos opostos da mesma variável, com exceção feita para algumas psicopatologias que apenas têm carácter de risco (e.g., Perturbação da Hiperatividade com Défice de Atenção). De modo geral, consideram-se enquanto importantes fatores de proteção psicossocial ter elevado QI e autoestima, uma relação estável, harmoniosa com pelo menos uma pessoa significativa, estar inserido num bairro com elevada organização social e baixas taxas de desviância, não ter pares delinquentes, estar motivado, envolvido e ter uma atitude positiva para com a escola. Não obstante o crescente interesse no estudo da proteção e resiliência, fruto da mudança para uma abordagem mais positivista, pouco se sabe acerca destes fenómenos, comparativamente ao que se conhece acerca dos fatores de risco.

Neste sentido são necessários mais estudos longitudinais prospectivos que identifiquem fatores de proteção para a delinquência e criminalidade e, no caso da resiliência, que permitam conhecer as variáveis que na interação com os fatores de risco reduzem o seu efeito.

3. A Incidência de Psicopatologia nas Prisões

As perturbações mentais mais associadas à manifestação do comportamento criminal e violência são, segundo Cassel e Bernstein (2007) as perturbações do comportamento, perturbação da personalidade antissocial, a esquizofrenia, perturbações do humor, principalmente a perturbação bipolar e a perturbação depressiva *major*, perturbações relacionadas com o abuso de substâncias e algumas perturbações cognitivas.

A prevalência de psicopatologia no seio da população reclusa surge documentada em vários estudos (Peay, 2007). Investigações realizadas nas décadas de 80 e 90, revelam uma elevada prevalência da perturbação da personalidade antissocial nas prisões (Coid, 2004).

Os resultados da revisão sistemática de avaliações psiquiátricas na população prisional realizada por Fazel e Danesh (2002) sugerem que 1 em cada 7 reclusos sofre de perturbação psicótica ou depressão *major* e 1 em cada 2 tem perturbação da personalidade antissocial. A análise de 66 avaliações realizadas em diferentes estabelecimentos prisionais ocidentais e publicadas entre o início de 1966 e início de 2001, inclui 22790 reclusos, 81% dos quais são reclusos masculinos, e revela que o risco de sofrer de uma patologia psiquiátrica grave é notoriamente mais elevado junto da população reclusa do que na população normal.

Araújo, Nakano e Gouveia (2009) avaliaram a ocorrência de indicadores de depressão e ansiedade em 60 reclusos do sexo masculino com idades entre os 18 e os 44 anos, afectos a dois dos maiores estabelecimentos prisionais do Brasil. Os resultados sugerem que, apesar dos índices de ansiedade e depressão registados não serem de um modo geral elevados, existem diferenças significativas entre reclusos recentes e reclusos mais antigos, sendo que os primeiros apresentam valores mais elevados de depressão. Ademais, existe correlação entre sintomas de depressão e ansiedade ($r=0,583$, $p\leq 0,001$), havendo maior frequência de participantes que apresentam níveis similares de depressão e ansiedade. De acordo com os autores, o meio prisional parece apenas funcionar como factor desencadeador e não etiológico.

A este respeito, Gonçalves (2008) postula que a eclosão e manifestação de determinadas psicopatologias em meio penitenciário se deve ao que designa de

patologias de adaptação à prisão. Trata-se de distúrbios cuja origem directa está relacionada com a exposição aos fatores de stresse ambiental próprios do ambiente de reclusão, que pelas suas características e especificidades limita as atividades do sujeito tanto a nível comportamental como psicológico com serias repercussões na sua saúde mental. O autor destaca a ansiedade e a depressão, evidenciadas através de distúrbios psicossomáticos ou de carácter hipocondríaco, e até a associação de ambas com perturbações do comportamento. Ao verificar os efeitos psicológicos e comportamentais da sobrelotação prisional através de índices de adaptação à prisão em 48 reclusos do sexo masculino, Silva e Gonçalves (1999) constataram que mais de metade dos indivíduos (81,3%) estariam naquele momento a sofrer de perturbação da ansiedade. Os reclusos primários exibiam frequentemente perturbações depressivas associadas a perturbações do comportamento.

Hassan et al. (2011) acompanharam as mudanças clínicas em termos de sintomas psiquiátricos de mais de 1000 reclusos acabados de entrar no sistema penitenciário, no que foi o maior estudo prospectivo realizado no Reino Unido. À semelhança dos resultados de Araújo, Nakano e Gouveia (2009), os autores verificaram que os níveis de *distresse* dos novos reclusos eram mais elevados na primeira semana de encarceramento, que continua a representar o período de maior risco entre os reclusos recentes; e que estes níveis têm tendência a decrescer ou estabilizar significativamente entre os reclusos condenados. A exceção vai para os reclusos em prisão preventiva que evidenciaram níveis elevados de stresse prolongado e cuja situação penal prediz significativamente a sua deterioração mental. Hassan et al. (2011) explicam os sintomas com a existência de fatores de stresse adicionais (e.g., idas repetidas a tribunal, futuro incerto) que no caso dos reclusos condenados não estão presentes.

Moreira e Gonçalves (2010) exploraram a incidência de ideação suicida e de perturbação emocional em 66 presos preventivos durante a primeira semana de reclusão e após seis meses do cumprimento da pena. De um modo geral, os sintomas psicopatológicos e os índices globais de perturbação emocional, avaliados com recurso ao BSI (Canavarro, 1999), diminuíram significativamente com o decorrer da execução da pena. Na primeira semana de reclusão, as dimensões de psicopatologia *ideação paranóide*, *hostilidade*, *depressão* e *ansiedade* apresentavam valores elevados; após seis meses, apenas a dimensão *sensibilidade interpessoal* registava valores elevados, sendo a dimensão *ansiedade* a que mais decresceu comparativamente ao avaliado na primeira semana. Estes resultados demonstram que, passados seis meses de execução da pena,

parte significativa da amostra deixa de evidenciar sintomatologia psicopatológica, o que para os autores pode sugerir que os indivíduos possuem fatores protetores que aumentam a sua resiliência ou o estabelecimento prisional, na sua vertente de prestação de cuidados, é bem-sucedido e atenua o sofrimento psicológico dos reclusos.

No que concerne à pré-existência de perturbação mental grave no momento da entrada na prisão, Araújo, Nakano e Gouveia (2009) sugerem, com base nos resultados da sua investigação, que a reclusão não parece amplificar os sintomas psiquiátricos em reclusos nesta situação, no entanto, esta continua a predizer significativamente uma contínua debilidade na saúde mental do indivíduo.

A este respeito, Boothby, Mulholland, Cases, Carrington e Bolger (2010) consideram de extrema importância que se procedam a rastreios junto dos reclusos na sua primeira semana no estabelecimento prisional, a fim de identificar não só aqueles com pré-existência de perturbação mental, mas também aqueles com potencial risco de virem a desenvolver uma perturbação mental. Os autores fizeram rastreios a cerca de 400 reclusos de diferentes raças e etnias, com uma média de idades de 33 anos, numa das maiores prisões masculinas de Londres e constataram que mais de metade dos reclusos apresentava níveis elevados de *distresse*, consistente com os valores apresentados em estudos prévios e no sentido do que vem sido apontado na literatura.

Koenigsberg, Balla e Lewis (1977) investigaram a associação entre delinquência juvenil, subsequente criminalidade e tratamento psiquiátrico, através da consulta de registos de tratamento psiquiátrico e/ou registos criminais, numa amostra de 255 homens que haviam sido presentes ao tribunal de menores 25 anos antes.

Destes 255 delinquentes juvenis, 6% entraram mais tarde no sistema criminal e no sistema psiquiátrico, 6% apenas no sistema psiquiátrico, 28% apenas no sistema psiquiátrico e 60% em nenhum dos dois. Os resultados evidenciam que mais de metade dos delinquentes juvenis que mais tarde se tornaram criminosos também se tornaram doentes psiquiátricos, a maioria destes doentes internados. Os delinquentes que posteriormente entraram no sistema psiquiátrico, por comparação com o grupo não psiquiátrico, cometeram um maior número de delitos, tendo cometido o primeiro delito numa idade extremamente precoce.

De um modo geral, acerca da questão psicopatológica nos comportamentos delinquentes e antissociais, Monahan (2007:144, citado por Peay atesta que “ (...) *quando comparada com a magnitude do risco associado à combinação do género masculino, idade precoce e baixo estatuto socioeconómico, por exemplo, o risco de*

violência associado à perturbação mental é reduzido; comparado com a magnitude do risco associado ao alcoolismo e a outro tipo de abuso de drogas, o risco associado às perturbações mentais graves, como a esquizofrenia, é deveras reduzido”.

A personalidade antissocial parece ser uma característica intrínseca aos indivíduos reclusos nos estabelecimentos prisionais, como demonstrado em várias investigações (e.g., Cassel & Bernstein, 2007; Coid, 2004; Fazel & Danesh, 2002).

Por outro lado, o próprio contexto prisional, pelas suas especificidades, encarrega-se de associar esta perturbação a outras, sobretudo às perturbações do humor, que de acordo com Gonçalves (2008) constituem patologias de adaptação à prisão com elevada prevalência, sobretudo nos reclusos preventivos, contribuem sobremaneira para o prejuízo da sua saúde mental. Por essa razão, e na sua vertente prestadora de cuidados, se assume de extrema importância que os estabelecimentos prisionais disponham de técnicos capacitados na área clínica e da saúde, que, e no sentido do sugerido por Boothby, Mulholland, Cases, Carrington e Bolger (2010) rastreiem os reclusos à sua chegada e identifiquem aqueles com pré-existência de perturbação mental e aqueles que estão em risco de a desenvolver.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 3

Metodologia

1. Objetivos

O principal objetivo da presente investigação é o de identificar fatores psicossociais de risco e de proteção associados ao envolvimento em trajetórias delinquentes e a sua relação com a presença de problemas psicopatológicos em indivíduos reclusos num estabelecimento prisional. Nesse sentido, foram elaboradas as seguintes questões de investigação:

- (1) *O contexto familiar de risco e a presença de acontecimentos de vida negativos estão relacionados com o comportamento antissocial dos reclusos?*
- (2) *Até que ponto a resiliência percebida pelos reclusos está negativamente associada à presença de sintomatologia psicopatológica?*

De modo a responder às questões de investigação, foram delineados os seguintes objetivos gerais:

1. Estudar os fatores de risco psicossocial que estão associados, retrospectivamente, a envolvimento num percurso comportamental delincente;
2. Analisar possíveis diferenças nos indicadores de sintomatologia psicopatológica em função de variáveis sociodemográficas e familiares (agregado familiar atual e situação jurídica)
3. Analisar eventuais diferenças e associações entre a incidência de sintomatologia psicopatológica e características do comportamento delincente (idade do primeiro delito, circunstâncias, tipo, diversidade, persistência e reincidência);
4. Analisar possíveis relações entre a presença de problemas psicopatológicos e a presença de fatores de risco *versus* fatores de proteção psicossociais;
5. Analisar eventuais fatores psicossociais protetores face à reincidência em futuro comportamento delincente.

2. Definição das variáveis

Pretendemos analisar se a presença de fatores de risco psicossocial está relacionada com o comportamento antissocial e com a ausência de sintomatologia psicopatológica em homens reclusos em estabelecimentos prisionais.

A caracterização sociodemográfica dos sujeitos teve por base a recolha de informação relativa às variáveis idade, situação jurídica e penal (condenado ou a aguardar julgamento), residência (urbana ou rural), habilitações literárias (sem escolaridade, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3º ciclo, ensino secundário ou ensino superior), existência de ocupação profissional no exterior, estatuto socioeconómico do indivíduo, calculado através do grau de habilitações literárias e ocupação no exterior, de acordo com o procedimento utilizado por Simões (1994) (Anexo 1), que preconiza uma classificação nos níveis NSE baixo, NSE médio e NSE elevado, estrutura do agregado familiar atual (vive com os pais, com outros familiares, casado/união de facto, sozinho ou noutra situação) e participação em atividades do estabelecimento prisional.

A caracterização do perfil de risco psicossocial dos sujeitos teve por base as seguintes variáveis: 1) estrutura do agregado familiar na infância (família biológica, monoparenal, reconstruída ou de outro tipo), 2) mobilidade familiar (inexistente, de meio urbano para meio rural ou de meio rural para meio urbano), 3) retenções escolares (recodificada em nenhuma, entre uma a duas retenções e mais de três retenções), 4) motivação face à escola, 5) ocorrência de fugas, 6) registo de antecedentes criminais familiares (inexistência, família nuclear, outras pessoas significativas/grupo de pares ou ambas), 7) abuso de substâncias (alcoolismo e toxicodependência) e problemas de saúde dos progenitores, 8) história de institucionalizações e ainda 9) acontecimentos de vida negativos na infância (separações de pessoas significativas, negligência, abuso físico e sexual, abuso psicológico, ambiente familiar disfuncional, condições de vida adversas e problemas de saúde).

O comportamento delinquente dos sujeitos foi caracterizado com base na recolha de informação relativa às variáveis 1) idade do primeiro delito; 2) tipo e 3) diversidade dos delitos (número de delitos pelos quais está indiciado/condenado), 4) persistência e 5) circunstâncias do ato delinquente (sozinho ou em grupo).

Para definir o tipo de delito indiciado/cometido, foi considerada a sua gravidade com base no tempo de pena máximo atribuído por lei ao crime cometido, de acordo com

o enunciado no Código Penal Português. Assim, foram considerados dois tipos de crimes, os crimes graves², no qual se inserem homicídios, crimes sexuais, sequestro, furto, roubo, tráfico de estupefacientes e falsificação de moeda, e os crimes menos graves, restantes delitos cujas penas máximas se situam entre os 2 e os 8 anos.

Considerou-se pertinente, no sentido do que é sugerido por Mulder, Brand, Bullens e Marle (2010), analisar a variável reincidência enquanto indicador da persistência criminal do indivíduo que neste caso foi punida e resultou em condenação. Pelo contrário, a ausência de reincidência reflete o carácter primário do comportamento delinquente do sujeito.

A recolha dos dados sociodemográficos e a caracterização do perfil de risco psicossocial e de comportamento delinquente dos sujeitos teve por base a aplicação de um questionário de dados sociodemográficos e familiares, adaptado do questionário construído por Lemos (2007) (Anexo 2).

Para a avaliação da resiliência e dos fatores de proteção dos sujeitos aplicámos o inventário *Measuring Child and State Resilience* de Hiew (1998) (Anexo 3), adaptado à população portuguesa por Martins (2005).

De modo a avaliar a presença de sintomatologia psicopatológica na amostra estudada foi utilizado o *Brief Symptom Inventory* de Derogatis (1977), adaptado à população portuguesa por Canavarro (1999) (Anexo 4).

A vivência de experiências de carácter negativo na infância foi aferida através do Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos (IAV_N) de Brás e Cruz (2008) (Anexo 5).

² Penas máximas entre os 8 e os 16 anos

3. Desenho do estudo

Estamos na presença de um estudo quantitativo, com um desenho transversal e com um plano correlacional. Os estudos correlacionais têm como objetivo examinar as relações entre variáveis e estabelecer previsões, não estabelecendo provas de causalidade (Heiman, 2010; Houser, 2008). Face ao carácter exploratório do estudo, não foram formuladas hipóteses tendo a análise sido guiada pelos objetivos anteriormente mencionados.

4. Amostra

4.1. Técnica de amostragem

Para a constituição da amostra, tendo em conta que o único critério é ser cidadão português, utilizou-se a técnica de amostragem intencional. Esta técnica de amostragem não probabilística é utilizada quando se pretende estudar uma amostra clara e definida de participantes com características particulares (Clark-Carter, 1997). De acordo com Fortin (1999) utiliza-se no estudo de casos extremos ou desviantes, contribuindo para uma melhor compreensão de fenómenos raros ou inusitados. Não obstante, o procedimento de seleção não probabilístico acarreta algumas desvantagens, como o risco de ser menos representativo da população e limitativo em termos de generalização de resultados.

4.2. Caracterização geral da amostra

4.2.1. Caracterização sociodemográfica

A amostra selecionada é constituída por 57 reclusos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 19 e os 58 anos ($M=35.74$; $DP=9.593$), 75.4% são oriundos de zonas de residência urbanas e 24.6% de meio rural.

Relativamente à situação jurídica cerca de 75.4% ($n=43$) dos participantes por reclusos são condenados, sendo que 24% ($n=14$) se encontra a aguardar julgamento. No que concerne às habilitações literárias, os reclusos distribuem-se, maioritariamente, pelo 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (89.9%) sendo que apenas 6 possuem o grau de ensino Secundário ou Superior completo.

À data de entrada no estabelecimento, 77.2% tinha uma ocupação no exterior ($n=44$) enquanto 22.8% estava desempregado. A maioria dos indivíduos pertence ao nível socioeconómico baixo (77.2%), 19.3% ao nível socioeconómico médio e apenas 2% ao nível sócio económico alto. Relativamente à composição do agregado familiar atual, 42.1% ($n=24$) está casado ou vive em união de facto, 35.1% ($n=20$) vive com os pais, 14% vive sozinho ($n=8$) e 8,8% vive com outros familiares ($n=5$).

Além do mais, 71% dos reclusos frequentam as atividades formativas, culturais ou lúdicas do estabelecimento prisional e 22.8% não participa em qualquer atividade.

Na Tabela 1 está representada a caracterização sociodemográfica e familiar da amostra de acordo com as variáveis zona de residência, situação jurídica, habilitações literárias, ocupação no exterior, nível socioeconômico, agregado familiar atual e inscrição em atividades do estabelecimento prisional.

Tabela 1. Distribuição da amostra segundo variáveis sociodemográficas e familiares

	n	%
Zona de Residência		
Urbana	43	75.4
Rural	14	24.6
Situação Jurídica		
Aguarda julgamento	14	24.6
Condenado	43	75.4
Habilitações Literárias		
1.º Ciclo	7	12.3
2.º Ciclo	22	38.6
3.º Ciclo	22	38.6
Ensino Secundário	4	7.0
Ensino Superior	2	3.5
Ocupação no exterior		
Sim	44	77.2
Não	13	22.8
Nível Socioeconômico (NSE)		
Baixo	44	77.2
Médio	11	19.3
Alto	2	3.5
Agregado Familiar Atual		
Vive com os pais	20	35.1
Vive com outros familiares	5	8.8
Casado/vive com companheira	24	42.1
Vive sozinho	8	14.0
Inscrição em Atividades do EP ^a		
Sim	41	71.9
Não	13	22.8
Total	57	100.0

^a Não foi obtida informação nesta variável para 3 sujeitos

4.2.2. Caracterização do comportamento delinquente

Na Tabela 2 é apresentada a distribuição dos sujeitos segundo os indicadores sobre a tipologia de comportamento delinquente. Os dados relativos às circunstâncias do delito revelam que 57,9% cometeu o delito pelo que está indiciado/condenado sozinho, e 23% em grupo. Quanto à idade em que foi cometido o delito, 63% dos

indivíduos cometeu o primeiro delito na idade adulta e 33.3% na adolescência. Verifica-se uma grande amplitude de idades (entre os 13 e os 51 anos), sendo que a moda, referente à idade do primeiro delito, se verifica aos 16 anos. Podemos observar que 47,4% dos indivíduos revela persistência dos atos delinquentes e 33,3% diversidade nos delitos cometidos (entre dois e seis delitos cometidos). Do total da amostra, 38,6% dos indivíduos são reincidentes. Verifica-se que 71.9% dos reclusos cometeram crimes graves, maioritariamente furto (24.6%) e tráfico de estupefacientes (40.4%) e 26.3% praticou crimes de menor gravidade.

Tabela 2. Distribuição da amostra segundo os indicadores da tipologia de comportamento delincente

	n	%
Circunstâncias do delito ^a		
Sozinho	33	57.9
Em grupo	23	40.4
Idade do 1º delito (faixa etária) ^b		
Adolescência	19	33.3
Idade Adulta	36	63.2
Idade do 1º delito (em anos)		
Média ± DP	28.02 ±12.379	
Moda	16	
Amplitude	13-51	
Persistência do delito		
Sim	27	47.4
Não	30	52.6
Diversidade dos delitos cometidos		
Sim	19	33.3
Não	38	66.7
Número de delitos cometidos		
Média ± DP	1.72 ± 1.221	
Moda	1	
Amplitude	1-6	
Reincidência		
Sim	22	38.6
Não	35	61.4
Tipo de delito ^a		
Grave	41	71.9
Menor gravidade	15	26.3
Total	57	100.0

^a Não foi obtida informação nesta variável para 1 sujeito ^b Não foi obtida informação nesta variável para 2 sujeitos

4.2.3. Caracterização do perfil de risco psicossocial

Tipo de família

A Tabela 3 caracteriza os sujeitos relativamente aos indicadores de risco psicossocial estrutura do agregado familiar e dimensão da fratria. No que concerne à estrutura do agregado familiar na infância, a maioria viveu numa família nuclear (40%), 15.8% em outras circunstâncias (avós ou famílias adoptivas) e os restantes em famílias monoparentais (4%) ou reconstruídas (4%). Em relação à dimensão da fratria, 47.4% tem entre um a dois irmãos, 38.6% tem três ou mais irmãos e os restantes 14% não tem irmãos.

Tabela 3. Distribuição da amostra segundo os indicadores de risco psicossocial *estrutura do agregado familiar e dimensão da fratria*

	n	%
Estrutura familiar na infância		
Família Nuclear	40	70.2
Família Monoparental	4	7.0
Família Reconstruída	4	7.0
Outros (Avós, famílias adoptivas)	9	15.8
Dimensão da fratria		
Sem irmãos	8	14.0
1 a 2 irmãos	27	47.4
3 ou mais irmãos	22	38.6
Total	57	100.0

História de mobilidade familiar e de Problemas Escolares

Em 45.4% dos indivíduos (n=26) não existe história de mobilidade familiar, enquanto 36.8% relatam ter existido mudança de meio rural para o meio urbano e 17.5% do meio urbano para o meio rural.

Relativamente à história de problemas escolares, é possível observar que mais de metade dos indivíduos (65.4%) se encontrava motivado face à escola, 56.1% relata a ocorrência de fugas à escola, 47.4% reprovou uma a duas vezes, 22.8% refere mais de três retenções escolares e 17.5% nunca reprovou. Na Tabela 4 está representada a caracterização da amostra no que concerne aos indicadores de risco psicossocial história de mobilidade familiar, motivação face à escola, fugas à escola e número de retenções escolares.

Tabela 4. Distribuição da amostra segundo os indicadores de risco psicossocial *história de mobilidade familiar, motivação face à escola, fugas à escola e número de retenções escolares*

	n	%
História de Mobilidade Familiar		
Não	26	45.6
Mudança de meio rural para urbano	21	36.8
Mudança de meio urbano para rural	10	17.5
Motivação face à escola		
Sim	35	61.4
Não	22	38.6
Fugas à escola ^a		
Sim	32	56,1
Não	22	38,6
Número de Retenções ^b		
Nenhuma Retenção	10	17.5
1 a 2 Retenções	27	47.4
Mais de 3 Retenções	13	22.8
Total	57	100.0

^a Não foi possível obter informação nesta variável para 3 sujeitos ^b Não foi possível obter informação nesta variável para 7 sujeitos

Antecedentes criminais na família, abuso de substâncias e problemas de saúde dos progenitores

Verifica-se a existência de antecedentes criminais na família nuclear (pais e/ou irmãos) em 19.3% indivíduos, 12.3% possui outras pessoas significativas e/ou grupo de pares com registo de antecedentes criminais e 7% revela a existência de antecedentes criminais tanto na família nuclear como noutras pessoas significativas e grupo de pares.

No que diz respeito ao abuso de substâncias dos progenitores, 17.5% dos sujeitos refere problemas de alcoolismo e 10.5% toxicodependência. Observamos que 29.8% reporta a existência de problemas de saúde dos progenitores.

A Tabela 5 apresenta a caracterização dos sujeitos relativamente aos indicadores de risco psicossocial antecedentes criminais na família, abuso de substâncias e problemas de saúde dos progenitores.

Tabela 5. Distribuição da amostra segundo os indicadores de risco psicossocial antecedentes criminais, abuso de substâncias e problemas de saúde dos progenitores

	n	%
Antecedentes criminais na família		
Não	35	61.4
Família nuclear	11	19.3
Outras pessoas significativas/grupo de pares	7	12.3
Ambos	4	7.0
Alcoolismo dos pais		
Sim	10	17.5
Não	47	82.5
Toxicodependência dos pais		
Sim	6	10.5
Não	51	89.5
Problemas de saúde dos pais		
Sim	17	29.8
Não	40	70.2
Total	57	100.0

Institucionalizações na infância

Apenas uma pequena percentagem da amostra esteve institucionalizado durante a infância e/ou adolescência (7%).

5. Instrumentos

5.1. Questionário de recolha de dados sócio-demográficos e de caracterização do perfil de risco psicossocial e comportamento delinquente dos indivíduos

Este instrumento foi adaptado do questionário de recolha de dados sociodemográficos e familiares construído por (Lemos, 2007) e a sua elaboração teve por base a revisão da literatura sobre os indicadores de risco psicossocial para o comportamento antissocial e delinquente, nomeadamente os trabalhos de Farrington (2000; 2004a) e Loeber (1990), e os critérios da tipologia de comportamento delinquente proposta por Moffitt (1993).

Foram elaborados 5 grupos de questões, de resposta aberta e/ou fechada, em função das seguintes dimensões:

1. Dados sociodemográficos: idade, concelho de residência, habilitações literárias, zona de residência, tipo e condições da habitação, história de mobilidade familiar (meio rural para meio urbano, meio urbano para meio rural);
2. Dados jurídicos/penais: tipo de delito indiciado/cometido, circunstâncias do delito (sozinho ou em grupo), situação jurídica (condenado ou a aguardar julgamento), tempo de pena cumprida e por cumprir, idade do primeiro delito, reincidência e persistência do delito;
3. Dados familiares: estrutura familiar na infância, história de institucionalizações, nível educacional e situação profissional dos pais, tamanho da fratria, história de comportamento desviante na família (antecedentes criminais, consumo de substâncias, prostituição) existência de pares e outras pessoas significativas com antecedentes criminais, agregado familiar atual;
4. Dados escolares: frequência, motivação, número de fugas e reprovações na escola;
5. Ocupação: situação profissional, participação em atividades do estabelecimento prisional.

A informação recolhida permitirá descrever adequadamente a amostra em termos sociodemográficos e ainda estabelecer as características do comportamento delinquente e do perfil de risco psicossocial dos indivíduos.

5.2. *Measuring State and Child Resilience*

O inventário *Measuring State and Child Resilience*, designado inicialmente por *State Childhood Trait Inventory* (STRI), foi desenvolvido por Chok C. Hiew (1998) com base no modelo de Grotberg (1995) que assenta na existência de três «fontes» de resiliência: (1) a resiliência interna ou forças pessoais, designada como factor «*I am*»; (2) as competências e habilidades pessoais e sociais, denominadas como factor «*I can*» e, por último, (3) as relações e os papéis que o indivíduo desempenha, denominados como o factor «*I have*». Tendo em conta também os postulados de Werner (1989), o instrumento considera que o desenvolvimento da resiliência inicia-se no final da infância e que, nos adultos, os traços característicos podem ser distinguidos pelo seu estado, isto é, se é resiliência dominante no momento atual (*state-resilience*) ou se foi desenvolvida desde a infância (*trait-resilience*). O pressuposto fundamental desta abordagem está relacionado com a concepção de que os fatores de resiliência favorecem o *coping*, controlam o stress e atuam como mediadores na saúde mental e emocional na presença de acontecimentos stressantes da vida.

O instrumento proposto por Hiew é formado por duas escalas diferentes, a Escala *Measuring State Resilience* (MSR) e a Escala *Measuring Child Resilience* (MCR), para permitir a distinção entre a resiliência como estado dominante atual (*State-Resilience*) ou como traço característico do sujeito (*Trait-Resilience*), desenvolvido desde a infância. Em estudos mais recentes, (Hiew, 2000) considera a existência de apenas dois fatores (*I Am/I Can e I Have*) na Escala MSR. Posto isto, a Escala MSR é composta por quinze itens que descrevem as características atuais da resiliência e a Escala MCR dezoito itens que descrevem características da resiliência na infância. O objetivo do inventário é aferir a intensidade da resiliência do sujeito, pelo que quanto mais elevada a pontuação obtida, maior a resiliência e proteção do sujeito face às diversas adversidades.

A adaptação das escalas à população portuguesa foi levada a cabo por Martins (2005), num estudo com 905 sujeitos em contexto escolar. A escala *Measuring State*

Resilience é composta por 14 itens na versão portuguesa e a escala, *Measuring Child Resilience* é constituída por 18 itens, tal como a versão original de Hiew (1998)³.

O instrumento é composto por um total de 32 itens distribuídos pelas duas escalas, respondidos por autopreenchimento conforme uma escala de likert equilibrada de 5 pontos (desde 1 = *discordo completamente* e 5= *concordo totalmente*) que avalia a concordância ou discordância do indivíduo face a afirmações relacionadas com fatores protetores e resiliência.

O estudo das características psicométricas das escalas na versão portuguesa, relativamente à análise da fidelidade, evidenciou a um valor de *alpha* de 0.785 na Escala *MCR* e de 0.774 na Escala *MSR*. Na nossa análise, Escala *MCR* apresenta níveis bons de consistência interna ($\alpha = 0.875$) e a Escala *MSR* níveis que se consideram satisfatórios ($\alpha = 0.708$).

No que concerne ao processo de cotação, Hiew sugere a avaliação total de cada uma das escalas e ainda a avaliação parcial pelos fatores *I Am*, *I Have* e *I Can*. Deste modo, é possível obter a avaliação não só da resiliência em geral, mas também dos fatores de proteção e de resiliência. Assim, na Escala *MSR* a cotação pode variar entre 14 e 70 pontos, e entre 18 e 90 na Escala *MCR*. A interpretação dos resultados deve considerar que quanto mais elevada a pontuação obtida maior a resiliência e proteção do sujeito face às adversidades.

Na presente investigação utilizámos o processo de cotação proposto pelo autor de modo a avaliar a resiliência global e ainda os fatores de proteção e resiliência dos sujeitos em estudo.

5.3. Inventário de Sintomas Psicopatológicos - BSI

O Inventário de Sintomas Psicopatológicos (*Brief Symptom Inventory*, adiante designado BSI) é um inventário desenvolvido por Derogatis (1982) enquanto versão abreviada do SCL-90 construído pelo mesmo autor (Derogatis, 1977), tendo como objetivo a avaliação da sintomatologia psicopatológica.

A versão portuguesa do instrumento foi adaptada por Canavarro (1999b) junto de uma amostra composta por 551 sujeitos da população geral e uma amostra da população clínica, cujas idades se situavam entre os 15 e os 68 anos. Trata-se de um

³ Os estudos realizados pelo autor no Canadá e Japão com estudantes do ensino secundário (Hiew, 1999; 2000) evidenciam coeficientes de fidelidade (α – *alpha* de Cronbach) que variam entre os 0.76 e 0.81 para a escala da resiliência *estado* e de 0.81 e 0.83 para a escala da resiliência *traço*, e uma explicação da variância de 34.1%, o que se pode considerar bastante satisfatório.

inventário de autorresposta que avalia sintomas psicopatológicos composto por nove dimensões de sintomatologia e três índices globais, estes últimos são avaliações sumárias de perturbação emocional (Canavarro, 1999b).

O indivíduo deverá classificar os 53 itens que compõem o inventário de acordo com o grau em que cada problema o afectou na ultima semana, utilizando uma escala tipo likert de cinco valores em que “0 = *nunca*” e “4 = *muitíssimas vezes*”. A sua aplicação demora, em média, 10 minutos. Pode ser administrado tanto a doentes do foro psiquiátrico, a quaisquer outros doentes, como a indivíduos da população em geral, que não se encontrem emocionalmente perturbados.

O BSI tem como objetivo avaliar os sintomas psicopatológicos com base em nove dimensões e três índices globais. As nove dimensões primárias são a Somatização, as Obsessões-Compulsões, a Sensibilidade Interpessoal, a Depressão, a Ansiedade, a Hostilidade, a Ansiedade Fóbica, a Ideação Paranóide e o Psicoticismo. A **Somatização** remete para o mal-estar resultante da percepção do funcionamento somático, estando as queixas centradas no sistema cardiovascular, gastrointestinal, respiratório ou outro sistema com clara mediação autonómica (inclui os itens 2, 7, 23, 29, 30, 33 e 37).

A dimensão **Obsessões-Compulsões** inclui sintomas identificados com a síndrome obsessivo-compulsiva e diz respeito às cognições, impulsos e comportamentos que são experienciados como persistentes e aos quais o indivíduo não consegue resistir, embora sejam ego-distónicos e de natureza indesejada. Esta dimensão inclui também os comportamentos que indicam uma dificuldade cognitiva mais geral (inclui os itens 5, 15, 26, 27, 32 e 36). A dimensão **Sensibilidade Interpessoal** centra-se nos sentimentos de inadequação pessoal e inferioridade, particularmente na comparação com outras pessoas. A auto-depreciação, a hesitação, o desconforto e a timidez, durante as interações sociais são as manifestações mais características desta dimensão (inclui os itens 20, 21, 22 e 42). Os itens da dimensão **Depressão** são indicadores de depressão clínica, estando representados os sintomas de afecto e humor disfórico, perda de energia vital, falta de motivação e de interesse pela vida (inclui os itens 9, 16, 17, 18, 35 e 50); a dimensão **Ansiedade** reporta-se a indicadores gerais tais como o nervosismo e tensão. São igualmente contemplados sintomas de ansiedade generalizada e de ataques de pânico, bem como componentes cognitivas que envolvem apreensão e alguns correlatos somáticos da ansiedade (inclui os itens 1, 12, 19, 38, 45 e 49). A dimensão **Hostilidade** inclui pensamentos, emoções e comportamentos característicos da cólera (inclui os itens 6, 13, 40, 41 e 46). A dimensão **Ansiedade Fóbica** é definida como a resposta de medo

persistente (em relação a uma pessoa, local ou situação específica) que, sendo irracional e desproporcionada em relação ao estímulo, conduz ao comportamento de evitamento (inclui os itens 8, 28, 31, 43 e 47). A **Ideação Paranóide** representa o comportamento paranóide como um modo perturbado de funcionamento cognitivo. O pensamento projetivo, a hostilidade, a suspeição, a grandiosidade, o egocentrismo, o medo da perda de autonomia e os delírios são vistos primariamente como os reflexos desta perturbação (inclui os itens 4, 10, 24, 48 e 51). Por fim, o **Psicoticismo** abrange itens indicadores de isolamento e de estilo de vida esquizóide, assim como sintomas primários de esquizofrenia como alucinações e controlo do pensamento (inclui os itens 3, 14, 34, 44 e 53). Os itens 11, 25, 39 e 52 apesar de contribuírem com algum peso para as dimensões descritas não pertencem univocamente a nenhuma dimensão. Dada a sua relevância clínica são apenas considerados nas pontuações dos três índices globais.

A cotação das nove dimensões supracitadas é obtida através da soma dos valores obtidos em cada um dos itens (0-4) de cada uma das categorias, sendo o resultado obtido dividido pelo número de itens a que o indivíduo respondeu para essa dimensão, expresso no intervalo de 0 a 4.

Os três índices globais do BSI são o **Índice Geral de Sintomas (IGS)** – que representa a intensidade do mal-estar experienciado - o **Total de Sintomas Positivos (TSP)** – total de queixas somáticas apresentadas - e o **Índice de Sintomas Positivos (ISP)** – indica a média da intensidade de todos os sintomas assinalados no inventário.

O cálculo do **Índice Geral de Sintomas (IGS)** é feito através da soma das pontuações de todos os itens, divididos pelo número total de respostas.

O **Total de Sintomas Positivos (TSP)** é obtido contabilizando o número de itens assinalados com uma resposta positiva (i.e. maior do que zero). O **Índice de Sintomas Positivos (ISP)** calcula-se dividindo a soma de todos os itens pelo TSP.

No que concerne às qualidades psicométricas, o instrumento apresenta índices satisfatórios de estabilidade temporal e consistência interna⁴.

Em relação aos parâmetros possíveis de interpretação dos resultados, Canavarro (1999b) sugere que a leitura dependerá do objetivo que se pretende com a utilização do inventário. Assim, do ponto de vista clínico, a análise das pontuações obtidas nas nove dimensões fornece informação sobre o tipo de sintomatologia que, preponderantemente,

⁴ A estabilidade temporal da escala foi avaliada por Canavarro (1999a), numa amostra de 108 sujeitos, tendo os valores das correlações de *Pearson* oscilado entre $r=0.45$, no **Índice de Sintomas Positivos**, $r=0.81$ na **Depressão** e $r=0.84$ no **Total de Sintomas Positivos**, pelo que se conclui que o BSI possui boa estabilidade temporal. Os estudos de consistência interna resultaram em índices satisfatórios, situados entre $\alpha=0.40$ e $\alpha=0.70$.

perturba mais o indivíduo, ao passo que a simples leitura dos índices globais permite avaliar, de forma geral, o nível de psico-sintomatologia apresentado⁵.

No presente estudo utilizaremos apenas o Índice Geral de Sintomas de modo a analisar e relacionar a presença de sintomas psicopatológicos dos sujeitos em estudo com as restantes variáveis.

5.4. *Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos – IAV_N*

O Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos (adiante designado IAV_N) é um instrumento desenvolvido por Brás e Cruz (2008) que tem como objetivo identificar e avaliar a frequência, o impacto e a severidade das experiências de carácter negativo vivenciadas pelo indivíduo até aos 12 anos de idade. A sua construção teve como base a análise de conteúdo de histórias de vida de sujeitos suicidas e a revisão da literatura existente sobre o tema (Brás, 2006).

O inventário pode ser aplicado a jovens adultos (18-30 anos) e adultos (30-50 anos) que integrem a população geral, independentemente das suas habilitações literárias.

Pode ser administrado de forma individual ou colectiva desde que os indivíduos se encontrem num ambiente tranquilo e seja garantido o máximo de privacidade possível. A sua aplicação demora, em média, oito minutos.

O inventário é constituído por sete categorias de acontecimentos de vida negativos passíveis de serem experienciados durante a infância (*Separações de Pessoas Significativas*, *Negligência*, *Abuso Físico/Sexual*, *Abuso Psicológico*, *Ambiente Familiar Disfuncional*, *Condições de Vida Adversas* e *Problemas de Saúde*), perfazendo um total de 25 itens.

A categoria *Separações de Pessoas Significativas* abrange as *Separações Intermitentes* (nem a presença, nem a ausência de pessoas significativas foram contínuas), as *Separações Prolongadas* (separações superiores a 3 meses) e as *Separações Definitivas* (separações por morte ou por abandono). A categoria *Negligência* integra a *Negligência Física* (recusa ou ineficácia em satisfazer as necessidades de alimentação, vestuário, higiene, cuidados de saúde, ...) e a *Negligência Psicológica* (recusa ou ineficácia em prestar atenção, carinho ou proteção adequadas).

⁵ Para fins de investigação os mesmos parâmetros poderão ser tidos em conta e ainda, se o inventário for utilizado com o objetivo de formação de grupos (e.g. indivíduos perturbados emocionalmente vs. indivíduos não perturbados emocionalmente) poderá estabelecer-se um ponto de corte e este ser utilizado como critério de pertença ao grupo.

A categoria **Abuso Físico/Sexual** considera diferentes graus de severidade dos abusos físicos, nomeadamente *Agressões Corporais Ligeiras* (e.g. palmadas), *Agressões Corporais Moderadas* (e.g., murros, pontapés, ...) e *Agressões Corporais Severas* (capazes de provocar sequelas ou traumatismos), assim como episódios de *Abuso Sexual* (e.g., observação forçada de cenas sexuais, estimulação contrariada dos órgãos sexuais e relações sexuais forçadas).

A categoria **Abuso Psicológico** inclui um conjunto de situações, como a *Depreciação* (ter sido alvo de insultos por parte de outros que visavam diminuir o seu valor), a *Rejeição* (ter sido vítima de resposta negativa, abandono ou frieza emocional, quando era esperado o oposto), a *Humilhação* (desvalorização e depreciação das características pessoais, normalmente em publico), as *Punições Desproporcionadas* (castigos demasiado severos face à situação que comprometeram o bem-estar psicológico), as *Exigências Desproporcionadas* (ter sido alvo de expectativas demasiado elevadas e pressão psicológica) e as *Ameaças Verbais ou Escritas à Integridade Física ou Psicológica*. A categoria **Ambiente Familiar Disfuncional** agrupa os *Conflitos* entre os *Familiares Próximos* (cuidadores, irmãos, ...), as *Separações e/ou Ameaças de Separação dos Cuidadores* e o *Abuso de Substâncias* (álcool ou drogas) por parte dos cuidadores. A categoria **Condições de Vida Adversas** integra as *Dificuldades Económicas*, os *Problemas Educacionais*, a *Mudança de Residência*, a *Mudança de Escola* e a *Habitação sem Condições*. A categoria **Problemas de Saúde** compreende os *Problemas de Saúde Físicos e/ou Psicológicos* (e.g. depressão, perturbações da ansiedade, ...) do *Próprio* e *Problemas de Saúde Físicos e/ou Psicológicos entre os Familiares Próximos*.

O inventário é respondido através de autopreenchimento de acordo com duas escalas de medida de natureza quasi-intervalar que representam duas dimensões das experiências negativas – *Frequência* e *Impacto*. A escala de **Frequência** possui um cariz mais objetivo e apresenta quatro opções de resposta que vão desde 0 (*nunca ocorreu*) a 4 (*ocorreu muitíssimas vezes*). A escala de **Impacto**, de cariz mais subjetivo, possui igualmente quatro opções de resposta compreendidas entre 1 (nenhum impacto) e 5 (impacto extremamente negativo).

A cotação do IAV_N pode ser efectuada em três modalidades, de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar com a sua aplicação: (a) avaliação independente da frequência e do impacto dos AVN; (b) avaliação discriminada dos AVN por fatores e (c) avaliação global da severidade dos AVN por índices.

Posto isto, numa primeira análise, o IAV_N permite avaliar, de modo distinto, a frequência e o impacto dos acontecimentos, fornecendo uma perspetiva pormenorizada da exposição, até aos 12 anos, dos sujeitos aos vários tipos de acontecimentos. Posteriormente, é possível obter a severidade global dos acontecimentos multiplicando os valores correspondentes às opções de resposta da escala de Frequência pelos valores associados às opções de resposta da escala Impacto, incluindo os que registam frequência “0=nunca” e impacto “1=nenhum” que servirão de base ao processo de cotação seguinte.

Numa segunda possibilidade de análise, a cotação do IAV_N pode centrar-se na formação dos 4 fatores encontrados durante a análise factorial, através da média aritmética dos itens que os integram: *Ambiente Familiar Adverso* (itens 4, 5, 13, 16, 18, 19, 20, 23 e 25), *Abuso Psicológico* (itens 10, 11, 12, 14 e 15), *Separações e Perdas* (itens 1, 2, 3, 17, 21 e 22) e *Abuso Físico e Sexual* (6, 7, 8 e 9). De notar que o item 24 não é incluído em nenhum factor.

Uma terceira possibilidade de análise, tendo em vista a obtenção de uma perspetiva mais global da vivência de AVN, a cotação do instrumento pode ser feita com base no ***Índice Global de AVN (IGA)***, no ***Índice de Presença de AVN (IPA)*** e no ***Índice de Severidade de AVN (ISA)***.

No primeiro caso, para se obter o IGA, depois de calculado o produto da Frequência pelo Impacto de cada AVN, deve proceder-se à média aritmética de todos os itens (somatório do valor de cada item a dividir pelo total de itens), podendo o resultado variar entre um valor mínimo de zero e um máximo de 20, refletindo globalmente a pontuação obtida no instrumento. Para o cálculo do IPA, deve efetuar-se a contagem do número de acontecimentos que o indivíduo assinalou como tendo sido vividos (i.e., frequência superior a zero), independentemente dos valores específicos da escala de Frequência. Para o cálculo do ISA, após se calcular o produto da Frequência pelo Impacto), deve fazer-se o somatório de todos os itens e dividir pelo IPA, obtendo-se a avaliação da intensidade da severidade dos acontecimentos vividos.

Na presente investigação optámos por utilizar o processo de cotação por fatores por se tratar de uma avaliação sumária que nos permite discriminar os diferentes tipos de situações negativas experienciadas pelo sujeito.

O instrumento apresenta qualidades psicométricas muito satisfatórias, no que concerne à estabilidade temporal e consistência interna⁶.

No que concerne à validade do instrumento, Brás (2006) analisou a vivência de AVN não só com base em modelos teóricos, mas também em análises qualitativas e quantitativas e foram encontrados resultados muito congruentes com os do IAV_N, o que aponta para a validade concorrente/discriminante do inventário.

A validade de constructo, avaliada através da técnica da análise factorial aos 25 itens que compõem o instrumento, conduziu a uma solução de 4 fatores que explicam 51.73% da variância total e cujos valores do *alphas* de Cronbach se situam entre 0.67 e 0.84. Da nossa análise resultou um índice de consistência interna (*alpha de Cronbach*) de $\alpha = 0.887$, valor considerado muito satisfatório.

⁶ A estabilidade temporal é comprovada pelos resultados do coeficiente de correlação de *Pearson* que demonstram que todos os pares de acontecimentos se encontram correlacionados positiva e significativamente, à excepção do par 4 “*Negligencia Física*” ($r=0.20$; $p=0.127$) e do par 23 “*Habitação sem condições*” ($r=0.20$; $p=0.128$), cuja correlação positiva não é significativa. O instrumento apresenta um índice de consistência interna (*alpha de Cronbach*) de $\alpha = 0.90$, valor considerado muito satisfatório.

6. Procedimento

O projeto de Dissertação contendo a revisão teórica do tema, os objetivos centrais da investigação e toda a informação relativa aos instrumentos adequados à avaliação das variáveis em estudo foi remetido, juntamente com a solicitação de autorização para a realização do estudo (Anexo 6), à Direção Geral dos Serviços Prisionais. Obtido o parecer favorável da Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas da Direção Geral dos Serviços Prisionais (Anexo 7), entrámos em contacto com a Direção do Estabelecimento Prisional onde decorreu o estudo, que anuiu colaborar na investigação.

A autorização do estudo pressupõe o cumprimento de determinadas condições para além das demais questões de garantia de anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos, nomeadamente, a existência de concílio entre os objetivos académicos e a exequibilidade do trabalho sem perturbação da vida quotidiana da instituição e a entrega ao estabelecimento prisional de uma cópia do assentimento dos inquiridos a escrito.

Posto isto, realizou-se uma reunião com a Direção do Estabelecimento Prisional de modo a acordar os detalhes do processo de aplicação dos instrumentos, tendo sido decidido que o melhor método passaria pela aplicação em grupo, numa das salas disponíveis no Estabelecimento, no período da tarde e em dias alternados, de modo a não interferir com as atividades e cursos a decorrer diariamente. O corpo da guarda prisional foi informado acerca do propósito da investigação e, com estes, definida a calendarização da aplicação. Para além disso, ficaram encarregues de informar e sensibilizar os reclusos para a colaboração no estudo e, posteriormente, conduzi-los até ao local da sua realização. O único critério de inclusão, definido e comunicado aos intervenientes, é ser cidadão português.

Por questões não só de segurança, mas também para que fosse possível proporcionar um ambiente tranquilo e que garantisse o máximo de privacidade durante a aplicação dos instrumentos, foram constituídos grupos de cerca de 10-12 sujeitos. Os reclusos tiveram contacto pessoal com a investigadora e foram convidados a participar no estudo. Foi fornecida informação acerca do propósito da investigação, dos objetivos, procedimentos e tipo de informação recolhida, da natureza voluntária da sua participação, da inexistência de qualquer penalização pela não participação e do anonimato e confidencialidade subjacente aos dados recolhidos.

De modo a cumprir as condições impostas pela Direção Geral dos Serviços Prisionais, depois de acederem a participar na investigação, os reclusos expressaram o seu assentimento na folha de consentimento informado (Anexo 8), distribuída previamente e colocada aleatoriamente numa caixa selada para o efeito. Os dados recolhidos permaneceram no anonimato, sendo os pressupostos de confidencialidade da informação recolhida garantidos. Todos os dados foram salvaguardados não tendo sido revelada informação que permitisse a identificação dos reclusos inquiridos por terceiros.

O número de participantes foi definido tendo em conta as características subjacentes à composição das amostras em estudos correlacionais que, de acordo com Gall, Borg e Gall (1983) não devem ter menos de 30 sujeitos. Não obstante ter sido definido um número inicial de 100 sujeitos, o número efetivamente avaliado situou-se em cerca de metade, ou por não assentimento dos sujeitos, ou por dificuldade em aceder à amostra, devido a questões inerentes ao funcionamento do estabelecimento prisional.

O protocolo de investigação elaborado contou com a seguinte ordem de aplicação: Consentimento informado, Ficha de instruções de preenchimento (Anexo 9) Questionário de recolha de dados sociodemográficos e de caracterização do risco psicossocial e comportamento delinquente do indivíduo, *Measuring State e Child Resilience* (Hiew, 1998; Martins, 2005), BSI – Inventário de Sintomas Psicopatológicos (Derogatis, 1982, adaptado à população portuguesa por Canavarro, 1999b) e IAV_N – Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos (Brás & Cruz, 2008). A aplicação dos instrumentos demorou, em média, cerca de 20 minutos.

Capítulo 4

Apresentação, Análise e Discussão de Resultados

Apresentação de resultados

Tendo em conta a consecução dos objetivos delineados nesta investigação, seguem-se os resultados das análises estatísticas efectuadas entre as variáveis em estudo.

É nosso objetivo investigar possíveis diferenças nos resultados do instrumento de avaliação psicopatológica (BSI), na resiliência percebida na infância (MCR) e no momento atual (MSR) e na vivência de acontecimentos de vida negativos (IAV_N) em função de variáveis sociofamiliares, situação jurídica, indicadores de comportamento delinquente e de risco psicossocial. Para tal, recorreremos a procedimentos de comparação de médias não paramétricos (teste *Mann-Whitney* e teste *Kruskal-Wallis*) uma vez que se trata de comparações entre grupos de pequena dimensão e os testes paramétricos são muito mais sensíveis à violação do pressuposto da homogeneidade das variâncias (Pestana & Gageiro, 2003).

Procurámos também observar eventuais associações entre as variáveis quantitativas acima descritas, utilizando os coeficientes de correlação de Spearman e de Pearson, dependentemente da natureza das variáveis ou da dimensão dos grupos em estudo.

Importa ainda referir que o nível utilizado para avaliar a significância dos testes estatísticos foi de 0.05. Todas as análises foram realizadas com recurso ao programa de tratamento de dados estatísticos *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, versão 17.0).

1. Resultados do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI)

1.1. Diferenças entre grupos em função de variáveis sócio - familiares e da situação jurídica

Num primeiro momento, procurámos investigar possíveis diferenças entre grupos nos resultados do Índice Geral de Sintomas Psicopatológicos (IGS) em função de variáveis sociofamiliares – agregado familiar atual, nível socioeconómico e idade - e da situação jurídica, utilizando procedimentos de comparação de médias não paramétricos (teste de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis) e teste de correlação de Pearson.

A Tabela 6 apresenta as médias, desvios-padrão e resultado do Kruskal-Wallis referente à comparação entre grupos de acordo com a variável *agregado familiar atual*.

A análise dos resultados permite-nos concluir que, no que diz respeito ao relato de sintomas psicopatológicos, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos categorizados segundo o tipo de agregado familiar ($K-W=7.500$; $g.l.=3$; $p=0.058$).

Tabela 6. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Kruskal-Wallis em função da variável agregado familiar atual (N=57)

IGS ^a		Agregado Familiar Atual								K-W (df=3)	p
		Vive com os pais (n=20)		Vive com outros familiares (n=5)		Casado/Vive com companheira (n=23)		Vive sozinho (n=8)			
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
		0.799	0.457	1.38	0.68	1.131	0.74	1.01	0.43	7.500	0.058

^a 1 sujeito não respondeu nesta variável.

Relativamente à variável *nível socioeconómico*, variável recodificada em *nível socioeconómico baixo* e *médio/alto*, podemos observar na Tabela 7 que, não obstante o grupo categorizado com nível baixo reportar valores médios mais elevados no IGS, as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=214.000$; $p=0.203$). Situação similar encontrámos para a variável *situação jurídica e penal* (Tabela 8) na qual, não obstante os resultados não serem significativos ($U=199.000$; $p=0.072$), o grupo de

sujeitos que se encontra a aguardar julgamento tende a reportar valores médios de sintomatologia psicopatológica mais elevados que o grupo de sujeitos condenados.

Tabela 7. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Mann-Whitney em função da variável *nível socioeconómico* (N=57)

IGS ^a	Nível Socioeconómico				U	p
	Baixo (n=43)		Médio/Alto (n=13)			
	M	DP	M	DP		
	1.1417	0.6840	0.9187	0.44858		

^a 1 sujeito não respondeu nesta variável

Tabela 8. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Mann-Whitney em função da variável *situação jurídica e penal* (N=57)

IGS ^a	Situação Jurídica e Penal				U	p
	Condenado (n=42)		A Aguardar Julgamento (n=14)			
	M	DP	M	DP		
	1.01	0.616	1.32	0.680		
				199.000	0.072	

^a 1 sujeito não respondeu nesta variável.

Num segundo momento foi nosso intuito aferir se a expressão de sintomatologia psicopatológica variava com a idade dos sujeitos. Os resultados da correlação de Pearson sugerem a inexistência de uma associação estatisticamente significativa entre a idade dos sujeitos e os valores médios obtidos no IGS ($r=-0.052$; $p=0.702$).

1.2. Diferenças entre grupos em função das características do comportamento delinquente

Comparámos as pontuações médias obtidas no IGS em função de variáveis que considerámos características do comportamento delinquente e que se referem ao *tipo de delito, reincidência, diversidade, circunstâncias e persistência do delito*. Na Tabela 9 apresentamos as médias, desvios-padrão e resultados do teste Mann-Whitney em função destas variáveis.

Tabela 9. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Mann-Whitney em função das variáveis *tipo de delito*, *reincidência*, *diversidade de delitos*, *circunstâncias do delito* e *persistência do delito* (N=57)

IGS ^a	Tipo de delito					
	Grave (n=41)		Menor Gravidade (n=15)		U	p
	M	DP	M	DP		
	1.07	0.61	1.15	0.73	299.500	0.882
	Reincidência					
	Sim (n=22)		Não (n=34)		U	p
	M	DP	M	DP		
	1.29	0.83	0.96	0.45	297.000	0.196
	Diversidade de delitos					
	Sim (n=18)		Não (n=38)		U	p
	M	DP	M	DP		
	1.176	0.586	1.049	0.668	275.500	0.243
	Circunstâncias do delito					
	Sozinho (n=33)		Em grupo (n=23)		U	p
M	DP	M	DP			
1.108	0.635	1.064	0.662	376.500	0.960	
Persistência do delito						
Sim (n=27)		Não (n=29)		U	p	
M	DP	M	DP			
1.108	0.672	1.072	0.621	389.500	0.974	

^a 1 sujeito não respondeu nesta variável.

Embora não tenhamos encontrado resultados estatisticamente significativos em qualquer uma das variáveis, observamos que os grupos caracterizados por cometimento de crimes menos graves tendem a relatar valores mais elevados de psicopatologia (IGS) ($M=1.15$, $DP=0.73$). Do mesmo modo, embora não estatisticamente significativa encontramos uma tendência para o grupo de sujeitos reincidentes ($M=1.29$, $DP=0.83$), o grupo com maior diversidade de delitos ($M=1.176$, $DP=0.586$) e com persistência dos delitos ($M=1.108$, $DP=0.672$) e ainda o grupo que cometeu o delito sozinho ($M=1.108$, $DP=0.635$) apresentar níveis mais elevados de psicopatologia.

Analísamos, ainda, uma eventual relação entre a idade do primeiro delito e o relato de problemas psicopatológicos ($n=55$) e constatámos que os resultados não apresentam valores com significância estatística ($r=-0.126$; $p=0.363$).

1.3. Diferenças entre grupos em função dos indicadores de risco psicossocial

Segue-se a análise das pontuações obtidas no IGS de acordo com as variáveis que considerámos indicadores de risco psicossocial e que se referem à *estrutura do agregado familiar na infância, dimensão da fratria, mobilidade familiar, problemas escolares, antecedentes criminais familiares, alcoolismo, toxicodependência e problemas de saúde dos progenitores* e ainda *história de institucionalizações*.

No que concerne às diferenças entre grupos no relato de perturbação emocional em função da *estrutura do agregado familiar na infância*⁷ (n=56), através do procedimento teste de Mann-Whitney observámos que, embora o grupo de sujeitos proveniente de outros tipos de famílias (monoparentais, reconstruídas ou com outros familiares) tenda a apresentar valores médios de sintomatologia psicopatológica superiores ao grupo de sujeitos provenientes de famílias intactas, as diferenças não são estatisticamente significativas ($U=264.500$; $p=0.232$).

Relativamente às variáveis *dimensão da fratria* e *mobilidade familiar*, e consoante exposto na Tabela 10, não foram encontradas diferenças significativas entre grupos.

Tabela 10. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Kruskal-Wallis em função das variáveis *dimensão da fratria* e *mobilidade familiar* (N=56)

Dimensão da Fratria								
	Sem irmãos (n=8)		Entre 1-2 irmãos (n=26)		3 ou mais irmãos (n=22)		K-W (df=2)	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
	1.1297	0.265	1.0334	0.702	1.142	0.676		
IGS ^a							1.230	0.541
Mobilidade Familiar								
	Não (n=25)		Mudança de meio rural para urbano (n=21)		Mudança de meio urbano para rural (n=10)		K-W (df=2)	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
	1.0596	0.728	1.2093	0.555	0.9151	0.585		
							2.301	0.316

^a 1 sujeito não respondeu nesta variável.

⁷ Variável recodificada em *família intacta* e *outro tipo de família*

Relativamente aos problemas escolares, os resultados do Kruskal-Wallis sugerem a ausência de diferenças estatísticas significativas entre grupos nos valores médios do IGS em função da variável *retenções escolares* ($K-W=0.020$; $g.l.=2$; $p=0.990$). Comparámos ainda as pontuações obtidas no IGS com as variáveis *motivação face à escola* ($U=356.500$; $p=0.852$) e *fugas à escola* ($U=311.000$; $p=0.588$) sendo que, consoante exposto na Tabela 11, os resultados sugerem que não existem diferenças de relevância estatística entre os grupos.

Tabela 11. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Mann-Whitney em função das variáveis *motivação face à escola* e *fugas à escola* (N=57)

Motivação face à escola ^a						
IGS	Sim (n=35)		Não (n=21)		U	p
	M	DP	M	DP		
	1.1245	0.709	1.0323	0.517	356.500	0.852
	Fugas à escola ^b					
IGS	Sim (n=31)		Não (n=22)		U	p
	M	DP	M	DP		
	1.0876	0.584	1.0377	0.687	311.000	0.588

^a 1 sujeito não respondeu nesta variável. ^b 4 sujeitos não responderam nesta variável.

Procurámos observar se existem diferenças entre grupos nos valores médios do IGS em função das variáveis *antecedentes criminais familiares*, *alcoolismo*, *toxicodependência* e *problemas de saúde* dos progenitores.

Os resultados das análises efectuadas não evidenciam diferenças estatisticamente significativas no relato de sintomas psicopatológicos em função dos *antecedentes criminais familiares* ($K-W=3.286$; $g.l.=3$; $p=0.350$), não obstante observarmos que o grupo de sujeitos que tem família e outros significativos ou grupo de pares com antecedentes criminais, apresenta valores médios no IGS substancialmente mais elevados por comparação com os restantes grupos. A Tabela 12 apresenta as médias, desvios-padrão obtidos no IGS e os resultados no teste de Kruskal-Wallis em função dos *antecedentes criminais familiares*.

Tabela 12. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Kruskal-Wallis em função da variável *antecedentes criminais familiares* (N=56)

Antecedentes criminais familiares										
IGS ^a	Nenhum (n=34)		Família nuclear (n=11)		Outras pessoas significativas/ grupo de pares (n=7)		Ambos (n=4)		K-W (df=3)	p
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
	1.059	0.609	1.076	0.673	1.005	0.810	1.533	0.580		

^a1 sujeito não respondeu nesta variável

Similarmente, não foram encontradas diferenças relativamente às variáveis *alcoolismo* ($U=190.500$; $p=0.639$), *toxicodependência* ($U=138.000$; $p=0.750$) e *problemas de saúde* ($U=261.500$; $p=0.121$) dos progenitores.

No que concerne à variável *história de institucionalizações*, a Tabela 13 apresenta as médias, desvios-padrão no IGS e resultados do teste Mann-Whitney.

Tabela 13. Médias, desvios-padrão do IGS e teste Mann-Whitney em função da variável *história de institucionalizações* (N=57)

História de institucionalizações						
IGS ^a	Sim (n=52)		Não (n=4)		U	p
	M	DP	M	DP		
	1.745	0.3419	1.040	0.6319		
					27.000	0.014*

^a 1 sujeito não respondeu nesta variável.

* $p < .05$.

Podemos verificar, pela análise dos resultados, que o grupo de sujeitos com história de institucionalizações reporta valores mais elevados no IGS e que esta diferença é estatisticamente significativa ($U=27.000$, $p=0.014$). A presença deste indicador de risco psicossocial parece estar significativamente associado à presença de sintomatologia psicopatológica.

2. Resultados das Escalas Measuring Child Resilience (MCR) e Measuring State Resilience (MSR)

2.1. *Diferenças entre grupos em função de variáveis sócio - familiares e da situação jurídica*

Procurámos investigar possíveis diferenças entre grupos nas pontuações totais das escalas MSR e MCR e nos valores médios de cada um dos fatores que as compõem, em função das variáveis *agregado familiar atual e nível sócioeconómico*.

No que concerne à variável *agregado familiar atual*, e como exposto na Tabela 14, o teste de Mann-Whitney não evidenciou diferenças entre os grupos quer em termos de valores médios totais das escalas quer em termos de valores médios dos diferentes fatores. Podemos no entanto observar que, quando comparados com os restantes grupos, os sujeitos classificados como a viver com outros familiares tendem a reportar valores mais elevados de resiliência percebida na infância mas valores mais baixos de resiliência percebida no momento atual. A exceção vai para o factor *I am/I can* da escala MSR que sugere que, por comparação com os restantes grupos, estes sujeitos tendem a percepcionar-se, atualmente, como tendo mais atributos individuais e competências pessoais e interpessoais.

Tabela 14. Médias, desvios-padrão dos fatores e dos resultados globais das escalas da MCR e MSR e teste Kruskal-Wallis em função da variável *agregado familiar atual* (N=57)

Agregado Familiar Atual										
Escala	Vive com os pais (n=20)		Vive com outros familiares (n=5)		Casado/Vive com companheira (n=24)		Vive sozinho (n=8)		K-W (df=3)	p
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
MCR										
Total	66.20	8.004	72.80	3.701	68.54	14.44	70.38	7.090	3.624	0.305
Factor 1	29.25	6.008	34.80	2.588	30.71	6.238	32.88	4.051	5.491	0.139
Factor 2	22.00	2.636	23.00	2.000	22.88	5.472	23.88	4.581	2.762	0.430
Factor 3	14.95	1.820	15.00	2.000	14.96	3.641	13.63	3.114	1.511	0.680
MSR										
Total	60.40	6.134	60.20	3.114	60.46	5.564	61.50	4.276	0.213	0.975
Factor 1	37.65	4.891	40.20	2.168	38.83	3.818	39.38	3.420	1.606	0.658
Factor 2	18.70	1.342	16.00	4.301	17.38	2.123	17.63	1.302	6.294	0.098

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

Para observarmos eventuais diferenças entre os sujeitos de nível socioeconómico baixo e de nível socioeconómico médio/alto em termos de resiliência percebida, comparámos ambos os grupos relativamente aos valores médios de pontuação obtidos nas escalas e fatores da MCR e MSR. Na Tabela 15 apresentamos as médias, desvios-padrão dos fatores e pontuações globais da MCR e MSR e teste Mann-Whitney em função da variável *estatuto socioeconómico*.

Tabela 15. Médias, desvios-padrão dos fatores e dos resultados globais da MCR e MSR e teste Mann-Whitney em função da variável *estatuto socioeconómico* (N=57)

Escala MCR	Nível Socioeconómico				U	p
	Baixo (n=44)		Médio/Alto (n=13)			
	M	DP	M	DP		
Total	66.66	11.022	74.08	8.500	178.500	0.041*
Factor 1	30.41	6.184	32.38	4.093	247.000	0.457
Factor 2	21.77	4.063	25.92	3.201	122.500	0.002*
Factor 3	14.48	2.897	15.77	2.682	229.500	0.277
Escala MSR						
Total	60.25	5.478	61.62	4.942	214.000	0.203
Factor 1	38.43	4.228	39.23	3.563	265.500	0.695
Factor 2	17.68	2.358	18.00	1.354	284.500	0.977

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

* $p < 0.05$

Encontrámos valores com diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos referentes à escala MCR, que sugerem que os sujeitos de estatuto socioeconómico médio/alto tendem a percepcionar-se como mais resilientes e detentores de estruturas de suporte externo na infância, por comparação com os sujeitos de nível socioeconómico baixo ($U=178.500$; $p=0.041$; $U=122.500$; $p=0.002$).

Relativamente à *situação jurídica e penal*, o teste não paramétrico de Mann-Whitney evidenciou a inexistência de diferenças significativas entre o grupo de sujeitos condenados e o grupo de sujeitos a aguardar julgamento, quer em termos de pontuações médias totais quer em termos de fatores das escalas MCR e MSR (Tabela 16).

Tabela 16. Médias, desvios-padrão dos fatores e dos resultados globais das escalas MCR e MSR e teste Mann-Whitney em função da variável *situação jurídica* (N=57)

Escala	Situação Jurídica					
	Condenado (n=43)		A aguardar julgamento (n=14)		U	p
	M	DP	M	DP		
Escala MCR						
Total	67.23	11.135	71.79	9.673	246.500	0.311
Factor 1	30.63	5.980	31.57	5.360	287.000	0.795
Factor 2	22.07	4.222	24.71	3.750	208.000	0.083
Factor 3	14.53	3.066	15.50	4.577	264.500	0.494
Escala MSR						
Total	60.33	5.545	61.29	4.811	268.000	0.539
Factor 1	38.63	4.077	38.57	4.201	291.000	0.860
Factor 2	17.49	2.344	18.57	1.158	227.500	0.165

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

2.2. Diferenças entre grupos em função das características do comportamento delincente

Procurámos investigar diferenças nas pontuações das escalas e fatores MCR e MSR entre grupos, em função dos indicadores do comportamento delincente *tipo*, *diversidade*, *circunstâncias*, *persistência dos delitos* e *reincidência*.

No que concerne à variável *tipo de delito*, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas apesar de se observar uma tendência para o grupo que cometeu delitos de menor gravidade se percepcionar como mais resiliente na infância ($M=70.40$, $DP=16.737$) comparativamente ao grupo que cometeu delitos mais graves ($M=67.85$, $DP=7.970$).

Em relação à variável *diversidade de delitos*, os resultados do teste de Mann-Whitney evidenciam diferenças significativas entre grupos no resultado global da escala MSR ($U=233.500$; $p=0.030$), que indicam que o grupo de sujeitos que não apresenta *diversidade nos delitos* cometidos tende a percepcionar-se como mais resiliente no momento atual. Encontrámos ainda diferenças estatísticas significativas nos valores médios do factor *I am/I can* da escala MSR ($U=243.000$; $p=0.045$) que sugerem que os sujeitos que não apresentam diversidade de delitos se percepcionam como tendo mais

atributos individuais e competências sociais e interpessoais no momento atual, por comparação com o grupo que apresenta diversidade nos delitos cometidos.

As médias, desvios-padrão dos fatores e resultados globais das escalas MCR e MSR e resultados do Mann-Whitney em função do *tipo* e *diversidade dos delitos cometidos* são apresentados na Tabela 17.

Tabela 17. Médias, desvios-padrão dos fatores e dos resultados globais das escalas MCR e MSR e teste Mann-Whitney em função das variáveis *tipo* e *diversidade dos delitos cometidos* (N=57)

Tipo de delito						
	Grave (n=41)		Menor Gravidade (n=16)			
Escala MCR	M	DP	M	DP	U	p
Total	67.85	7.970	70.40	16.737	281.500	0.408
Factor 1	30.85	5.365	31.13	7.160	318.000	0.859
Factor 2	22.41	3.232	23.87	6.221	244.500	0.136
Factor 3	14.59	2.418	15.40	3.961	266.500	0.269
Escala MSR						
Total	60.27	5.099	61.31	6.052	286.000	0.454
Factor 1	38.12	3.989	39.93	4.267	233.000	0.090
Factor 2	18.00	2.110	17.33	2.127	243.500	0.127
Diversidade de delitos						
	Sim (n=19)		Não (n=38)			
Escala MCR	M	DP	M	DP	U	p
Total	67.21	8.384	68.92	12.014	287.000	0.210
Factor 1	31.00	5.434	30.89	6.080	341.000	0.734
Factor 2	22.50	3.899	22.95	4.417	294.500	0.258
Factor 3	14.22	2.756	15.80	2.954	285.500	0.196
Escala MSR						
Total	58.58	4.936	61.55	5.331	233.500	0.030*
Factor 1	37.22	3.687	39.26	4.176	243.000	0.045*
Factor 2	17.50	2.749	17.97	1.763	326.500	0.552

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

Embora não tenhamos encontrado resultados estatisticamente significativos no que se refere às variáveis *circunstâncias* e *persistência do delito*, observámos que os sujeitos que praticaram os delitos em grupo, em comparação com os sujeitos que praticaram os delitos sozinhos, exibem uma pontuação global mais elevada de

resiliência e níveis médios superiores nos fatores *I am*, *I can* e *I have* da escala MCR. Este grupo tende a considerar-se como mais resiliente e detentor de características individuais, competências interpessoais e suporte social durante a infância. Situação semelhante se verifica no grupo com *persistência nos delitos* cometidos (ver Tabela 18).

Relativamente à variável *reincidência*, foram encontrados resultados estatisticamente significativos no factor *I am/I can* da escala MSR ($U=219.500$; $p=0.006$) que sugerem que o grupo de sujeitos reincidentes considera ter mais atributos individuais e competências sociais e interpessoais no presente, quando comparado com o grupo de sujeitos não reincidentes. Ainda que sem significância, os sujeitos reincidentes exibem pontuações globais mais elevadas na escala MSR, quando comparados com os sujeitos não reincidentes ($M=62.36$, $DP=5.323$; $M=59.43$, $DP=5.118$) (ver Tabela 18).

De modo a observarmos a possível associação entre a idade do primeiro delito e a resiliência percebida pelos sujeitos na infância e no momento atual ($n=55$), utilizámos um teste de correlação paramétrica. O coeficiente de correlação de Pearson indica a inexistência de associação estatisticamente significativa entre a idade do primeiro delito e os valores médios globais da escala MCR ($r=0.129$; $p=0.348$) e da escala MSR ($r=0.244$; $p=0.072$).

Tabela 18. Médias, desvios-padrão dos fatores e dos resultados globais das escalas MCR e MSR e teste Mann-Whitney em função das variáveis *circunstâncias*, *persistência do delito* e *reincidência* (N=57)

Circunstâncias do delito						
	Sozinho (n=33)		Em grupo (n=23)		U	p
	M	DP	M	DP		
MCR						
Total	66.45	12.225	71.52	7.988	284.500	0.113
Factor 1	29.97	6.444	32.30	4.607	300.500	0.187
Factor 2	22.09	4.805	23.83	3.040	303.500	0.203
Factor 3	14.39	3.230	15.39	2.271	325.500	0.363
MSR						
Total	60.67	5.962	60.57	4.531	372.000	0.900
Factor 1	38.67	4.498	38.52	3.566	355.500	0.682
Factor 2	17.85	2.333	17.78	1.808	351.500	0.635
Persistência						
	Sim (n=27)		Não (n=30)		U	p
	M	DP	M	DP		
MCR						
Total	69.33	10.077	67.79	11.742	346.000	0.345
Factor 1	31.37	5.911	30.52	5.829	354.500	0.418
Factor 2	23.00	3.700	22.62	4.724	380.500	0.694
Factor 3	14.96	2.624	14.66	3.165	389.500	0.802
MSR						
Total	59.96	5.626	61.10	5.122	342.000	0.312
Factor 1	38.07	4.393	39.10	3.830	341.000	0.304
Factor 2	17.67	2.434	17.97	1.802	403.500	0.981
Reincidência						
	Sim (n=22)		Não (n=35)		U	p
	M	DP	M	DP		
MCR						
Total	69.18	9.297	67.83	11.885	379.500	0.928
Factor 1	30.95	5.455	30.80	6.087	373.500	0.850
Factor 2	23.09	3.477	22.49	4.686	359.000	0.668
Factor 3	15.14	2.678	14.54	3.013	343.000	0.486
MSR						
Total	62.36	5.323	59.43	5.118	277.500	0.077
Factor 1	40.32	3.551	37.54	4.054	219.500	0.006*
Factor 2	17.55	2.668	17.89	1.795	381.000	0.947

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*)

* $p < .05$

2.3. Diferenças entre grupos em função dos indicadores de risco psicossocial

Procurámos investigar possíveis diferenças nos resultados obtidos nas escalas MCR e MSR entre grupos em função das variáveis indicadoras de risco psicossocial.

Comparámos os valores médios dos grupos através do procedimento não paramétrico de Mann-Whitney e verificámos que, no que concerne à variável *agregado familiar na infância* ($n=57$), não existem diferenças estatísticas significativas nos resultados globais da escala MCR ($U=329.000$; $p=0.848$) ou dos seus fatores *I can* ($U=297.500$; $p=0.457$), *I have* ($U=258.500$; $p=0.153$) e *I am* ($U=314.500$; $p=0.653$), situação similar nos resultados globais da escala MSR ($U=334.000$; $p=0.916$) e dos seus fatores *I am/I can* ($U=307.000$; $p=0.563$) e *I have* ($U=311.000$; $p=0.607$).

No que concerne à variável *mobilidade familiar*, podemos observar consoante disposto na Tabela 19, que as diferenças entre grupos nos valores médios dos fatores *I can* ($K-W=9.104$; $g.l.=2$; $p=0.011$) e *I have* ($K-W=7.561$; $g.l.=2$; $p=0.023$) da escala MCR em função da mobilidade familiar possuem significância estatística. Ao grupo de sujeitos que experienciou mudança de meio urbano para meio rural estão associados valores mais elevados na percepção de competências sociais e interpessoais na infância (factor *I can*), enquanto aos sujeitos que não experienciaram mobilidade familiar estão associados valores médios mais elevados na percepção de suporte social na infância (factor *I have*). Podemos assim sugerir a existência de uma tendência para todos os grupos se percepcionarem como mais resilientes durante a infância.

Tabela 19. Médias, desvios-padrão dos fatores e dos resultados globais das escalas MCR e MSR e teste Kruskal-Wallis em função das variáveis *mobilidade familiar* e *dimensão da fratria* (N=57)

	Mobilidade Familiar						<i>K-W</i> (<i>df</i> =2)	<i>p</i>
	Não (n=26)		Mudança de meio rural para urbano (n=21)		Mudança de meio urbano para rural (n=10)			
			<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Escala MCR	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Total	71.23	7.174	62.90	12.337	72.30	12.102	10.984	0.004
Factor 1	31.81	3.980	28.00	6.819	34.40	5.157	9.104	0.011*
Factor 2	24.00	2.980	20.95	4.577	23.10	5.322	7.561	0.023*
Factor 3	15.42	2.139	13.95	3.138	14.80	3.765	3.827	0.148
Escala MSR								
Total	60.77	5.435	59.81	5.627	61.60	4.789	0.900	0.638
Factor 1	38.92	3.783	37.71	4.681	39.70	3.335	1.409	0.494
Factor 2	17.65	2.097	17.90	1.609	17.70	3.302	0.505	0.777

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

* $p \leq .05$

Tabela 20. Médias, desvios-padrão dos fatores e dos resultados globais das escalas MCR e MSR e teste Kruskal-Wallis em função das variáveis *dimensão da fratria* (N=57)

		Dimensão da fratria							
		Sem irmãos (n=8)		Entre 1-2 irmãos (n=27)		3 ou mais irmãos (n=22)			
Escala MCR		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>K-W</i> (<i>df</i> =2)	<i>p</i>
Total		68.50	5.855	69.30	11.217	67.14	12.100	0.033	0.856
Factor 1		30.50	3.162	30.96	6.092	30.86	6.357	0.037	0.848
Factor 2		23.50	3.071	23.33	4.160	21.68	4.633	1.062	0.303
Factor 3		14.50	1.927	15.00	2.703	14.59	3.418	0.093	0.760
Escala MSR									
Total		59.75	6.519	60.44	5.591	61.00	4.791	0.684	0.408
Factor 1		37.88	4.422	38.52	4.309	39.00	3.780	0.367	0.545
Factor 2		18.25	2.053	17.70	2.478	17.64	1.814	0.376	0.540

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

Relativamente à variável dimensão da fratria, o teste Kruskal-Wallis não evidenciou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, quer nas pontuações gerais de resiliência, quer nos fatores de cada uma das escalas (Tabela 20).

No que concerne às diferenças entre grupos nas escalas MCR e MSR em função *número de retenções escolares*, e consoante exposto na Tabela 21, podemos verificar a existência de diferenças no limite da significância estatística ($K-W=5.837$; $g.l.=2$; $p=0.054$) nos valores médios do factor *I have* da escala MCR. Estes resultados sugerem que não ter qualquer reprovação escolar está associado a uma maior percepção de suporte social durante a infância.

Tabela 21. Médias, desvios-padrão dos fatores e resultados globais das escalas MCR e MSR em função da variável *número de retenções escolares* (N=57)

Número de retenções escolares ^a								
	Nenhuma (n=10)		1 a 2 retenções (n=27)		3 ou mais retenções (n=13)			
Escala MCR	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>K-W</i> (<i>df</i> =2)	<i>p</i>
Total	75.20	7.997	67.37	9.094	67.62	6.239	4.937	0.085
Factor 1	34.20	3.736	30.44	5.359	29.85	4.758	5.167	0.076
Factor 2	25.60	3.373	22.63	3.671	22.31	2.689	5.837	0.054*
Factor 3	15.40	2.875	14.30	2.658	15.46	1.450	2.320	0.313
Escala MSR								
Total	63.60	3.777	60.04	5.578	60.46	4.754	3.521	0.172
Factor 1	40.80	2.616	37.96	4.528	38.69	3.568	3.489	0.175
Factor 2	18.00	1.764	18.19	2.202	17.31	2.250	1.849	0.397

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

^a 7 sujeitos não responderam nesta variável.

* $p \leq .05$

Comparámos igualmente os sujeitos que na infância estavam motivados para a escola com os sujeitos que não estavam motivados. Consoante exposto na Tabela 22, verificamos que estar motivado face à escola parece estar associado a uma maior percepção de resiliência na infância. No entanto, é de referir que, embora não seja significativo, observa-se uma tendência para estes sujeitos apresentarem também valores médios na escala MSR superiores ao grupo de sujeitos não motivados, o que sugere que no momento atual estes tendem, similarmente, a perceberem-se como mais resilientes.

Tabela 22. Médias, desvios-padrão dos fatores e resultados globais das escalas MCR e MSR e teste Mann-Whitney em função da variável *motivação face à escola* (N=57)

Escala MCR	Motivação face à escola				U	p
	Sim (n=35)		Não (n=22)			
	M	DP	M	DP		
Total	70.57	11.327	64.82	9.343	242.000	0.019*
Factor 1	31.97	5.469	29.09	5.999	275.500	0.072
Factor 2	23.43	4.434	21.59	3.725	275.000	0.070
Factor 3	15.17	2.935	14.14	2.731	305.000	0.185
Escala MSR						
Total	61.37	5.499	59.27	4.949	288.500	0.112
Factor 1	39.31	3.984	37.50	4.044	278.000	0.078
Factor 2	17.83	2.320	17.64	1.916	346.000	0.515

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

* $p \leq .05$

Relativamente à variável *fugas à escola*, pretendemos observar se os sujeitos classificados como tendo fugas à escola diferem significativamente em termos de resultados médios das escalas MCR e MSR dos sujeitos que não relatam a existência de fugas ($U=211.500$; $p=0.013$; $U=276.000$; $p=0.179$). A Tabela 23 apresenta as médias, desvios-padrão dos fatores e resultados globais das escalas MCR e MRS e os resultados do teste de Mann-Whitney em função da variável *fugas à escola*.

Tabela 23. Médias, desvios-padrão dos fatores e resultados globais das escalas MCR e MSR e teste Mann-Whitney em função da variável *fugas à escola* (N=57)

Fugas à escola ^a						
Escala MCR	Sim (n=32)		Não (n=22)		U	p
	M	DP	M	DP		
Total	65.34	11.451	72.95	8.947	211.500	0.013*
Factor 1	30.00	6.289	32.27	5.006	280.500	0.207
Factor 2	21.34	4.337	25.05	3.124	178.000	0.002*
Factor 3	14.00	3.005	15.64	2.536	267.000	0.130
Escala MSR						
Total	60.06	5.340	61.95	4.913	276.000	0.179
Factor 1	38.34	4.124	39.36	3.922	299.000	0.349
Factor 2	17.47	2.436	18.45	1.405	273.500	0.159

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

^a 3 sujeitos não responderam nesta variável

* $p \leq .05$

Encontrámos valores com significância estatística entre os dois grupos, referentes às diferenças relatadas ao nível da pontuação média da escala MCR e do factor *I have* que sugerem que os sujeitos que relatam a inexistência de fugas à escola se percebem como mais resilientes e como tendo mais suporte social na infância comparativamente ao grupo de sujeitos que referem fugas à escola.

Relativamente à variável *antecedentes criminais familiares*, constatamos que os resultados obtidos com o teste *Kruskal-Wallis* não sugerem diferenças com relevância estatística entre grupos na pontuação global da escala MCR ($K-W=0.425$; $g.l.=3$; $p=0.935$) e dos seus fatores *I can* ($K-W=0.239$; $g.l.=3$; $p=0.971$), *I have* ($K-W=1.579$; $g.l.=3$; $p=0.664$) e *I am* ($K-W=2.328$; $g.l.=3$; $p=0.507$) e na pontuação global da escala MSR ($K-W=4.628$; $g.l.=3$; $p=0.201$) e dos seus fatores *I am/I can* ($K-W=2.246$; $g.l.=3$; $p=0.523$) e *I have* ($K-W=4.053$; $g.l.=3$; $p=0.256$).

Procurámos, ainda, observar diferenças entre os grupos categorizados segundo o relato de *alcoolismo*, *toxicodependência* e *problemas de saúde dos progenitores*.

No que diz respeito à variável *alcoolismo dos progenitores*, as diferenças estatisticamente significativas encontradas entre grupos no factor *I can* da escala MCR sugerem que os sujeitos cujos progenitores eram alcoólicos tendem a perceber-se como possuindo mais competências sociais e interpessoais na infância ($U=140.000$; $p=0.046$) (ver Tabela 24)

Relativamente às variáveis *toxicodependência* e *problemas de saúde dos progenitores*, constatámos que os resultados obtidos sugerem a inexistência de diferenças com relevância estatística entre grupos nas pontuações médias globais das escalas e em cada um dos fatores que as compõem (ver Tabela 24).

Tabela 24. Médias, desvios-padrão dos fatores e resultados globais das escalas MCR e MSR em função das variáveis *alcoolismo*, *toxicodependência* e *problemas de saúde dos progenitores* (N=57)

Alcoolismo dos progenitores						
Escala MCR	Sim (n=10)		Não (n=47)		<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Total	72.90	8.850	67.38	11.119	163.000	0.130
Factor 1	34.00	3.590	30.19	5.988	140.000	0.046*
Factor 2	23.30	4.029	22.60	4.312	228.000	0.883
Factor 3	15.60	1.955	14.60	3.026	192.500	0.367
Escala MSR						
Total	62.90	4.508	60.06	5.423	164.000	0.135
Factor 1	40.80	2.936	38.15	4.149	145.000	0.058
Factor 2	17.20	2.300	17.87	2.133	190.000	0.337
Toxicodependência dos progenitores						
Escala MCR	Sim (n=6)		Não (n=51)		<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Total	67.67	7.090	68.43	11.304	136.000	0.658
Factor 1	32.50	5.010	30.67	5.901	125.000	0.465
Factor 2	21.67	3.011	22.84	4.365	120.500	0.395
Factor 3	13.50	3.507	14.92	2.799	119.000	0.371
Escala MSR						
Total	58.33	5.203	60.82	5.354	112.000	0.285
Factor 1	38.00	4.733	38.69	4.032	144.500	0.824
Factor 2	16.50	3.886	17.90	1.868	123.500	0.435
Problemas de saúde dos progenitores						
Escala MCR	Sim (n=17)		Não (n=40)		<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Total	67.41	15.100	69.60	8.451	298.000	0.463
Factor 1	29.41	7.534	31.48	4.873	310.500	0.606
Factor 2	21.47	5.328	23.25	3.629	259.000	0.155
Factor 3	14.53	3.300	14.88	2.719	338.000	0.972
Escala MSR						
Total	60.94	4.351	60.40	5.764	322.000	0.753
Factor 1	39.12	3.773	38.40	4.217	301.000	0.495
Factor 2	17.41	1.839	17.90	2.285	269.000	0.207

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

* $p \leq .05$

3. Resultados do Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos (IAV_N)

3.1. *Diferenças entre grupos em função dos indicadores de comportamento delinquente*

De modo a estudarmos possíveis diferenças nos resultados obtidos nas dimensões *Abuso Físico e Sexual*, *Ambiente Familiar Adverso*, *Abuso Psicológico* e *Separações e Perdas* do IAV_N, segundo os grupos categorizados em função das variáveis *tipo*, *diversidade*, *circunstâncias*, *persistência dos delitos* e *reincidência*, utilizámos procedimentos de comparação de médias não paramétricos.

As médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e os resultados do teste Mann-Whitney em função das variáveis *tipo*, *diversidade* e *circunstâncias do delito* são apresentados na Tabela 25.

Apesar da inexistência de diferenças significativas entre os grupos, observamos que os sujeitos que, comparativamente ao grupo que cometeu delitos de maior gravidade, os sujeitos que cometeram crimes menos graves tendem a apresentar valores mais elevados nas dimensões do IAV_N referentes ao Abuso Físico e Sexual ($M=0.57$, $DP=0.723$), Ambiente Familiar Adverso ($M=0.56$, $DP=0.705$) e Abuso Psicológico ($M=0.57$, $DP=0.868$).

Relativamente à variável diversidade dos delitos, o teste de Mann-Whitney evidenciou valores com significância estatística entre os grupos referentes às diferenças relatadas ao nível dos valores médios das dimensões do IAV_N. Estes resultados sugerem que os sujeitos que apresentam diversidade de delitos experienciaram na infância mais situações relacionadas com ambiente familiar adverso e mais situações de abuso psicológico por comparação com o grupo que não revela diversidade de delitos. Não obstante estas diferenças não serem estatisticamente significativas, verificarmos que os sujeitos que cometeram o delito sozinhos se diferenciam dos sujeitos que cometeram o delito em grupo de pares, por tenderem a reportar valores médios na dimensão Abuso Físico e Sexual ($M=0.44$, $DP=0.650$), Ambiente Familiar Adverso ($M=0.54$, $DP=0.558$), Abuso psicológico ($M=0.56$, $DP=0.712$) e Separações e Perdas ($M=0.43$, $DP=0.539$) mais elevados.

Tabela 25. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Mann-Whitney em função das variáveis *tipo*, *diversidade* e *circunstâncias do delito* (N=57)

Dimensões do IAV_N	Tipo de delito ^a				U	p
	Grave (n=37)		Menor Gravidade (n=15)			
	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.42	0.592	0.57	0.723	248.000	0.523
Ambiente Familiar Adverso	0.51	0.496	0.56	0.705	254.500	0.638
Abuso Psicológico	0.51	0.664	0.57	0.868	265.500	0.798
Separações e perdas	0.41	0.496	0.33	0.393	254.000	0.619
Diversidade dos delitos ^a						
Sim (n=17)		Não (n=35)		U	p	
M	DP	M	DP			
Abuso Físico e Sexual	0.65	0.786	0.37	0.526	241.000	0.237
Ambiente Familiar Adverso	0.72	0.502	0.43	0.566	176.000	0.017*
Abuso Psicológico	0.99	0.934	0.31	0.461	157.500	0.004*
Separações e Perdas	0.45	0.499	0.36	0.454	269.000	0.560
Circunstâncias do delito ^b						
Sozinho (n=29)		Em grupo (n=22)		U	p	
M	DP	M	DP			
Abuso Físico e Sexual	0.44	0.650	0.41	0.491	305.000	0.774
Ambiente Familiar Adverso	0.54	0.558	0.45	0.478	296.500	0.665
Abuso Psicológico	0.56	0.712	0.38	0.520	285.000	0.494
Separações e Perdas	0.43	0.539	0.32	0.360	303.000	0.749

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável ^b 6 sujeitos não responderam nesta variável

* $p \leq .05$

Procurámos, seguidamente, encontrar diferenças nos resultados das dimensões do IAV_N entre grupos categorizados de acordo com a existência ou não de comportamento reincidente e o relato de persistência ou não dos delitos cometidos.

As médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e os resultados do teste Mann-Whitney em função destas variáveis são apresentados na Tabela 26.

Tabela 26. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Mann-Whitney em função das variáveis *reincidência* e *persistência* do dos delitos (N=57)

Dimensões do IAV_N	Reincidência ^a				U	p
	Sim (n=17)		Não (n=35)			
	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.51	0.687	0.44	0.607	281.500	0.738
Ambiente Familiar Adverso	0.56	0.480	0.51	0.597	261.500	0.477
Abuso Psicológico	0.52	0.525	0.54	0.806	241.500	0.249
Separações e perdas	0.60	0.584	0.29	0.365	201.000	0.048*
	Persistência ^a				U	p
	Sim (n=23)		Não (n=29)			
	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.40	0.547	0.51	0.693	311.000	0.657
Ambiente Familiar Adverso	0.52	0.471	0.54	0.625	316.500	0.751
Abuso Psicológico	0.47	0.660	0.58	0.773	313.000	0.690
Separações e Perdas	0.31	0.439	0.45	0.486	278.000	0.284

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável.

* $p \leq .05$

Podemos observar que foram encontradas diferenças com significância estatística entre os grupos categorizados segundo a variável reincidência que sugerem que os sujeitos reincidentes experienciaram com mais frequência situações de separação e perdas durante a infância.

Embora se observe uma tendência para os indivíduos que não manifestam persistência de delitos apresentarem valores médios superiores em todas as dimensões do IAV_N, as diferenças não alcançam significância estatística (Abuso Físico e Sexual, $U=311.000$, $p=0.657$; Ambiente Familiar Adverso, $U=316.500$, $p=0.751$; Abuso Psicológico, $U=313.000$, $p=0.690$, Separações e Perdas, $U=278.000$, $p=0.284$).

Considerámos importante analisar ainda se o número de delitos cometidos e a idade de cometimento do primeiro delito estão associados à presença de acontecimentos de vida negativos durante a infância (Tabela 27). A correlação paramétrica de Pearson evidenciou a existência de uma associação positiva fraca com significância estatística entre o número de delitos e as dimensões Ambiente Familiar Adverso ($r=0.310$; $p=0.025$) para $p \leq .01$ e Abuso Psicológico ($r=0.419$; $r=0.002$) para $p \leq .05$. Estes resultados sugerem que quanto maior o número de delitos cometidos, mais tenderá o

sujeito a relatar situações de ambiente familiar adverso e abuso psicológico experienciadas na infância.

Tabela 27. Correlações entre as dimensões do IAV_N e as variáveis *número de delitos e idade do primeiro delito* (N=57)

Dimensões do IAV_N	Número de delitos (1-6)		Idade do 1º delito (13-51)	
	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
Abuso Físico e Sexual	0.203	0.149	-0.091	0.531
Ambiente Familiar Adverso	0.310	0.025*	-0.197	0.170
Abuso Psicológico	0.419	0.002**	-0.161	0.264
Separações e Perdas	0.111	0.434	-0.169	0.242

* Correlação significativa ao nível 0.01

** Correlação significativa ao nível 0.05

3.2. Diferenças entre grupos em função dos indicadores de risco psicossocial

De seguida procedemos à análise dos valores obtidos nas dimensões do IAV_N de acordo com os indicadores de risco psicossocial considerados – *agregado familiar atual, mobilidade familiar, dimensão da fratria, número de retenções, motivação face à escola, fugas à escola, antecedentes criminais familiares, alcoolismo, toxicodependência e problemas de saúde dos progenitores.*

Nas Tabela 28 e 29 estão representados os valores médios obtidos nas dimensões do IAV_N em função do tipo de agregado familiar na infância e existência de mobilidade familiar, respectivamente.

Não foram encontradas diferenças com significância estatística nos valores médios das dimensões em função da variável *estrutura do agregado familiar na infância*: Abuso Físico e Sexual ($U=221.000$, $p=0.221$), Ambiente Familiar Adverso ($U=261.500$, $p=0.744$), Abuso Psicológico ($U=245.500$, $p=0.495$) e Separações e Perdas ($U=247.000$, $p=0.518$). Contudo, importa referir que os sujeitos provenientes de famílias intactas tendem a reportar mais situações de abuso psicológico na infância comparativamente ao sujeito provenientes de outro tipo de família.

Relativamente à variável *mobilidade familiar*, os resultados do teste de Kruskal-Wallis evidenciam a inexistência de diferenças significativas.

Tabela 28. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Mann-Whitney em função da variável *estrutura do agregado familiar na infância* (N=57)

Dimensões do IAV_N ^a	Agregado Familiar na Infância				U	p
	Família Intacta		Outro tipo de família			
	(n=37)		(n=15)			
	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.51	0.633	0.35	0.625	221.000	0.221
Ambiente Familiar Adverso	0.53	0.595	0.52	0.469	261.500	0.744
Abuso Psicológico	0.60	0.775	0.36	0.551	245.500	0.495
Separações e Perdas	0.36	0.445	0.47	0.524	247.000	0.518

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável

Tabela 29. Médias, desvios padrão das dimensões do IAV_N e teste Kruskal-Wallis em função da variável *mobilidade familiar* (N=57)

Dimensões do IAV_N ^a	Mobilidade Familiar						K-W (df=2)	p
	Não		Meio rural para urbano		Meio urbano para rural			
	(n=24)		(n=19)		(n=9)			
	M	DP	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.50	0.715	0.42	0.507	0.44	0.682	0.093	0.955
Ambiente Familiar Adverso	0.54	0.605	0.47	0.436	0.62	0.694	0.203	0.903
Abuso Psicológico	0.61	0.854	0.41	0.548	0.58	0.696	0.556	0.757
Separações e Perdas	0.43	0.556	0.32	0.349	0.41	0.457	0.036	0.982

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável

Procurámos investigar diferenças no relato de acontecimentos de vida negativos nas dimensões do IAV_N em função do número de irmãos dos sujeitos. Encontrámos diferenças significativas entre os grupos nas dimensões *Ambiente Familiar Adverso* e *Separações e Perdas*. Consoante exposto na Tabela 30, os sujeitos cuja fratria é composta por três ou mais irmãos tendem a relatar mais situações de ambiente familiar adverso ($K-W=6.532$; $g.l.=2$; $p=0.038$) e a experienciar mais separações e perdas ($K-W=8.803$; $g.l.=2$; $p=0.012$).

Tabela 30. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Kruskal-Wallis em função da variável *dimensão da fratria* (N=57)

Análise da Variável de dimensão da fratria (n=32)								
Dimensões do IAV_N ^a	Dimensão da Fratria						K-W (df=2)	p
	Sem irmãos		Entre 1 a 2 irmãos		3 ou mais irmãos			
	(n=8)		(n=24)		(n=20)			
	M	DP	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.44	0.729	0.43	0.619	0.51	0.631	0.574	0.750
Ambiente Familiar Adverso	0.33	0.407	0.38	0.471	0.78	0.629	6.532	0.038*
Abuso Psicológico	0.68	0.732	0.57	0.829	0.43	0.585	0.586	0.746
Separações e Perdas	0.17	0.321	0.29	0.454	0.59	0.470	8.803	0.012*

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável

* $p \leq 0.05$

No que concerne às diferenças no relato de acontecimentos de vida negativos entre os sujeitos categorizados de acordo com o número de retenções escolares (n=47), o teste de Kruskal-Wallis evidencia a inexistência de resultados significativos na dimensão *Abuso Físico e Sexual* ($K-W=2.180$; $p=0.336$), *Ambiente Familiar Adverso* ($K-W=1.226$; $p=0.542$), *Abuso Psicológico* ($K-W=0.670$; $p=0.715$) e *Separações e Perdas* ($K-W=0.694$; $p=0.707$).

Comparámos ainda os sujeitos que no seu percurso escolar estavam motivados para a escola, com os sujeitos que não estavam motivados e não encontramos diferenças com significância estatística entre os grupos no que concerne ao relato de *Abuso Físico e Sexual* ($U=289.500$; $p=0.471$), *Ambiente Familiar Adverso* ($U=324.500$; $p=0.985$), *Abuso Psicológico* ($U=320.000$; $p=0.914$) e *Separações e Perdas* ($U=287.000$; $p=0.451$).

Relativamente às diferenças entre grupos nos valores médios das dimensões do IAV_N em função da existência de *fugas à escola*, podemos observar a presença de diferenças estatisticamente significativas na dimensão *Ambiente Familiar Adverso*, com os sujeitos que relatam fugas à escola a apresentar resultados médios mais elevados, comparativamente ao grupo sem história de fugas ($U=163.500$; $p=0.006$) (Tabela 31). Estes resultados sugerem que as fugas à escola estão associadas à experiência de mais situações de ambiente familiar adverso na infância.

Tabela 31. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Mann-Whitney em função da variável *fugas à escola* (N=57)

Fatores do IAV_N ^a	Fugas a escola				U	p
	Sim (n=30)		Não (n=20)			
	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.46	0.623	0.48	0.673	280.500	0.681
Ambiente Familiar Adverso	0.57	0.614	0.40	0.319	163.500	0.006*
Abuso Psicológico	0.56	0.734	0.45	0.698	258.000	0.380
Separações e Perdas	0.37	0.432	0.44	0.575	224.000	0.112

^a 7 sujeitos não responderam nesta variável

* $p \leq .05$

Analísamos ainda as possíveis diferenças nas dimensões do IAV_N entre os grupos de sujeitos da nossa amostra categorizados de acordo com os *antecedentes criminais familiares* e não encontramos resultados com significância estatística. As médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e os resultados do teste Kruskal-Wallis em função desta variável são apresentados na Tabela 32.

Tabela 32. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Kruskal-Wallis em função da variável *antecedentes criminais* (N=57)

Dimensões do IAV_N ^a	Antecedentes Criminais								K-W (df=3)	p
	Nenhum (n=32)		Família Nuclear (n=9)		Outras pessoas significativas/grupo de pares (n=7)		Ambos (n=4)			
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
AFS	0.51	0.627	0.22	0.423	0.61	0.888	0.38	0.595	1.887	0.596
AFA	0.50	0.603	0.62	0.550	0.49	0.551	0.64	0.229	2.131	0.546
AP	0.56	0.728	0.16	0.467	0.91	0.923	0.45	0.526	6.474	0.091
SP	0.35	0.384	0.31	0.377	0.52	0.841	0.63	0.479	1.336	0.720

Nota. AFS (Abuso Físico e Sexual) AFA (Ambiente Familiar Adverso) AP (Abuso Psicológico) SP (Separações e Perdas)

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável

No que concerne à existência de história de abuso de álcool por parte dos progenitores, encontramos diferenças significativas nas dimensões do IAV_N *Abuso Físico e Sexual* ($U=81.000$; $p=0.004$), *Ambiente Familiar Adverso* ($U=42.000$; $p=0.000$)

e *Separações e Perdas* ($U=44.500$; $p=0.000$) entre os sujeitos que referem alcoolismo nos progenitores e os que não, com valores mais elevados reportados pelos sujeitos com pais alcoólicos (Tabela 33). Estes resultados sugerem que os sujeitos filhos de pais alcoólicos tendem a experienciar mais situações de abuso físico e sexual, ambiente familiar adverso e separações e perdas durante a infância.

Relativamente às diferenças na experiência de acontecimentos de vida negativos avaliados pelo IAV_N de acordo com a existência de toxicodependência dos progenitores, verificámos a inexistência de diferenças com significância estatística entre grupos na dimensão *Abuso Físico e Sexual* ($U=73.000$; $p=0.138$), *Ambiente Familiar Adverso* ($U=91.000$; $p=0.405$), *Abuso Psicológico* ($U=110.000$; $p=0.806$), e *Separações e Perdas* ($U=73.500$; $p=0.152$).

A respeito dos *problemas de saúde dos progenitores*, encontrámos diferenças significativas nos valores médios das dimensões *Abuso Físico e Sexual* e *Separações e Perdas* entre o grupo de sujeitos cujos pais manifestavam problemas de saúde e o grupo de reclusos cujos pais não tinham qualquer problema de saúde. Podemos observar que o grupo cujos pais tinham problemas de saúde tendem a reportar valores médios mais elevados que o grupo com pais sem problemas de saúde ($U=143.000$; $p=0.002$; $U=178.500$; $p=0.023$), o que sugere que experienciaram mais situações de abuso físico e sexual e separações e perdas (ver Tabela 34).

Tabela 33. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Mann-Whitney em função da variável *alcoolismo* (N=57)

Fatores do IAV_N ^a	Alcoolismo				U	p
	Sim		Não			
	(n=9)		(n=43)			
	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	1.08	0.791	0.33	0.511	81.000	0.004*
Ambiente Familiar Adverso	1.27	0.667	0.37	0.386	42.000	0.000*
Abuso Psicológico	0.89	0.923	0.46	0.659	126.000	0.085
Separações e Perdas	0.93	0.383	0.28	0.402	44.5000	0.000*

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável

* $p \leq .05$

Tabela 34. Médias, desvios-padrão das dimensões do IAV_N e teste Mann-Whitney em função da variável *problemas de saúde* (N=57)

Fatores do IAV_N ^a	Problemas de Saúde				U	p
	Sim (n=16)		Não (n=36)			
	M	DP	M	DP		
Abuso Físico e Sexual	0.81	0.661	0.31	0.555	143.000	0.002*
Ambiente Familiar Adverso	0.74	0.660	0.43	0.485	200.000	0.078
Abuso Psicológico	0.56	0.576	0.52	0.783	237.000	0.286
Separações e Perdas	0.60	0.516	0.29	0.415	178.500	0.023*

^a 5 sujeitos não responderam nesta variável

4. Análises Correlacionais

Neste ponto são analisadas as relações entre o indicador de psicopatologia (BSI), a percepção de resiliência (MSR e MCR) e a vivência de acontecimentos de vida negativos (IAV_N) nos reclusos, através de análises correlacionais de Pearson.

Em primeiro lugar, observámos se o indicador de psicopatologia (BSI) se associa com os fatores de resiliência percebida na infância (MCR) e no momento atual (MSR). Verificámos que não existe associação entre as variáveis descritas, consoante disposto na Tabela 35.

Tabela 35. Matriz de correlações entre os valores do IGS e os fatores e resultados globais das escalas MCR e MSR (N=57)

	Escala MCR				Escala MSR		
	Total	F1	F2	F3	Total	F1	F2
Índice Geral de Sintomas	-0.008	-0.080	0.018	0.106	-0.075	0.009	-0.147

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

Seguidamente investigámos as possíveis relações entre o índice de sintomas psicopatológicos (IGS) e a presença de acontecimentos de vida negativos na infância (IAV_N) e constatámos a inexistência de associação entre ambas as variáveis (Tabela 36).

Tabela 36. Matriz de correlações entre os valores do IGS e as dimensões do IAV_N (N=57)

	Dimensões do IAV_N			
	AFS	AFA	AP	SP
Índice Geral de Sintomas	0.226	0.153	0.195	0.262

Nota. AFS (Abuso Físico e Sexual) AFA (Ambiente Familiar Adverso) AP (Abuso Psicológico) SP (Separações e Perdas)

Investigámos ainda a existência de associação entre a resiliência percebida pelos reclusos na infância e no momento atual (MCR e MSR) e a vivência de acontecimentos de vida negativos (IAV_N). A Tabela 37 apresenta os resultados das correlações de Pearson entre as escalas de resiliência e a vivência de eventos de vida negativos.

Tabela 37. Matriz de correlações entre os valores das escalas MCR e MSR e os valores do IAV_N (N=57)

Escala MCR	Dimensões do IAV_N			
	Abuso Físico e Psicológico	Ambiente Familiar Adverso	Abuso Psicológico	Separações e Perdas
Total	0.058	0.063	-0.83	0.073
Factor 1	0.022	0.108	-0.104	0.122
Factor 2	0.017	0.003	0.003	0.017
Factor 3	0.153	0.018	0.018	0.008
Escala MSR				
Total	0.172	0.172	-0.147	0.143
Factor 1	0.214	0.085	-0.089	0.192
Factor 2	-0.044	-0.272	-0.186	0.192

Nota. Escala MCR Factor 1 (*I can*); Factor 2 (*I have*); Factor 3 (*I am*); Escala MSR Factor 1 (*I am/I can*), Factor 2 (*I have*).

A leitura da Tabela 37 indica a inexistência de associações significativas entre a vivência de acontecimentos de vida negativos e a resiliência percebida pelos sujeitos, quer em termos globais quer em termos de fatores internos e externos.

Análise e Discussão de Resultados

Sendo o objetivo geral desta investigação identificar fatores psicossociais de risco e de proteção associados ao envolvimento em trajetórias delinquentes e a sua relação com a presença de problemas psicopatológicos, segue-se a discussão dos resultados anteriormente apresentados.

Embora não se tratem de resultados significativos, observámos que os reclusos da amostra que vivem com outros familiares ou com uma companheira, tendem a reportar níveis mais elevados no BSI comparativamente aos reclusos que vivem sozinhos ou com a família nuclear. No primeiro caso, podemos pressupor que viver atualmente com outros familiares é corolário da pertença a uma família de risco na infância ou, por outro lado, da ausência prolongada ou definitiva de figura materna e/ou paterna (e.g., emigração, morte). Vários estudos apontam para o impacto da exposição ao abuso físico, negligência e privação na saúde mental das crianças e adolescentes que na ausência de acompanhamento e tratamento adequado, tem consequências na saúde mental a longo-prazo (Greenwald, 2002; Newcorn & Strain, 1992).

No segundo caso, o relato de níveis elevados de sintomatologia dos reclusos casados ou a viver em união de facto, pode dever-se aos efeitos que a prisão exerce nas dinâmicas familiares: a necessidade de redefinição de papéis, os problemas financeiros e a instabilidade da separação acarretam elevados níveis de stresse nos cônjuges e são do conhecimento dos sujeitos nas visitas ou nos breves contatos telefónicos, questões que, a par com outros fatores inerentes ao contexto prisional, contribuem para a manifestação de patologias de adaptação à prisão como a depressão e a ansiedade (Aaron & Dallaire, 2010; Girshick, 1996; Gonçalves, 2008).

Um outro resultado também não significativo, mas que consideramos pertinente comentar refere-se ao relato de níveis de sintomatologia psicopatológica mais elevados nos reclusos com estatuto socioeconómico baixo, que está de acordo com os estudos que confirmam a existência de uma consistente relação inversa entre o estatuto socioeconómico e as taxas globais de psicopatologia (Dohrenwend, 1990; Kohn, Dohrenwend, & Mirotznik, 1998).

No que concerne às diferenças encontradas no relato de psicopatologia segundo a variável história de institucionalizações, os resultados comparativos entre os dois grupos indicaram que os reclusos que estiveram institucionalizados durante a infância e adolescência tendem a relatar um maior índice de sintomas psicopatológicos.

Uma vez retirados às suas famílias de origem, pelos múltiplos fatores que os colocam em risco, os jovens institucionalizados tendem a experienciar mais problemas de saúde mental e necessitarem de tratamento nesse sentido, comparativamente aos não institucionalizados (U.S. Congress, 1991; Vermeiren, 2003). Os maus tratos e o testemunho de violência, comuns em famílias de risco, representam traumas cujos efeitos passam pelo abuso de substâncias, distúrbios emocionais e, sobretudo, sintomatologia pós-traumática que tem repercussões na adultez ao nível da saúde mental (Alltucker, Bullis, Close, & Yovanoff, 2006; Greenwald, 2002; Wood, Foy, Layne, Pynoos, & James, 2002).

Devemos realçar o facto de que o número reduzido de sujeitos institucionalizados poder influir os resultados encontrados, dificultando o poder discriminativo das análises comparativas através do BSI. Ademais, os escassos resultados significativos encontrados nas análises subjacentes a este instrumento podem dever-se não só à dimensão dos grupos, mas também às limitações do instrumento na falta de sensibilidade na escala de triagem de problemas emocionais.

Um outro resultado que importa comentar refere-se ao facto de se observar um maior relato de sintomas psicopatológicos por parte dos sujeitos que se encontram a aguardar julgamento, sobretudo sintomatologia depressiva. Diversos estudos (Fazel, Meux, & Cantrell, 2003; Hassan, et al., 2011; Moreira & Gonçalves, 2010) têm evidenciado que a condição de recluso preventivo acarreta fatores de stresse adicionais, como as repetidas idas a tribunal, que colocam em risco a sua saúde mental e que estão ausentes no caso dos indivíduos condenados. Por outro lado, verificámos também que os indivíduos reincidentes tendem a manifestar níveis mais elevados de sintomas psicopatológicos. A presença de problemas psicopatológicos, a par com outros fatores de risco dinâmicos, como a ausência de competências e estratégias de *coping* positivas, o contacto com pares delinquentes e o abuso de substâncias, têm sido considerados fatores de risco na reincidência do comportamento delincente e criminal (Fazel, Meux, & Cantrell, 2003; Mulder E. , Brand, Bullens, & Marle, 2010b).

Ainda que não seja significativa, verificámos a tendência para o relato de sintomas psicopatológicos ser mais elevado quanto menor a idade em que foi cometido o primeiro delito, o que parece estar de acordo com o descrito na literatura acerca do envolvimento precoce em comportamento delincente estar associado a uma maior presença de sintomas psicopatológicos (Vermeiren, 2003).

Relativamente aos indicadores de risco psicossocial, não obstante as diferenças não serem significativas, importa referir que os sujeitos com três ou mais irmãos relatam níveis elevados no BSI, o que pode estar relacionado com os múltiplos riscos a que as famílias numerosas estão expostas (e.g., problemas económicos, conflitos familiares, negligência, mobilidade familiar) que contribuem para o desenvolvimento de problemas de comportamento e prejuízo na idade adulta em termos de saúde mental (Schoon & Parsons, 2002).

O comportamento desviante dos progenitores é um factor de risco para o envolvimento em comportamento delinquente extensamente relatado na literatura com repercussões na saúde mental das crianças que se prolongam ao longo da vida (Aaron & Dallaire, 2010; Carr & Vandiver, 2001; Farrington, 2004a; Loeber, 1990). Os resultados obtidos estão de acordo com esta assunção uma vez que os sujeitos que têm família nuclear com antecedentes criminais relatam índices mais elevados de sintomas psicopatológicos, situação semelhante nos sujeitos que para além da família nuclear tem outras pessoas significativas.

Na nossa amostra, os sujeitos que relatam problemas de comportamento, nomeadamente fugas à escola, tendem a reportar níveis mais elevados de sintomatologia psicopatológica. Hirschfield, Maschi, White, Traub & Loeber (2006) sugerem que as Perturbações do Humor e da Ansiedade, assim como a presença de Perturbação da Hiperatividade com Défice de Atenção, entre outras perturbações do comportamento, (e.g., Perturbação de Oposição) de início precoce parecem estar relacionadas com uma crescente apatia e/ou ansiedade acerca da escola.

No que concerne à resiliência percebida pelos sujeitos, encontrámos diferenças significativas em função do nível socioeconómico. Os reclusos provenientes de um nível socioeconómico médio/alto tendem a perceber-se como mais resilientes e com mais recursos externos de resiliência na infância, dos quais fazem parte relações afectivas e sociais fortes, modelos pro-sociais e a presença de apoio social, por comparação com os reclusos em desvantagem socioeconómica. Os resultados de diversos estudos indicam a pertença ao nível socioeconómico médio enquanto factor de proteção no desenvolvimento do comportamento delinquente, uma vez que a este estão associadas algumas das características supracitadas (Conger, Ge, Elder, Lorenz, & Simons, 1994; Loeber, 1990; Lösel & Bender, 2004). Morland (1999) atesta a relevância que o papel da comunidade e da rede social desempenham no aperfeiçoamento da resiliência. Considerando o seu carácter dinâmico e

multidimensional, podemos sugerir a qualidade e circunstância dos estímulos a que os indivíduos foram expostos ao longo da vida e a eventual ausência de oportunidades para produzir e fortalecer recursos internos e externos de resiliência, poderá ter contribuído para a menor percepção de resiliência no momento atual e ainda para terem sucumbido ao risco e envolvendo-se em comportamento delinquente.

Relativamente às características do comportamento delinquente, observámos que os sujeitos que não apresentam diversidade de delitos se percebem como mais resilientes no momento atual e como tendo mais recursos externos de resiliência ao nível do funcionamento pro-social, cognitivo, interpessoal e escolar e, ainda, indicam características individuais pautadas por uma elevada autopercepção e autorregulação. Situação similar observámos no caso dos sujeitos reincidentes e dos sujeitos que cometeram delitos menos graves. Estas características constituem importantes fatores de proteção que, no caso dos recursos internos, podem ser fortalecidos e no caso dos recursos externos fortalecidos e/ou aprendidos (Morland, 1999), de modo a inverter a trajetória delinquente dos sujeitos.

Relativamente aos indicadores de risco psicossocial, e em particular à história de mobilidade familiar, observámos dois resultados estatisticamente significativos. Por um lado, os sujeitos que experienciaram mudança de meio urbano para meio rural tendem a relatar mais fatores protetores e de resiliência relacionados com a presença de competências interpessoais e sociais na infância. Por sua vez, aqueles que não têm história de mobilidade, referem ter tido mais suporte social na infância.

Se por um lado a mobilidade pode ser um sintoma de instabilidade e insegurança (e.g., situação económica desfavorável, monoparentalidade), também pode refletir mudanças positivas (Coulton, Theodos, & Turner, 2009). Segundo McLeod, Heriot e Hunt (2008), os fatores protetores e de resiliência associados ao ajustamento da criança são o estatuto socioeconómico elevado, a atitude parental positiva face à mudança e a família intacta. Contudo, possuir competências interpessoais, empatia e competências de *coping*, recursos internos que podem ser fortalecidos na comunidade e, em particular na escola, parecem também ser importantes no processo de ajustamento (Parker, Cowen, Work, & Wyman, 1990)

Verificámos que os sujeitos da amostra que não tinham qualquer retenção escolar se percebem como tendo mais recursos externos de resiliência, como relações afectivas e sociais fortes e suporte social. Observámos ainda que o grupo que se encontrava motivado para a escola e o grupo de sujeitos que não tem história de fugas

à escola tende a perceber-se, em termos globais, mais resiliente na infância. De facto, mesmo em contexto de risco familiar ou económico, a percepção de suporte por parte de pessoas significativas, como outros membros da família ou professores e o estabelecimento de bases emocionais seguras e de vínculo com a instituição tornam-se relevantes para a motivação, participação e desempenho académico das crianças e jovens (Francois & Overstreet, 2010; Waxman, Padrón, & Gray, 2004). Também a percepção de suporte da comunidade tem um impacto positivo na resiliência educacional destas crianças, que relatam ter melhores notas e elevada autoeficácia (Roeser, Peck, & Nasir, 2006).

Vários estudos (Dekovic, 1999; Farrington, 2000; Loeber, 1990) evidenciam que a experiência de eventos de carácter negativo durante a infância está associada ao aumento da probabilidade de envolvimento em comportamento delinquente.

No nosso estudo foi possível observar que algumas das características do comportamento delinquente estão significativamente relacionadas com a vivência de situações de vida negativas. Por um lado, verificámos que quanto maior a diversidade de delitos ou seja, quanto maior o número de delitos cometidos, maior o relato de situações relacionadas com ambiente familiar adverso e abuso psicológico na infância. Por sua vez, os sujeitos reincidentes tendem a relatar mais situações de separação e perda de pessoas significativas quando comparados com os homens que estão em regime de detenção pela primeira vez. Estes resultados atestam a importância que as consequências negativas do contexto familiar e das suas dinâmicas assumem em termos desenvolvimentais, em particular a experiência de negligência física e psicológica, de punições desproporcionadas, a presença de conflitos entre os cuidadores, as situações de rejeição e depreciação, os quais são apontados na literatura como importantes fatores de risco no desenvolvimento e persistência do comportamento antissocial (Herrenkohl, Maguin, Hill, Hawkins, Abbott, & Catalano, 2000; Bordin & Offord, 2000; Lemos, 2007; Egeland, Yates, & Dulmen, 2002; Loeber, 1990).

Estudos longitudinais retrospectivos têm demonstrado a relação entre as práticas parentais abusivas, em particular a severidade dos castigos ou abuso físico, e a criminalidade violenta e grave na idade adulta, (Lewis, Mallouh, & Webb, 1989). Para Widom (1989) esta relação entre a severidade dos abusos e a gravidade dos atos delinquentes é inconclusiva e tanto os sujeitos que cometeram crimes graves como menos graves foram, no geral, muito maltratados durante a infância. Observámos que no nosso estudo os reclusos que cometeram crimes mais graves relatam mais

experiências adversas, como o abuso físico e sexual, ambiente familiar adverso e abuso psicológico comparativamente aos reclusos cujos delitos são menos graves e que experienciaram mais separações e perdas. Seria pertinente avaliar a severidade destes eventos num estudo posterior para atestar a existência da relação sugerida por Lewis, Mallouh e Webb (1989).

Não constatámos associação entre a idade em que o primeiro delito foi cometido e a experiência de acontecimentos de vida negativos, contrariamente ao que é descrito na literatura acerca da exposição ao trauma e a consequente manifestação de problemas de comportamento e atividade delinquente (Garbarino, 1989; Garbarino & Benn, 1992). A um maior número de delitos cometidos parece estar associada uma maior experiência de acontecimentos de vida negativos. Apesar de não existir nenhum estudo que indique claramente esta associação, podemos pressupor que, enquanto provenientes de ambientes sociais e familiares disfuncionais e de risco com experiência de maus-tratos, abusos e privações, estes sujeitos exibem traços de antissocialidade (e.g., ausência de empatia, impulsividade) e manifestam grande severidade e variedade de problemas de comportamento na infância e adolescência (Porter & Porter, 2007). Na idade adulta, tendem a cometer um número elevado de crimes e a apresentar versatilidade nos delitos cometidos, envolvendo-se em vários tipos de atividade criminal (Frick, 2007; Hare, 2006). Tal parece também explicar o facto dos sujeitos que apresentam diversidade nos delitos cometidos relatarem mais acontecimentos de vida negativos.

Uma outra questão analisada refere-se ao tamanho e estrutura das famílias de origem dos delinquentes. Assim, famílias de maior tamanho constituem, segundo Farrington (2000) um factor de risco psicossocial para o comportamento desviante. Ao analisarmos as diferenças entre grupos no relato de eventos de vida negativos em função de indicadores de risco psicossocial, verificámos que os sujeitos da amostra cuja fratria era composta por três ou mais irmãos relataram mais situações de ambiente familiar adverso e separações e perdas. Os resultados estão de acordo com o pressuposto de que estas famílias estão associadas a maiores dificuldades económicas e, consequentemente, diminuição de recursos materiais e psicológicos. Sugerimos que face a estas dificuldades, pode verificar-se a necessidade de ausência de um progenitor em trabalho por tempo prolongado como forma de suprir as carências do agregado. As alterações na dinâmica da família e a multiplicidade de fatores a que as crianças são expostas, combinam de forma sinérgica colocando-as em risco de se envolver em comportamento delinquente (Bradley, Whiteside, Mundform, Casey, Kelleher, & Pope, 1994).

Os reclusos provenientes de famílias intactas reportam mais situações de abuso físico e psicológico, ambiente familiar adverso e abuso psicológico, e os reclusos provenientes de outros tipos de famílias (monoparentais, recasamento, outros familiares) relatam mais situações de separações e perdas. A monoparentalidade e o baixo estatuto socioeconómico são referidos enquanto preditores da delinquência (Wood, Foy, Goguen, Pynoos, & James, 2002), contudo, e de acordo com McCord (1991), as famílias monoparentais não são mais criminogénicas que as restantes.

Os jovens oriundos de ambientes disfuncionais apresentam também riscos mais elevados de fracasso no âmbito escolar (Fergusson & Horwood, 2003). Na nossa amostra verificámos existir uma tendência para os sujeitos que relatam a existência de fugas à escola experienciarem mais situações de ambiente familiar adverso, comparativamente ao grupo que afirma nunca ter fugido. De entre as várias situações desfavoráveis, podemos referir a existência de história de mobilidade familiar em termos de área de residência e, consequentemente de escola, que, ao atuar conforme sugerido por Ou e Reynolds (2010) poderá ter propiciado o menor comprometimento com a escola, a maior associação a pares delinquentes e consequentemente, o envolvimento em atividades delituosas. Ademais, e como sugere Garbarino e Benn (1992) a chave para o sucesso académico está na orientação positiva para os materiais escritos (e.g., ler e ter livros em casa) e nos esforços dos progenitores para apoiar e incentivar as atividades escolares (e.g., ir a reuniões e conferir os trabalhos de casa), atitudes positivas que são preditas pelas próprias histórias académicas dos progenitores, que no, caso de famílias de risco, são desfavoráveis.

Verificámos também que os sujeitos que reportaram existência de comportamento desviante dos progenitores, neste caso alcoolismo, experienciaram mais situações de abuso físico e sexual, ambiente familiar adverso e separações e perdas durante a infância. De facto, este tipo de dependência surge frequentemente associada à exposição da criança a violência doméstica, abuso físico e psicológico e negligência, traumas que se consideram de risco para o comportamento antissocial (Mulder E. , Brand, Bullens, & Marle, 2010b; Steinhausen, 1995; Vermeiren, 2003). De igual modo, os sujeitos cujos pais tinham problemas de saúde experienciaram mais situações de abuso físico e sexual e separações e perdas. Estes resultados estão de acordo com os trabalhos que evidenciam que a existência de problemas neuropsicológicos, psicofisiológicos e/ou físicos nos progenitores (e.g., perturbações na ansiedade, doenças psicossomáticas ou deficiências físicas) em conjunto com outros fatores de risco como a

pobreza e o isolamento, contribuem para conflitos familiares e parentalidade deficitária aumentando o risco de exposição das crianças à negligência e abuso físico e sexual (Beckett, 2007; Loeber & Farrington, 2001; Milner, 2007).

Os nossos resultados não evidenciam diferenças significativas no relato de acontecimentos de vida negativos entre os sujeitos sem antecedentes criminais na família nuclear e os sujeitos com antecedentes criminais na família nuclear e noutras pessoas significativas e/ou grupo de pares, embora a literatura aponte para o facto de progenitores com antecedentes criminais representarem, pelas práticas parentais disfuncionais que lhes estão associadas e consequente contexto familiar de risco, um factor preditor para o envolvimento em comportamento delinquente (Aaron & Dallaire, 2010; Farrington, 2000).

Nas análises correlacionais realizadas entre o indicador de psicopatologia, a resiliência percebida e a vivência de acontecimento de vida negativos, não encontramos resultados significativos. Contudo, importa referir que as correlações positivas, ainda que fracas, entre o relato de sintomatologia psicopatológica e a vivência de acontecimentos de vida negativos parecem estar de acordo com o que vem sido exposto acerca das repercussões da exposição ao trauma na saúde mental dos indivíduos. Similarmente, as correlações negativas encontradas entre a resiliência global e o relato de sintomas psicopatológicos evidenciam a ausência de recursos e estratégias que permitam a estes sujeitos realizar um ajustamento emocional adaptativo face à exposição à adversidade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender as variáveis contextuais e individuais, os indicadores de risco psicossocial e de comportamento delinquente que pudessem estar associados a psicopatologia em indivíduos com percurso delinquente, e especificamente, à percepção de resiliência na infância e à vivência de acontecimentos de vida negativos.

A revisão teórica permitiu-nos identificar alguns dos principais fatores individuais e contextuais considerados de risco psicossocial associados ao envolvimento em trajetórias delinquente. Foi ainda possível conhecer a relação dos indicadores de risco e proteção com a manifestação de sintomas psicopatológicos.

No que diz respeito ao relato de sintomatologia psicopatológica, apenas foi encontrada associação significativa com a variável história de institucionalizações. Como relatado em vários estudos, os indivíduos institucionalizados na infância tendem a reportar valores mais elevados de sintomatologia psicopatológica, sobretudo sintomatologia pós-traumática, face à exposição ao trauma a que estiveram sujeitos no contexto familiar de risco, e que acarretam prejuízo na adultez ao nível da saúde mental (Alltucker, Bullis, Close, & Yovanoff, 2006; Greenwald, 2002; Wood, Foy, Layne, Pynoos, & James, 2002; Vermeiren, 2003). Da mesma forma a institucionalização, dependentemente da sua política institucional no que respeita aos projetos de vida das crianças institucionalizadas pode constituir-se como um ambiente não promotor dos recursos psicológicos do indivíduo.

Consideramos ainda importante referir que os resultados obtidos no BSI em função da situação jurídica dos sujeitos vão ao encontro dos trabalhos de alguns autores sobre a incidência de psicopatologia em reclusos (Fazel, Meux, & Cantrell, 2003; Hassan, et al., 2011; Moreira & Gonçalves, 2010). Embora os resultados não sejam significativos, verificámos que os reclusos a aguardar julgamento tendem a relatar mais sintomatologia psicopatológica quando comparados com os reclusos condenados, talvez porque se encontram num processo de adaptação à situação prisional e com maiores incertezas face ao futuro. De acordo com Boothby, Mulholland, Cases, Carrington e Bolger (2010), o despiste de pré-existência de perturbação mental ou risco de a vir a desenvolver é extremamente importante para que se proceda a um acompanhamento e tratamento adequados.

Relativamente à avaliação da resiliência percebida em função do estatuto socioeconómico, destacamos que os reclusos provenientes de meio socioeconómico médio/alto se percebem como mais resilientes na infância. Como evidenciado em

vários estudos (e.g., Conger, Ge, Elder, Lorenz, & Simons, 1994; Loeber, 1990; Lösel & Bender, 2004), o estatuto socioeconómico médio é um dos fatores protetores e de resiliência face ao envolvimento em comportamento delinquente, ao qual está associado, por exemplo, um elevado suporte social e a existência de relações afectivas e sociais fortes que permitem ao indivíduo superar adversidades.

Em termos de indicadores de comportamento delinquente, verificámos que os reclusos que não apresentam diversidade nos delitos cometidos e os reclusos reincidentes são mais resilientes atualmente.

Relativamente aos indicadores de risco psicossocial, observámos também, que os sujeitos que não experienciaram mobilidade familiar e aqueles que em que se verifica mobilidade para meio rural relatam mais fatores protetores e de resiliência na infância. Alguns autores sugerem que os fatores protetores e de resiliência associados ao saudável ajustamento da criança à nova zona de residência estão relacionados com o estatuto socioeconómico elevado, a atitude parental positiva face à mudança e a presença de competências interpessoais, empatia e estratégias de *coping* (Coulton, Theodos, & Turner, 2009; McLeod, Heriot, & Hunt, 2008; Parker, Cowen, Work, & Wyman, 1990). Ainda que os meios rurais possam estar associados a menores oportunidade de trabalho e maior pobreza, são pautados por relações de maior proximidade que podem promover o desenvolvimento e fortalecimento dos recursos individuais destas crianças, atestando o papel importante da comunidade enquanto factor protector no processo de adaptação, comparativamente aos centros urbanos que são considerados de risco para o envolvimento em comportamento delinquente (Farrington, 2000).

A ausência de retenções escolares e de fugas, assim como a motivação face à escola parecem estar associadas também a maior resiliência na infância. O sucesso na escola é um importante factor de proteção e, mesmo em contexto de risco familiar ou económico, a percepção de suporte por parte de pessoas significativas, como outros membros da família ou professores, bem como o estabelecimento de bases emocionais seguras e de vínculo com a instituição tornam-se relevantes para a motivação, participação e desempenho académico das crianças e jovens (Francois & Overstreet, 2010; Waxman, Padrón, & Gray, 2004).

Destacamos que, relativamente à experiência de acontecimento de vida negativos em função das características do comportamento delinquente, a diversidade de delitos está associada ao maior relato de situações de ambiente familiar adversos e de abuso psicológico, e a reincidência em comportamento delinquente ao maior relato de

situações de separação e perdas. Vários estudos (Dekovic, 1999; Farrington, 2000; Loeber, 1990) evidenciam que a experiência de eventos de carácter negativo durante a infância está associada ao aumento da probabilidade de envolvimento em comportamento delinquente. Alguns autores consideram que a presença de traços antissociais explica a grande severidade e variedade de problemas de comportamento manifestados na infância e, posteriormente na idade adulta, a tendência para o cometimento de um elevado número de crimes, para a persistência e diversidade da atividade criminosa (Frick, 2007; Hare, 2006; Porter & Porter, 2007).

No que concerne aos indicadores de risco psicossocial, verificámos que a dimensão da fratria (famílias com 3 ou mais filhos) está associada ao maior relato de ambiente familiar adverso e de separações e perdas. Este resultado está de acordo com os estudos que apontam as famílias numerosas, e sobretudo a fratria, como um factor de risco psicossocial para o comportamento desviante, com o qual estão relacionadas mais dificuldades económicas, diminuição de recursos materiais e psicológicos, negligência e ausência prolongada de progenitores (Farrington, 2000; Bradley, Whiteside, Mundform, Casey, Kelleher, & Pope, 1994; Dekovic, 1999; Loeber, 1990).

Observámos uma tendência para os sujeitos que relatam a existência de fugas à escola experienciarem mais situações de ambiente familiar adverso, comparativamente ao grupo que afirma nunca ter fugido da escola. Os jovens oriundos de ambientes disfuncionais apresentam também riscos mais elevados de fracasso no âmbito escolar (Fergusson & Horwood, 2003). Factores chave para o sucesso académico que Garbarino e Benn (1992) identificam como a orientação positiva para os materiais escritos e os esforços dos progenitores para apoiar e incentivar as atividades escolares parecem não fazer parte das práticas educativas em famílias de risco.

Relativamente à história de comportamento desviante dos progenitores, os resultados evidenciam a tendência para os filhos de pais alcoólicos relatarem mais situações de abuso físico e sexual, ambiente familiar adverso e separações e perdas. No sentido do que postulam alguns autores (Mulder E. , Brand, Bullens, & Marle, 2010b; Steinhausen, 1995; Vermeiren, 2003) este tipo de dependência surge frequentemente associada à exposição da criança a violência doméstica, abuso físico e psicológico e negligência, traumas que se consideram de risco para o comportamento antissocial.

Por sua vez, os sujeitos cujos pais tinham problemas de saúde tendem a relatar mais situações de abuso físico e sexual e separações e perdas na infância. Existem evidências de que a existência de problemas de saúde física e/ou mental, em conjunto

com outros fatores de risco como a pobreza e o isolamento, contribuem para conflitos familiares e parentalidade deficitária aumentando o risco de exposição das crianças à negligência e abuso físico e sexual (Beckett, 2007; Loeber & Farrington, 2001; Milner, 2007).

De um modo geral, os resultados obtidos sugerem que fatores de risco cumulativos como as práticas parentais disfuncionais, os maus-tratos e as dificuldades económicas estão relacionados não só com o envolvimento em comportamento delinquent e antissocial, mas também com as características de tipologia de crime, em particular com a persistência e a reincidência em comportamento delinquent, confirmando os estudos que se debruçaram sobre a pesquisa de fatores de risco psicossocial em delinquentes (Alltucker, Bullis, Close, & Yovanoff, 2006; Carr & Vandiver, 2001; Dekovic, 1999; Farrington, Loeber, & Ttofi, 2012; Egeland, Yates, & Dulmen, 2002). Por exemplo, Moffitt (1993) atesta que défices cognitivos, hiperatividade, parentalidade deficitária, ambiente familiar disfuncional, pobreza e baixo estatuto socioeconómico são as causas de uma delinquencia precoce e persistente longo da vida.

Conhecer os fatores de risco psicossocial inerentes a estas trajetórias e o modo como operam nas mudanças de comportamento é fundamental para que seja possível formular respostas adequadas em termos de prevenção e tratamento.

Assume-se também, e no sentido do que preconiza a abordagem positiva, que o aumento dos fatores de proteção e promoção da resiliência pode representar uma estratégia útil na prevenção precoce da criminalidade.

Consideramos importante referir algumas limitações que poderão ter influenciado os resultados obtidos no presente estudo. Por um lado, o recurso a instrumentos de autorresposta que, de acordo com Morton e Farris (2002) implicam uma percepção das respostas socialmente aceites e que podem induzir respostas de tipo defensivo, especialmente se tivermos em conta as características da amostra por nós utilizada. Posto isto, não sabemos, por exemplo, se as características familiares destes sujeitos correspondem de facto à realidade familiar, ou a veracidade no relato de ausência de determinados acontecimentos de vida, como os abusos sexuais. Por outro, e considerando o carácter retrospectivo do estudo por exemplo, na avaliação dos acontecimentos vividos até aos 12 anos com recurso ao IAV_N, está inerente o risco de

haver uma sub ou sobreavaliação das experiências quer em termos de frequência quer de impacto Como refere Peay (2011), recordar é *imperfeito e por vezes enganador*.

A ausência de resultados significativos na avaliação da sintomatologia psicopatológica com recurso ao BSI em função de variáveis relacionadas com o comportamento delinquente levanta-nos duas questões: a primeira é que na verdade poderá não existir qualquer associação; a segunda é que os resultados podem dever-se à falta de sensibilidade na escala de triagem de sintomatologia, uma vez que se trata de um instrumento pouco exaustivo.

Salienta-se ainda o facto de as escalas MCR e MSR não estarem validadas na população adulta. Ademais, alguns dos seus fatores evidenciaram valores fracos de consistência interna com a população em estudo, à semelhança dos resultados obtidos no estudo de adaptação de Martins (2005). Ambas as escalas de resiliência carecem de mais estudos psicométricos no sentido de validar a sua estrutura factorial e ainda, de validação em adultos numa amostra representativa da população geral.

Embora não tenha sido nosso objetivo, seria pertinente agrupar os sujeitos de acordo com a tipologia de comportamento delinquente e identificar os fatores de risco psicossociais associados às suas trajetórias desviantes, à semelhança de outros estudos (Zara & Farrington, 2010; Farrington, Ttofi, & Coid, 2009).

Sugere-se também que, para além da avaliação da exposição ao trauma na família, seja avaliada a exposição à violência na comunidade, uma vez que surge frequentemente relatada na literatura enquanto factor de risco no envolvimento em comportamento delinquente (Wood, Foy, Layne, Pynoos, & James, 2002; Dekovic, 1999; Flowers, 2003).

Uma investigação futura deveria comparar a amostra delinquente com uma amostra de indivíduos da população geral (sem história de comportamento antissocial), onde o estatuto socioeconómico e outras variáveis demográficas seriam similares, com o objetivo de estudar a presença de características individuais e ambientais, o que poderia contribuir para esclarecer se de facto os delinquentes apresentam características de resiliência e de psicopatologia diferentes dos não delinquentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Psychiatric Association. (2002). *DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Aaron, L., & Dallaire, D. H. (2010). Parental incarceration and multiple risk experiences: effects on family dynamics and children's delinquency. *Journal of Youth Adolescence* , 39, 1471-1484.
- Agra, C. d., Teixeira, J. M., Fonseca, E., & Quintas, J. (1999). Crime e delinquência auto-revelada. *OlhareSeguros* , 1(2), 14-14.
- Alltucker, K. W., Bullis, M., Close, D., & Yovanoff, P. (2006). Different pathways to juvenile delinquency: characteristics of early and late starters in a sample of previously incarcerated youth. *Journal of Child and Family Studies* , 15(4), 479-492 doi:10.1007/s10826-006-9032-2.
- Almeida, L. (1993). Das Respostas Aos Compromissos Sociais dos Psicólogos Portugueses: Dez Anos de Existência da APPORT. *Jornal de Psicologia* , 1-4.
- Araújo, F. A., Nakano, T., & Gouveia, M. (2009). Prevalência de depressão e ansiedade em detentos. *Avaliação Psicológica* , 8(3), 381-390.
- Barkley, R. A., Fischer, M., Smallish, L., & Fletcher, K. (2004). Young adult follow-up of hyperactive children: antisocial activities and drug use. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* , 45(2), 195-211.
- Barton, W. H. (2005). Methodological Challenges in the Study of Resilience. In M. Ungar (Ed.), *Handbook for Working with Children and Youth: Pathways to Resilience Across Cultures and Contexts* (pp. 135-148). Londres: SAGE Publications.
- Beckett, C. (2007). *Child Protection: An Introduction* (2ª ed.). SAGE.
- Bell, S. J. (2011). *Young Offenders and Youth Justice: A Century After the Fact* (4ª ed.). Cengage Learning.

- Benda, B. B. (2005). The robustness of self-control in relation to form of delinquency. *Youth Society* , 36, 418-444.
- Binder, A., Geis, G., & Bruce, D. D. (2001). *Juvenile Delinquency: Historical, Cultural and Legal Perspectives* (3ª ed.). Elsevier.
- Bohm, R. M., & Vogel, B. (2011). *A Primer on Crime and Delinquency Theory* (3.ª ed.). Wadsworth.
- Boothby, M. R., Mulholland, I., Cases, A., Carrington, K., & Bolger, T. (2010). Towards mental health promotion in prisons: the role of screening for emotional distress. *Procedia Social And Behavioral Sciences* , 5, 90-94.
- Bordin, I. A., & Offord, D. R. (2000). Transtorno da conduta e comportamento antissocial. *Revista Brasileira de Psiquiatria* , 22(2), 12-15.
- Bordin, I., & Offord, D. (2000). Transtorno da conduta e comportamento antissocial. *Revista Brasileira de Psiquiatria* , 2, 12-15.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência* . Lisboa: Climepsi Editores.
- Boyden, J., & Gillian, M. (2005). Children's Risk, Resilience, and Coping in Extreme Situations. In M. Ungar (Ed.), *Handbook for Working with Children and Youth: Pathways to Resilience Across Cultures and Contexts* (pp. 3-26). Londres: SAGE Publications.
- Bradley, R. H., Whiteside, L., Mundform, D. J., Casey, P. H., Kelleher, K. J., & Pope, S. K. (1994). Early indicators of resilience and their relation to experience in the home environments of low birthweight, premature children living in poverty. *Child Develop* , 65, 346-360.
- Brás, M. (2006). *O suicídio na primeira pessoa: análise de histórias de vida de sujeitos suicidas* . Faro: Universidade do Algarve.

- Brás, M., & Cruz, J. (2008). Inventário de acontecimentos de Vida Negativos (IAV_N) - Construção e validação numa população adulta. In A. Noronha, C. Machado, L. Almeida, M. Gonçalves, S. Martins, & V. Ramalho (Eds.), *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Burfeind, J. W., & Bartusch, D. J. (2011). *Juvenile Delinquency: an integrated approach* (2^a ed.). Jones & Bartlett Publishers.
- Canavarro, M. C. (1999b). Inventário de Sintomas Psicopatológicos - B. S. I. In M. R. Simões, M. M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol. 2, pp. 95-110). Braga: APPORT/SHO.
- Carr, M., & Vandiver, T. (2001). Risk and Protective Factors Among Youth Offenders. *Adolescence*, 36(143), 409-426.
- Cassel, E., & Bernstein, D. A. (2007). *Criminal Behavior* (2.^a ed.). Routledge.
- Catalano, R., & Hawkins, J. (1996). The social development model: a theory of antisocial behavior. In J. Hawkins (Ed.), *Delinquency and Crime: Current Theories* (pp. 149-197). New York: Cambridge University Press.
- Chang, J. J., Chen, J. J., & Brownson, R. C. (2003). The Role of Repeat Victimization in Adolescent Delinquent Behaviors and Recidivism. *Journal of Adolescent Health*, 32(4), 272-280.
- Chapple, C. L. (2005). Self-control, peer relations and delinquency. *Justice Quarterly*, 22(1), 89-106.
- Clark-Carter, D. (1997). *Doing Quantitative Psychological Research: From Design to Report*. UK: Psychology Press.

- Coid, J. (2004). Formulating strategies for the primary prevention of adult antisocial behaviour: "High risk" or "population strategies"? In D. P. Farrington, & J. W. Coid (Eds.), *Early Prevention of Adult Antisocial Behaviour* (pp. 32-78). Cambridge: Cambridge University Press.
- Conger, R. D., Ge, X., Elder, G. H., Lorenz, F. O., & Simons, R. L. (1994). Economic stress, coercive family process and developmental problems of adolescents. *Child Development*, 65, 541-561.
- Coulton, C., Theodos, B., & Turner, M. A. (2009). *New Evidence and Implications for Community Initiatives*. The Urban Institute.
- Crosnoe, R., & Elder, G. H. (2004). Family dynamics, supportive relationships and educational resilience during adolescence. *Journal of Family Issues*, 25, 571-602.
- Cullen, F. T., & Wilcox, P. (2010). *Encyclopedia of Criminological Theory, Volume I*. SAGE.
- Cusson, M. (2002). *Criminologia*. Casa das Letras.
- Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro. (s.d.). *Diário da República n.º 213/1981 - 1.ª Série*. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Dekovic, M. (1999). Risk and Protective Factors in the Development of Problem Behavior During Adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 28(6), 667-685.
- Dickson, k., Emerson, E., & Hatton, C. (2005). Self-reported antisocial behaviour: prevalence and risk factors amongst adolescents with and without intellectual disability. *Journal of Intellectual Disability Research*, 49(2), 820-826.
- Direção Geral dos Serviços Prisionais (2012). Estatísticas oficiais da população reclusa. Obtido em Fevereiro de 2012, de www.dgsp.mj.pt/.
- Direção Geral dos Serviços Prisionais. (2010). *Relatório de Atividades, Volume II*. Lisboa: Ministério da Justiça.

- Dohrenwend, B. P. (1990). Socioeconomic status (SES) and psychiatric disorders. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 25(1), 41-47. doi:10.1007/BF0078906
- Egeland, B., Yates, T., & Dulmen, K. A. (2002). The long-term consequences of maltreatment in the early years: a developmental pathway model to antisocial behavior. *Children's Services: Social Policy, Research and Practice*, 5(4), 249-269.
- English, D. J., Widom, C. S., & Brandford, C. (2002). *Childhood Victimization and Delinquency, Adult Criminality and Violent Criminal Behavior: A Replication and Extension*. Final Report presented to the National Institute of Justice.
- Fagan, A. A., Horn, M. L., Hawkins, J. D., & Arthur, M. W. (2007). Gender similarities and differences in the association between risk and protective factors and self-reported serious delinquency. *Prevention Science*, 8, 115-124.
- Farrington, D. P. (1999). Validity of self-reported delinquency. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 9, pp. 293-295.
- Farrington, D. P. (2000). Psychosocial predictors of adult antisocial personality and adult convictions. *Behavioral Sciences and The Law*, 18, 605-622. doi:10.1002/1099-0798(200010)
- Farrington, D. P. (2004a). Advancing knowledge about the early prevention of adult antisocial behaviour. In D. P. Farrington, & J. W. Coid (Eds.), *Early Prevention of Adult Antisocial Behaviour* (pp. 1-31). Cambridge: Cambridge University Press.
- Farrington, D. P. (2004b). Criminological psychology in the twenty-first century. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 14, 152-166. doi:10.1002/cbm.583.
- Farrington, D. P. (2008). The Integrated Cognitive Antisocial Potential (ICAP) Theory. In D. P. Farrington (Ed.), *Integrated Developmental & Life-Course Theories of Offending* (Vol. 14, pp. 73-92).

- Farrington, D. P. (2010). Life-Course and Developmental Theories in Criminology. In E. McLaughlin, & T. Newburn (Eds.), *The Sage Handbook of Criminological Theory* (pp. 249-270). SAGE.
- Farrington, D. P., Ttofi, M. M., & Coid, J. W. (2009). Development of Adolescence-Limited, late-Onset and Persistent Offenders From Age 8 to Age 48. *Aggressive Behavior*, 35, pp. 150-163.
- Farrington, D. P., Coid, J. W., & Murray, J. (2009). Family factors in the intergenerational transmission of offending. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 19, 109-124.
- Farrington, D. P., Loeber, R., & Ttofi, M. M. (2012). Risk and Protective Factors for Offending. In B. C. Welsh, & D. P. Farrington (Eds.), *The Oxford Handbook of Crime Prevention* (pp. 46-69). Oxford University Press.
- Fazel, S., & Danesh, J. (2002). Serious Mental Disorder in 23000 Prisoners: a Systematic Review of 62 Surveys. *The Lancet*, 359, 545-550.
- Fazel, S., Meux, C., & Cantrell, P. (2003). Mental disorder in prison. In J. Payne-James, A. Busuttil, & W. S. Smock (Eds.), *Forensic Medicine: Clinical and Pathological Aspects* (pp. 505-512). Cambridge University Press.
- Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Understanding Healthy Development in the Face of Risk. *Annual Review of Public Health*, 26, 399-419. doi:10.1146/annurev.publhealth.26.021304.144357.
- Fergusson, D. M., & Lynskey, M. T. (1996). Adolescent Resiliency to Family Adversity. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 37(3), 281-292. doi:10.1111/j.1469-7610.1996.tb01405.x.
- Fergusson, D. M., Lynskey, M. T., & Horwood, L. J. (1994). The Effects of Parental Separation, the Timing of Separation and Gender on Children's Performance on cognitive Tests. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 35(6), 1077-1092.

- Fergusson, D., & Horwood, L. (2003). Resilience to childhood adversity: Results of a 21 year study. In S. S. Luthar (Eds.), *Resilience and Vulnerability: Adaptation in the Context of Childhood Adversities* (pp. 130-155). Cambridge University Press.
- Ferreira, E. V. (2004). Fatores de Resistência a Opções Delinquentes - Um Estudo Exploratório. *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção*, (pp. 35-43). Braga.
- Ferreira, P. M. (1997). "Delinquência juvenil", família e escola. *Análise Social*, 32 (143), 913-924.
- Flowers, R. B. (1986). *Children and Criminality: The Child as Victim and Perpetrator*. Greenwood Publishing Group.
- Flowers, R. B. (2003). *Male crime and deviance: exploring its causes, dynamics and nature*. Charles C. Thomas Publisher.
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Francois, S., & Overstreet, S. (2010). Educational Resilience. In C. Clauss-Ehlers, (Ed.), *Encyclopedia of Cross-cultural School Psychology, Volume 2* (pp. 417-419). Springer.
- Fréchette, M., & Blanc, M. L. (1987). *Délinquances et délinquants*. Chicoutimi: Gaétan Morin.
- Frick, P. J. (2007). Using the Construct of Psychopathy to Understand Antisocial and Violent Youth. In J. C. Yuille, & H. Hervé (Eds.), *The Psychopath: Theory, Research and Practice* (pp. 343-368). Routledge.
- Gall, M. D., Borg, W. R., & Gall, J. P. (1983). *Educational Research, an Introduction*. USA: Longman Publishers.

- Garbarino, J. (2005). Foreword. In M. Ungar (Ed.), *Working with Children and Youth: Pathways to Resilience Across Cultures and Contexts* (pp. xi-xiii). Londres: SAGE Publications.
- Garbarino, J. (1989). Troubled youth, troubled families: the dynamics of adolescent maltreatment. In D. Cicchetti, *Child Maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 685-706). Cambridge University Press.
- Garbarino, J., & Benn, J. L. (1992). The Ecology of Childbearing and Child Rearing. In J. Garbarino (Ed.), *Children and families in the Social Environment* (2.^a ed., pp. 133-176). Transaction Publishers.
- George, C., Herman, K. C., & Ostrander, R. (2006). The family environment and developmental psychopathology: the unique and interactive effects of depression, attention and conduct problems. *Child Psychiatry and Human Development*, 37, 163-177.
- Gerard, J. M., Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2006). Marital conflict, parent-child relations and youth maladjustment. *Journal of Family Issues*, 27(7), 951-975.
- Gilgun, J. F., & Abrams, L. S. (2005). Gendered Adaptations, Resilience, and the Perpetration of Violence. In M. Ungar (Eds.), *Handbook for Working with Children and Youth: Pathways to Resilience Across Cultures and Contexts* (pp. 57-70). Londres: SAGE Publications.
- Girshick, L. B. (1996). *Soledad Women: Wives of Prisoners Speak Out*. Greenwood Publishing Group.
- Gonçalves, R. A. (1993a). *Adaptação à Prisão - Um Processo Vivido e Observado*. Porto: Direção Geral dos Serviços Prisionais.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão* (3^a ed.). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. A. (2010). Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios. *Análise Psicológica*, 1(28), 107-115.

- Gonçalves, R. A. (1993b). Psicólogos no Sistema Jurídico-Penal Português: Situação Atual e Perspetivas Futuras. *Jornal de Psicologia* , 11-12.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford University Press.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (2003). Self-Control and Opportunity. In C. L. Britt, & M. R. Gottfredson (Eds.), *Control Theories of Crime and Delinquency: Advances in criminological theory* (Vol. 12, pp. 5-20). New Jersey: Transaction Publishers.
- Greenwald, R. (2002). The Role of Trauma in Conduct Disorder. In R. Greenwald (Ed.), *Trauma and Juvenile Delinquency: Theory, Research and Interventions* (pp. 5-12). Routledge.
- Grotberg, E. H. (2003). Resilience and Tragedy. In E. H. Grotberg, *Resilience for Today: Gaining Strenght from Adversity* (pp. 241-264). Greenwood Publishing Group.
- Hagan, F. E. (2010). *Introduction to Criminology: theories, methods and criminal behavior* (7ª ed.).
- Harden, B. J., & Whittaker, J. V. (2011). The early environment and developmental outcomes for young children in child welfare system. *Children and Youth Services Review*, 33, 1392-1403.
- Hare, D. (2006). Psychopathy: a clinical and forensic overview. *The Psychiatric Clinics of North America*, 29(3), 709-724.
- Hassan, L., Birmingham, L., Harty, M. A., Jarrett, M., Jones, P., & King, C., (2011). Prospective cohort study of mental health during imprisonment. *The British Journal of Psychiatry*, 198, 37-42.
- Hawkins, S. R. (2010). *Resilient Girls: Factors that Protect Against Delinquency*. Diane Publishing.

- Heiman, G. W. (2010). *Basic Statistics for the Behavioral Sciences* (6^a ed.). Cengage Learning.
- Herrenkohl, T. I., Maguin, E., Hill, K. G., Hawkins, J. D., Abbott, R. D., & Catalano, R. F. (2000). Developmental risk factors for youth violence. *Journal of Adolescent Health*, 26, 176-186.
- Herrera, V. M., & McCloskey, L. A. (2001). Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1037-1051.
- Hetherington, E. M. (1989). Coping with family transitions: winners, losers and survivors. *Child Development*, 60, 1-14.
- Higgins, G. E., & Tewksbury, R. (2006). Sex and self-control theory: the measures and causal model may be different. *Youth Society*, 37, 479-503.
- Hirschfield, P., Maschi, T., White, H. R., Traub, L. G., & Loeber, R. (2006). Mental Health and Juvenile Arrests: Criminality, Criminalization or Compassion? *Criminology*, 44(3), 593-630.
- Hochhalter, A. K., Smith, M. L., & Ory, M. G. (2010). Successful Aging and Resilience: Applications for Public Health and Health Care. In B. Resnick, L. P. Gwyther, & K. A. Roberto (Eds.), *Resilience in Aging: Concepts, Research and Outcomes* (pp. 15-30). Springer.
- Hoeve, M., Dubas, J. S., Eichelsheim, V. I., Laan, P. H., Smeenk, W., & Gerris, J. R. (2009). The relationship between parenting and delinquency: a meta-analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37, 749-775.
- Hoffmann, J. P. (2010). A life-course perspective on stress, delinquency and young adult crime. *American Journal of Criminal Justice*, 35, 105-120.

- Hoffmann, J. P. (2011). *Delinquency Theories: appraisals and applications*. New York: Taylor & Francis.
- Hollin, C. R. (1989). *Psychology and crime: an introduction to criminological psychology*. New York: Routledge.
- Houser, J. (2008). *Nursing Research: Reading, Using and Creating Evidence*. Jones & Bartlett Learning.
- Jeong, S.-H., & Eamon, M. K. (2009). A model of family background, family process, youth self-control and delinquent behavior in two-parent families. *Journal of Family Social Work*, 12(4), 323-339.
- Johnson, W. L., Giordano, P. C., Manning, W. D., & Longmore, M. A. (2011). Prent-child relations and offending during young adulthood. *Journal of Youth Adolescence*, 40, 786-799.
- Kazdin, A. E. (1997). Practitioner Review: Psychosocial Treatments for conduct disorder in children. *Journal of Child Psychiatric*, 38, 161-178.
- Kazdin, A. E., & Buela-Casal, G. (2001). *Conduta Antissocial: Avaliação, Tratamento e Prevenção na Infância e na Adolescência*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Keenan, K., & Shaw, D. S. (2003). Starting at the Begining: Exploring the Etiology of Antisocial Behavior in the First Years of Life. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of Conduct Disorder and Juvenile Delinquency* (pp. 153-181). The Guilford Press.
- Knecht, A., Snijders, T. A., Baerveldt, C., Steglich, C. E., & Raub, W. (2010). Friendship and Delinquency: Selection and Influence Processes in Early Adolescence. *Social Development*, 19(3), 494-514.
- Koenigsberg, D., Balla, D. A., & Lewis, D. O. (1977). Juvenile delinquency, adult criminality and adult psychiatric treatment. *Child Psychiatry and Human Development*, 7(3), 141-146.

- Kohn, R., Dohrenwend, B., & Mirotznik, J. (1998). Epidemiological Findings on Selected Psychiatric Disorders in the General Population. In B. P. Dohrenwend (Ed.), *Adversity, Stress and Psychopathology* (pp. 235-284). Oxford University Press.
- Lahey, B. B., & Waldman, I. D. (2003). A Developmental Propensity Model of the Origins of Conduct Problems during Childhood and Adolescence. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of Conduct Disorder and Juvenile Delinquency* (pp. 77-117). New York: The Guilford Press.
- Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families. *Child Development*, 62, 1049-1065.
- Laub, J. H. (2002). A century of delinquency research and delinquency theory. In M. K. Rosenheim, F. E. Zimring, D. S. Tanenhaus, & B. Dohrn (Eds.), *A century of juvenile justice* (pp. 179-205). Chicago: The University Of Chicago Press.
- Le Blanc, M. (1997). La conduit délictueuse des adolescents et quelques facteurs explicatifs. *Bulletin de la Société pour l'avancement de la recherche sur l'adolescence au Canada*, 1, 1-12.
- Leal, L. I. (1999). *Entrevista Clínica e Psicoterapia de Apoio*. Lisboa: ISPA.
- Lemos, I. (2007). *Família, Psicopatologia e Resiliência na Adolescência: Do Risco Psicossocial ao Percurso Delinquente*. Tese de Doutoramento, Universidade do Algarve, Faro.
- Lemos, I. (2010). Risco Psicossocial e Psicopatologia em Adolescentes com Percurso Delinquente. *Análise Psicológica*, 18, 117-132.

- Leventhal, T., & Brooks-Gunn, J. (2003). Moving on up: neighborhood effects on children and families . In M. H. Bornstein, & R. H. Bradley (Eds.), *Socioeconomic Status, Parenting and Child Development* (pp. 209-230). Routledge.
- Lewis, D. O., Mallouh, C., & Webb, V. (1989). Child abuse, delinquency and violent criminality. In D. Cicchetti (Ed.), *Child Maltreatment: Theory and Research on the Causes and Consequences of Child abuse and Neglect* (pp. 707-721). Cambridge University Press.
- Lilly, J. R., Ball, R. A., & Cullen, F. (2011). *Criminological Theory: context and consequences* (5^a ed.). SAGE.
- Lipsey, M. W., & Derson, J. H. (1998). Predictors of Violent or Serious Delinquency in Adolescence and Early Adulthood: A Synthesis of Longitudinal Research. In R. Loeber, & D. P. Farrington (Eds.), *Serious & Violent Juvenil Offenders: Risk Factors and Successful Interventions* (pp. 86-105). London: Sage Publications.
- Loeber, R. (1990). Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency. *Clinical Psychology Review*, 10, 1-41.
- Loeber, R., & Farrington, D. P. (2001). *Child Delinquents: Development, Intervention and Service Needs*. SAGE.
- Loeber, R., Green, S. M., & Lahey, B. B. (2004). Risk factors for adult antisocial personality. In D. P. Farrington, & J. Coid (Eds.), *Early Prevention of Adult Antisocial Behaviour* (4.^a ed., pp. 79-108).
- Loeber, R., Slot, W., & Stouthamer-Loeber, M. (2008). A comulative developmental model of risk and promotive factors . In R. Loeber, N. W. Slot, P. V. Laan, & M. Hoeve (Eds.), *Tomorrow's criminals: the development of child delinquency and effective interventions* (pp. 133-164). Ashgate .

- Lösel, F., & Bender, D. (2004). Protective factors and resilience. In D. P. Farrington, & J. Coid (Eds.), *Early Prevention of Adult Antisocial Behaviour* (4.^a ed.).
- Luthar, S. S. (1993). Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34, 441-453
doi:10.1111/j.1469-7610.1993.tb01030.x.
- Luthar, S. S. (1993). Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34.
- Luthar, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The Construct of Resilience: A Critical Evaluation and Guidelines for Future Work. *Child Development*, 71(3), 543-562.
- Maguire, M. (2007). Crime Data and Statistics. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (4.^a ed., pp. 241-290). Oxford: Oxford University Press.
- Masten, A. S., & Wright, M. O. (2010). Resilience over the Lifespan: Developmental Perspectives on Resistance, Recovery and Transformation. In J. W. Reich, A. J. Zautra, & J. S. Hall (Eds.), *Handbook of Adult Resilience* (pp. 213-237). Guilford Press.
- Matza, D. (2009). *Delinquency and drift* (5^a ed.). Transaction Publishers.
- Maughan, D., & Moore, S. C. (2010). Dimension of child neglect: an exploration of parental neglect and its relationship with delinquency. *Child Welfare*, 89(4), 47-65.
- McCord, J. (1991). Family Relationships, Juvenile Delinquency and Adult Criminality. *Criminology*, 29(3), 397-417.
- McLeod, C., Heriot, S., & Hunt, C. (2008). Changing places: resilience in children who move. (A. C. Research, Ed.) *Australian Journal of Education*, 52(2).

- Milner, J. S. (2007). Child Physical Abuse Assessment: Perpetrator Evaluation. In J. C. Campbell (Ed.), *Assessing Dangerousness: Violence by Batterers and Child Abusers* (2.^a ed., pp. 45-67). Springer Publishing Company.
- Mitchell, F. N. (2009). *Role taking and recidivism: a test of differential social control theory*. University of Maryland.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701 doi:10.1037/0033-295X.100.4.674.
- Moffitt, T. E. (2003). Life-Course-Persistent and Adolescence-Limited Antisocial Behavior: a 10-Year Research Review and a Research Agenda. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of Conduct Disorder and Juvenile Delinquency* (pp. 49-75). Londres: The Guilford Press.
- Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2004). Preventing the inter-generational continuity of antisocial behaviour: implications of partner violence. In D. P. Farrington, & J. Coid (Eds.), *Early Prevention of Adult Antisocial Behaviour* (4.^a ed., pp. 109-129).
- Moran, P. (1999). *Antisocial Personality Disorder: An Epidemiological Perspective*. London: Royal College of Psychiatrists.
- Moreira, N. A., & Gonçalves, R. A. (2010). Perturbação mental e ideação suicida entre reclusos preventivos. *Análise Psicológica*, 1, 133-148.
- Morland, I. (1999). Using an Educational Model to Foster Children's Resilience in the Context of a Bereavement Service. In P. Barnard, J. Nagy, & I. Morland (Eds.), *Children, Bereavement and Trauma: Nurturing Resilience* (pp. 40-71). Jessica Kingsley Publishers.
- Mulder, E. (2010). *Unraveling Serious Juvenile Delinquency: risk and needs assesment by classification into subgroups*. Erasmus University Medical Center Rotterdam.

- Mulder, E. A., Brand, E. F., Bullens, R. A., & Marle, H. V. (2010a). A classification of risk factors in serious juvenile offenders and the relation between patterns of risk factors and recidivism. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 20, pp. 23-38.
- Mulder, E. A., Brand, E. F., Bullen, R. A., & Marle, H. V. (2010b). Profiling serious juvenile offenders in juvenile institutions: change in risk factors in their population. In E. A. Mulder (Eds.), *Unraveling Serious Juvenile Delinquency: risk and needs assesment by classification into subgroups* (pp. 15-19).
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2005). Parental imprisonment effects on boys' antisocial behaviour and delinquency through the life-course. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(12), 1269-1278.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Newcorn, J. H., & Strain, J. (1992). Adjustment disorder in children and adolescents. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 31(2), 318-326.
- Nichita, E. C., & Buckley, P. F. (2007). Comorbidities of Psychopathy and Antosocial Personality Disorder: Prevalence and Implications. In A. Felthous, & H. Sass (Eds.), *International Handbook on Psychopathic Disorders and The Law* (pp. 251-271). John Wiley & Sons.
- Ou, S. R., & Reynolds, A. J. (2010). Childhood predictors of young adult male crime. *Children and Youth Services Review*, 32, 1097-1107.
- Parker, G. R., Cowen, E. L., Work, W. C., & Wyman, P. A. (1990). Teste Correlates of stress resilience among urban school children. *The Journal of Primary Prevention*, 11(1), 19-35. doi:10.1007/BF01324859.
- Patterson, G. R., DeBaryshe, B., & Ramsey, E. (1993). A developmental perspective on antisocial behavior. In M. Gauvain, & M. Cole (Eds.), *Readings on the Development of Children* (pp. 263-271). NY: Freeman.

- Patterson, G., DeBaryshe, B., & Ramsey, E. (1990). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44, 329-335.
- Peay, J. (2011). *Mental Health and Crime*. Routledge.
- Peay, J. (2007). Mentally disordered offenders, mental health and crime. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (pp. 496-552). Oxford: Oxford University Press.
- Pollock, J. M. (2008). *Crime & Justice in America: an introduction to criminal justice*.
- Porter, S., & Porter, S. (2007). Psychopathy and Violent Crime. In J. C. Yuille, & H. Hervé (Eds.), *The Psychopath: Theory, Research and Practice* (pp. 287-300). Routledge.
- Prinzle, P., Stams, G. J., & Hoeve, M. (2008). Family processes and parent and child personality characteristics. In R. Loeber, N. W. Slot, P. H. Laan, & M. Hoeve (Eds.), *Tomorrow's criminals: the development of child delinquency and effective interventions* (pp. 91-102). Ashgate Publishing.
- Pulkkinen, L., Lyyra, A.-L., & Kokko, K. (2009). Life Success of Males on Nonoffender, Adolescence-Limited, Persistent and Adult-Onset Antisocial Pathways: Follow-up from Age 8 to 42. *Aggressive Behavior*, 35, pp. 117-135.
- Ramdhan, S., & Bissessar, L. (2010). *Recidivism*. GRIN Verlag.
- Regoli, R. M., Hewitt, J. D., & DeLisi, M. (2010). *Delinquency in Society* (8.^a ed.). Ontario: Jones and Bartlett.
- Regoli, R. M., Hewitt, J. D., & DeLisi, M. (2011). *Delinquency in Society: the Essentials*. Jones & Bartlett Learning.

- Roeser, R. W., Peck, S. C., & Nasir, N. S. (2006). Self and Identity Processes in School Motivation, Learning and Achievement. In P. H. Winne, & P. A. Alexander (Eds.), *Handbook of Educational Psychology* (2.^a ed., pp. 391-426). Routledge.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611 doi:10.1192/bjp.147.6.598.
- Rutter, M. (2007). Resilience, Competence and Coping. *Child Abuse and Neglect*, 31(3), 205-209.
- Rutter, M., Giller, H., & Hagell, A. (1998). *Antisocial Behavior by Young People*. Cambridge University Press.
- Rutter, M., Harrington, R., Quinton, D., & Pickles, A. (1994). Adult outcome of conduct disorder in childhood: Implications for concepts and definitions of patterns of psychopathology. In R. Ketterlinus, & M. Lamb (Eds.), *Adolescent Problem Behaviours: Issues and Research* (pp. 57-80). Routledge.
- Sá, E. (2003). *Adolescentes somos nós* (2.^a ed.). Edições Fim de Século.
- Schoon, I., & Parsons, S. (2002). Competence in the face of adversity: The influence of early family environment and long-term consequences. *Children and Society*, 16, 260-272 doi:10.1002/CHI.713.
- Shoemaker, D. J. (2005). *Theories of Delinquency: an examination of delinquent behavior*. Oxford University Press.
- Siegel, L. J. (2011). *Criminology*. Cengage Learning.
- Siegel, L. J., & Welsh, B. C. (2010). *Juvenile Delinquency: The Core* (4^a ed.). Wadsworth Publishing.

- Silva, S. T., & Gonçalves, R. A. (1999). *Sobrelotação Prisional E perturbações de adaptação*, In R. A. Gonçalves, C. Machado, A. I. Sani, & M. Matos (Eds.), *Crime: Práticas e Testemunhos.*, (pp. 247-274). Braga : Universidade do Minho.
- Slomkowski, C., Rende, R., Conger, K. J., Simons, R. L., & Conger, R. D. (2001). Sisters, brothers and delinquency: evaluating social influence during early and middle adolescence. *Child Development*, 72 (1), 271-283.
- Sprinthall, N. A., & Collins, W. A. (1999). *Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentista* (2.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steinhausen, H. (1995). Children of Alcoholic Parents: A Review. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 4(3), 143-152.
- Thorman, J. (2007). *An Exploratory Study of a Multidimensional Model of Resiliency*. Oklahoma State University: ProQuest.
- Tibbetts, S. G. (2011). *Criminological Theory: the essentials*. SAGE.
- Tibbetts, S. G., & Hemmens, C. (2010). *Criminological Theory: a text/reader*. SAGE.
- Tremblay, R. E. (2003). Why Socialization Fails: The Case of Chronic Physical Aggression. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of Conduct Disorder and Juvenile Delinquency* (pp. 182-224). The Guilford Press.
- U.S. Congress, O. (1991). *Adolescent Health - Volume II: Background and the Effectiveness of Selected Prevention and Treatment Services*. Washington, DC.
- Ungar, M. (2005). Introduction: Resilience Across Cultures and Contexts. In M. Ungar (Ed.), *Handbook for Working with Children and Youth: Pathways to Resilience Across Cultures and Contexts* (p. xv). Londres: SAGE Publications.
- Vermeiren, R. (2003). Psychopathology and delinquency in adolescents: A descriptive and developmental perspective. *Clinical Psychology Review*, 23(2), pp. 277-318.

- Vito, G., & Maahs, J. (2011). *Criminology: Theory, Research and Policy* (3^a ed.). Jones & Bartlett Publishers.
- Walsh, A., & Hemmens, C. (2011). *Introduction to Criminology: a text/reader* (2^a ed.).
- Waxman, H. C., Padrón, Y. N., & Gray, J. P. (2004). Promoting Educational Resilience for Students At-Risk of Failure. In H. C. Waxman, Y. N. Padrón, & J. P. Gray (Eds.), *Educational Resiliency: Student, Teacher and School Perspectives* (pp. 37-62). Information Age Publishing.
- Werner, E. E., & Smith, R. S. (1992). *Overcoming the Odds: High Risk Children from Birth to Adulthood*. Cornell University Press.
- Werner, E. E., & Smith, R. S. (2001). *Journeys from Childhood to Midlife: Risk, Resilience and Recovery*. Cornell University Press.
- Widom, C. S. (1989). Child abuse, neglect and violent criminal behavior. *Criminology*, 251-271.
- Wood, J., Foy, D. W., Goguen, C. A., Pynoos, R., & James, C. B. (2002). Violence Exposure and PTSD Among Delinquent Girls. In R. Greenwald (Ed.), *Trauma and Juvenile Delinquency: Theory, Research and Interventions* (pp. 109-126). Routledge.
- Wood, J., Foy, D. W., Layne, C., Pynoos, R., & James, C. B. (2002). An Examination of the Relationships Between Violence Exposure, Posttraumatic Stress Symptomatology and Delinquent Activity: An "Ecopathological" Model of Delinquent Behavior Among Incarcerated Adolescents. In R. Greenwald (Ed.), *Trauma and Juvenile Delinquency: Theory, Research and Interventions* (pp. 127-136). Routledge.

- Wright, M. O., & Masten, A. S. (2006). Resilience Processes in Development. In S. Goldstein, & R. B. Brooks (Eds), *Handbook of Resilience in Children* (pp. 17-38). Springer.
- Zamble, E., & Quinsey, V. L. (1997). *The Criminal Recidivism Process*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zara, G., & Farrington, D. P. (2010). A longitudinal analysis of early risk factors for adult-onset offending: what predicts a delayed criminal career? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 20, 257-273.
- Zara, G., & Farrington, D. P. (2010). A longitudinal analysis of early risk factors for adult-onset offending: what predicts a delayed criminal career? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 20, 257-273 doi:10.1002/cbm.763.
- Zimmerman, M. A., & Brenner, A. B. (2010). Resilience in Adolescence: Overcoming Neighborhood Disadvantage. In J. W. Reich, A. J. Zautra, & J. S. Hall (Eds.), *Handbook of Adult Resilience* (pp. 283-308). Guilford Press.

ANEXOS

Anexo 1

Classificação do NSE

Classificação do nível socioeconómico do agregado familiar (Simões, 1994) ^a	
NSE Baixo	Trabalhadores assalariados, por conta de outrem, trabalhadores não especializados da indústria e da construção civil, empregados de balcão no pequeno comércio, contínuos, cozinheiros, empregados de mesa; empregadas de limpeza, pescadores, rendeiros, trabalhadores agrícolas, vendedores ambulantes, trabalhadores especializados da indústria (mecânicos, eletricitas), motoristas; até ao 8º ano de escolaridade obrigatória;
NSE Médio	Profissionais técnicos intermédios independentes, pescadores proprietários de embarcações; empregados de escritório, de seguros e bancários; agentes de segurança, contabilistas; enfermeiros, assistentes sociais; professores do ensino básico e secundário; comerciantes e industriais; do 9º ao 12º ano de escolaridade; cursos médios e superiores;
NSE Alto	Grandes proprietários ou empresários agrícolas, do comércio e da indústria; quadros superiores da administração pública, do comércio, da indústria e de serviços, profissões liberais (gestores, médicos, magistrados, arquitetos, engenheiros, economistas, professores do ensino superior); artistas; oficiais superiores das forças militares e militarizadas; pilotos da aviação; do 4º ano de escolaridade (de modo a incluir grandes proprietários e empresários) à licenciatura, mestrado ou doutoramento.

^a Adaptado de Lemos (2007)

Anexo 2

Questionário de caracterização da amostra

QUESTIONÁRIO DE RECOLHA DE DADOS

1. DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Idade:

Concelho de Residência:

Habilitações Literárias:

- ☐ Sem escolaridade
- ☐ Até ao 4º ano (1º Ciclo)
- ☐ Até ao 6º ano (2º ciclo)
- ☐ Até ao 9º ano (3º ciclo)
- ☐ Ensino Secundário (12º ano)
- ☐ Ensino Superior (bacharelato/licenciatura)

Zona de Residência: Urbana ☐ Rural ☐

Tipo de Habitação:

Casa ☐ Apartamento ☐ Quarto ☐ Outra ☐ Qual?

Tem condições sanitárias básicas?

☐ Sim ☐ Não

Existe história de mobilidade familiar?

Não ☐

Sim ☐

Mudança de meio rural para urbano ☐

Mudança de meio urbano para rural ☐

2. DADOS JURÍDICOS/PENAIIS

Tipo de Delito Indiciado/Cometido

I – Contra as pessoas 1- Ameaças ☐ 2- Crime Sexual ☐ 3- Homicídio ☐ 4- Ofensas corporais ☐ 5- Sequestro ☐ 6- Invasão de propriedade privada ☐ 7- Contra a honra ☐ II – Contra o património 8- Dano ☐ 9- Burla ☐ 10- Furto ☐ 11- Roubo ☐ 12- Receptação ☐	III – Contra a vida em sociedade 13- Falsificação de moeda ☐ 14- Posse de arma/munições ☐ 15- Posse substâncias explosivas/análogas ☐ 16- Incêndio ☐ IV – Legislação Específica A – Código da Estrada 17- Condução veículo s/ licença ☐ 18- Condução veículo s/ licença c/ dano ☐ B - Droga 19- Posse de estupefacientes ☐ 20-Tráfico de estupefacientes ☐ Outro ☐ Qual?
---	---

Circunstâncias do delito: Sozinho ☐ Em grupo ☐					
Situação Jurídica	Aguarda Julgamento ☐				
	Condenado ☐ <table border="1" style="float: right; margin-top: 10px;"> <tr> <td>Pena cumprida</td> </tr> <tr> <td> Anos e meses</td> </tr> <tr> <td>Pena por cumprir</td> </tr> <tr> <td> Anos e meses</td> </tr> </table>	Pena cumprida	Anos e meses	Pena por cumprir	Anos e meses
	Pena cumprida				
Anos e meses					
Pena por cumprir					
Anos e meses					
Reincidente: Sim ☐ Não ☐					
Idade do primeiro delito: Anos					
Persistência do delito: Sim ☐ Não ☐					

3. DADOS FAMILIARES

História Familiar

Com quem viveu durante a infância?

Ambos os pais ☐ Só com a mãe ☐ Só com o pai ☐ Mãe e Padrasto ☐
 Pai e Madrasta ☐ Avós ☐ Outros ☐ Quem?

Esteve institucionalizado?	Sim ☐	Com que idade?
		Durante quanto tempo?
	Não ☐	

Dados do Agregado Familiar

A) Pai

Idade:	Ocupação Profissional:
Habilitações Literárias: ☐ Sem escolaridade ☐ Até ao 4º ano (1º Ciclo) ☐ Até ao 6º ano (2º ciclo) ☐ Até ao 9º ano (3º ciclo) ☐ Ensino Secundário (12º ano) ☐ Ensino Superior (bacharelato / licenciatura)	
Antecedentes Criminais? Sim ☐ Não ☐	
Existência de algum destes problemas? Alcoolismo Sim ☐ Não ☐ Problemas de saúde Sim ☐ Não ☐ Dependência de drogas Sim ☐ Não ☐ Prostituição Sim ☐ Não ☐	

B) MÃE

Idade:	Ocupação Profissional:
Habilitações Literárias:	
☐ Sem escolaridade	
☐ Até ao 4º ano (1º Ciclo)	
☐ Até ao 6º ano (2º ciclo)	
☐ Até ao 9º ano (3º ciclo)	
☐ Ensino Secundário (12º ano) ou Ensino Profissional	
☐ Ensino Superior (bacharelato / licenciatura)	
Antecedentes Criminais? Sim ☐ Não ☐	
Existência de algum destes problemas?	
Alcoolismo	Sim ☐ Não ☐
Problemas de Saúde	Sim ☐ Não ☐
Dependência de drogas	Sim ☐ Não ☐
Prostituição	Sim ☐ Não ☐

C) IRMÃOS

Idade	Sexo	Habilitações Literárias	Antecedentes Criminais
			Sim ☐ Não ☐ Especifique:
			Sim ☐ Não ☐ Especifique:
			Sim ☐ Não ☐ Especifique:

D) Tem amigos ou outras pessoas próximas de si (por exemplo, tios ou primos) com antecedentes criminais?

Não ☐

Sim ☐

Se **SIM**, indique:

Grau de Parentesco	Antecedentes Criminais
	Especifique:
	Especifique:
	Especifique:

Agregado Familiar Atual:

☐ Vive com os Pais

☐ Vive com outros familiares

☐ Casado/vive com uma companheira

☐ Vive sozinho

☐ Outro

Qual?

4. DADOS ESCOLARES

Frequentou a escola? Sim ☐ Não ☐	SE RESPONDEU <u>NÃO</u> , POR FAVOR PASSE PARA <u>5. OCUPAÇÃO</u>	
Sentia-se motivado na escola? Sim ☐ Não ☐		
Reprovou alguma vez?	Sim ☐	Quantas vezes?
	Não ☐	
Quando era criança ou durante a adolescência, costumava fugir da escola?	Sim ☐	Quantas vezes?
	Não ☐	

5. OCUPAÇÃO

Tinha alguma ocupação profissional antes de entrar para o EP?	Sim ☐	Qual?
	Não ☐	
Está inscrito em alguma atividade no EP? (ex., frequenta aulas; ateliers, cursos de formação...)	Sim ☐	
	Não ☐	

Anexo 3

Escalas Measuring Child and State Resilience

MEASURING CHILD RESILIENCE

(Chock C. Hiew, 1998)

(Versão adaptada à população portuguesa por Helena Martins, 2000)

Leia cuidadosamente cada afirmação e coloque uma cruz sobre o número que melhor indica o seu grau de concordância ou discordância face ao que é afirmado. Todas as afirmações devem ser antecedidas pela expressão “*no passado quando era criança*”.

Para cada afirmação escolha uma alternativa

Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

No passado, quando era criança:

1. Esperavam que eu fosse uma pessoa prestável (útil)
2. Eu era calmo, mesmo em tempos difíceis
3. Os outros viam-me como “vivo” e fisicamente activo
4. Eu acreditava em mim
5. Os meus pais davam-me bastante atenção
6. A minha família tinha expectativas elevadas em relação a mim
7. Quando estava aborrecido ou com problemas, havia habitualmente alguém para me ajudar
8. Eu tinha sucesso na escola
9. Espontaneamente fazia coisas para ajudar os outros
10. Sinto que me percebia a mim mesmo
11. Eu estava exposto a situações de stress que aprendi a controlar
12. Eu sentia que as coisas iam correr bem, mesmo em situações difíceis
13. Eu sabia como planear o futuro
14. Habitualmente os outros ficavam contentes ao ver-me
15. Os meus pais diziam que eu tinha um feitio fácil
16. Eu tinha boas relações com os adultos
17. Eu era persistente nas minhas acções até ter sucesso
18. Eu era capaz de arranjar soluções para lidar com os problemas

1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5

MEASURING STATE RESILIENCE

(Chock C. Hiew, 1998)

(Versão adaptada à população portuguesa por Helena Martins, 2000)

Leia cuidadosamente cada afirmação e coloque uma cruz sobre o número que melhor indica o seu grau de concordância ou discordância face ao que é afirmado. Todas as afirmações devem ser antecedidas pela expressão “*no momento atual*”.

Para cada afirmação escolha uma alternativa

Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

No momento atual:

1. Tenho alguém que gosta de mim
2. Tenho alguém fora da minha casa a quem posso falar sobre os meus problemas ou sentimentos
3. Fico satisfeito quando faço as coisas sem ajuda
4. Sei que posso contar com a minha família quando preciso
5. Eu acredito que tudo me irá correr bem
6. Faço coisas de forma simpática, o que faz as pessoas gostarem de mim
7. Tenho fé em Deus
8. Estou desejoso de experimentar coisas novas
9. Gosto de fazer bem o que faço
10. Sinto que o que faço ajuda a que as coisas resultem
11. Eu gosto de mim
12. Eu posso concentrar-me numa tarefa e continuar com ela durante algum tempo
13. Eu tenho sentido de humor
14. Faço planos para realizar coisas

1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5

Anexo 4

Brief Symptom Inventory - BSI

BRIEF SYMPTOM INVENTORY (BSI)

(Derogatis & Spencer, 1982)

(Versão adaptada à população portuguesa por Canavarro, 1999)

A seguir encontra-se uma lista de problemas ou sintomas que por vezes as pessoas apresentam. Assinale, num dos espaços à direita de cada sintoma, aquele que melhor descreve **O GRAU EM QUE CADA PROBLEMA O INCOMODOU DURANTE A ÚLTIMA SEMANA**. Para cada problema ou sintoma marque apenas um espaço com uma cruz. Não deixe nenhuma pergunta por responder.

Para cada afirmação escolha uma alternativa

Poucas vezes 1	Poucas vezes 2	Algumas vezes 3	Muitas vezes 4	Muitíssimas vezes 5
-------------------	-------------------	--------------------	-------------------	------------------------

1. Nervosismo ou tensão interior
2. Desmaios ou tonturas
3. Ter a impressão que as outras pessoas podem controlar os seus pensamentos
4. Ter a ideia que os outros são culpados pela maioria dos seus problemas
5. Dificuldade em se lembrar de coisas passadas ou recentes
6. Aborrecer-se ou irritar-se facilmente
7. Dores sobre o coração ou no peito
8. Medo na rua ou praças públicas
9. Pensamentos de acabar com a vida
10. Sentir que não pode confiar na maioria das pessoas
11. Perder o apetite
12. Ter um medo súbito sem razão para isso
13. Ter impulsos que não se consegue controlar
14. Sentir-se sozinho mesmo quando está com mais pessoas
15. Dificuldade em fazer qualquer trabalho
16. Sentir-se sozinho
17. Sentir-se triste
18. Não ter interesse por nada
19. Sentir-se atemorizado
20. Sentir-se facilmente ofendido nos seus sentimentos

1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5
1	2	3	4	5

Anexo 5

Inventário de Acontecimentos de Vida Negativos – IAVN

INVENTÁRIO DE ACONTECIMENTOS DE VIDA NEGATIVOS – IAV_N

(Brás & Cruz, 2008)

Apresenta-se, de seguida, uma lista de acontecimentos que pode ter experienciado ao longo da sua vida e cujas consequências podem variar de indivíduo para indivíduo. Assinale, de forma sincera, com uma cruz, os acontecimentos que viveu até aos **12 anos**.

Na coluna **“Frequência”**, indique a frequência com que esses acontecimentos ocorreram e, na coluna **“Impacto”**, caracterize o tipo e a intensidade do impacto/consequências que considera que os mesmos tiveram em si.

Nunca deve responder nas linhas que estão a sombreado (categorias), mas sim nas seguintes (sub-categorias). Quando assinalar a frequência do acontecimento como “0-Nunca” não é preciso assinalar o impacto.

FREQUÊNCIA (até aos 12 anos)

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Muitíssimas vezes
0	1	2	3	4

IMPACTO/CONSEQUÊNCIAS

Nenhum	Negativo, mas também positivo	Ligeiramente Negativo	Moderadamente Negativo	Extremamente Negativo
1	2	3	4	5

	FREQUÊNCIA					IMPACTO				
	0	1	2	3	4	1	2	3	4	5
Separações de Pessoas Significativas										
1. Intermitentes (nem a presença, nem a ausência da pessoa significativa foram contínuas, por exemplo, progenitor que só vinha a casa ao fim-de-semana)										
2. Prolongadas (superior a 3 meses, por exemplo, progenitor emigrante)										
3. Definitivas (por abandono ou por morte)										
Negligência										
4. Negligência Física (recusa ou ineficácia em satisfazer as necessidades de alimentação, vestuário, higiene, cuidados de saúde...)										
5. Negligência Psicológica (recusa ou ineficácia em prestar atenção, carinho ou protecção adequadas)										
Abuso Físico e Sexual										
6. Agressões corporais ligeiras (por exemplo, palmadas)										
7. Agressões corporais moderadas (por exemplo, murros, pontapés, cabeçadas, utilização de objectos)										
8. Agressões corporais severas (provocando marcas, sequelas ou traumatismos)										

	FREQUÊNCIA					IMPACTO				
	0	1	2	3	4	1	2	3	4	5
9.Abusos sexuais (por exemplo, observação forçada de cenas sexuais; estimulação dos órgãos sexuais; relações sexuais forçadas...)										
Abuso Psicológico										
10. Depreciação (ter sido alvo de insultos por parte de outros, que visavam diminuir os eu valor)										
11. Rejeição (ter sido vítima de resposta negativa, abandono ou frieza emocional, quando era esperado o contrário)										
12. Humilhações (desvalorização e depreciação das características pessoais, normalmente em público)										
13. Punições Desproporcionadas (castigos demasiado severos face à situação, que afectavam o bem-estar psicológico. Não inclui situações de abuso físico)										
14. Exigências Desproporcionadas (ter sido alvo de expectativas elevadas e pressão psicológica, face a situações em que foi colocado sem estar preparado)										
15. Ameaças Verbais ou Escritas à integridade Física e/ou Psicológica										
Ambiente Familiar Disfuncional										
16.Conflitos entre os familiares próximos (cuidadores e/ou irmãos)										
17.Separações e/ou ameaças de separação dos cuidadores										
18.Abuso de substâncias (álcool, drogas) por parte dos cuidadores										
Condições de Vida Adversas										
19.Dificuldades económicas										
20.Problemas educacionais										
21.Mudança de residência problemática										
22.Mudança de escola problemática										
23. Habitação sem condições adequadas										
Problemas de Saúde										
24.Problemas de saúde físicos (ex. otites, crises de asma) e/ou psicológicos (por exemplo, depressão, perturbações de ansiedade) do próprio										
25.Problemas de saúde físicos e/ou psicológicos entre os familiares próximos										

Anexo 6

Solicitação para realização do estudo

Cristiana Vieira
Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Psicologia

Exma. Sra.
Directora do Estabelecimento Prisional
Dr. ^a Ana Salomão

Faro, 12 de Janeiro de 2011

Assunto: Pedido de autorização para a realização de estudo na população reclusa.

No âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, é nossa intenção desenvolver um estudo subordinado ao tema “*Risco Psicossocial, Fatores Protetores e Psicopatologia na População Reclusa*” sob a orientação científica da Prof. Doutora Ida Lemos, docente da referida instituição.

A delinquência é um fenómeno transcultural que apresenta variações sócio históricas dependentes, entre outros fatores, do desenvolvimento económico dos países. Por outro lado, trata-se de uma temática que tende a ser objecto de estudo em grupos jovens da população tendendo, a nosso ver, a descurar-se a população adulta e, em particular, a população reclusa e o seu processo de adaptação ao contexto prisional. Considera-se, assim, pertinente compreender os percursos e trajetórias delinquentes inerentes a esta população específica, não só para conhecer os aspectos que contribuem para o fenómeno da reincidência, mas também como forma de nortear as intervenções psicossociais neste âmbito.

Vimos então, deste modo, solicitar a colaboração e pedir permissão a V/Exa. para proceder à administração dos instrumentos necessários ao desenvolvimento do estudo junto da população reclusa da instituição que dirige.

Ressalvo que a participação dos reclusos no estudo é voluntária e que todos os instrumentos são acompanhados por um documento de consentimento informado que assegura o cumprimento de todas as questões éticas de confidencialidade e anonimato.

Em anexo encontra-se o projeto de Dissertação de Mestrado que explicita todos as questões inerentes ao estudo que pretendemos realizar.

Com os melhores cumprimentos,

Pede deferimento,

A mestrande

(Cristiana Vieira)

Anexo 7

Autorização para a realização do estudo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS
Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas

Exmo(a) Senhor(a)

Directora do
Estabelecimento Prisional

Estrada Nacional 125

8000 - 126 Faro

V/ referência

N/ referência

Ofício N.º
25/DSPRE

Data
10.02.2011

Assunto: Investigação Académica para Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade do Algarve

Tenho a honra de informar V. Exa de que, por despacho do Senhor Director-Geral, Dr. Rui Sá Gomes, datado de 10/02/11, e tendo em vista a realização de um estudo com o tema "Risco Psicossocial, Factores Protectores e Psicopatologia na População Reclusa", a aluna de mestrado, Dra. Cristiana Vieira, está autorizada a desenvolver a investigação, nesse Estabelecimento Prisional.

O projecto visa estudar os factores de risco psicossocial, associados ao envolvimento num percurso comportamental delinvente, factores psicossociais protectores face à reincidência, bem como, entre outros aspectos, avaliar a resiliência percebida na população reclusa.

A amostra é constituída por cerca de 100 reclusos que se disponibilizem a participar no estudo e que serão submetidos a 5 testes de avaliação psicológica.

Mais se informa que o estudo foi autorizado mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direcção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objectivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação da vida quotidiana do Estabelecimento;



Pág. Nº 2

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas

- a execução do trabalho esteja sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação. O assentimento dos inquiridos seja passado a escrito, ficando cópia no EP;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar.
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

Com os melhores cumprimentos,

A Directora de Serviços

Maria José Matos

ML/2011

Anexo 8

Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

A presente investigação insere-se no âmbito do Projeto de Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade do Algarve, tendo como objetivo fundamental estudar o bem-estar da população reclusa e a influência das suas diferentes histórias de vida.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração no preenchimento dos questionários que se seguem, devendo as respostas ser dadas de acordo com as indicações específicas de cada um.

O tempo de preenchimento é de cerca de 20 minutos.

Não existem respostas certas ou erradas, apenas lhe é pedido que responda a todas as questões da forma mais **sincera** e **objectiva** possível.

Os dados recolhidos destinam-se apenas à presente investigação científica pelo que todas as respostas são **anónimas** e **confidenciais**.

A sua **participação é voluntária**. Se a qualquer momento decidir que não quer continuar a responder, é livre de desistir e entregar o questionário sem que haja qualquer prejuízo para si.

Sempre que lhe surgirem dúvidas, pode esclarecê-las com a investigadora.

Agradecemos desde já a sua colaboração

Anexo 9

Ficha de Instruções de Preenchimento

INSTRUÇÕES

As páginas que se seguem contêm afirmações que descrevem a forma como as pessoas se sentem em relação a si próprias em diferentes momentos e questões relacionadas com a sua história de vida.

Ao responder, por favor esteja atento e tenha em conta o período de tempo a que se referem as perguntas (*quando era criança, no momento atual ou na última semana*).

Tenha também atenção à escala que deve utilizar para responder a cada um dos questionários e que se encontra sempre no início da página. Consulte-a sempre que for necessário para verificar as suas respostas.

Não existem respostas certas ou erradas nestes questionários. Seja tão honesto quanto possível nas suas respostas a cada afirmação.

Algumas das afirmações podem parecer-lhe estranhas, mas não se preocupe. Estes questionários tanto são para pessoas que possam estar a passar alguns problemas como para aquelas pessoas que não têm quaisquer problemas.

Se precisar de alterar a sua resposta, risque por cima da resposta que quer alterar e marque a resposta que acha que o descreve melhor. Por favor confirme que a sua primeira resposta é totalmente riscada.

Sinta-se à vontade para esclarecer qualquer dúvida que tenha durante o preenchimento dos questionários.